MARIA MANUELA DOS REIS MARTINS

O POVOAMENTO PROTO-HISTÓRICO E A ROMANIZAÇÃO DA BACIA DO CURSO MÉDIO DO CÁVADO

I - TEXTO

UNIVERSIDADE DO MINHO
BRAGA
1987

OFERTA UM
REG.

f 9629 Ss.13.88 Oferta 88.11.8

MARIA MANUELA DOS REIS MARTINS

O POVOAMENTO PROTO-HISTÓRICO E A ROMANIZAÇÃO DA BACIA DO CURSO MÉDIO DO CÁVADO

I - TEXTO

Dissertação de doutoramento na especialidade de Pré-história e História da Antiguidade.

UNIVERSIDADE DO MINHO
BRAGA
1987

392808
BIBLIOTECA PÚBLICA
DE BRAGA
UNIVERSIDADE DO MINHO
BPB/U
79629

à minha filha

Joana

OFERTA

AGRADECIMENTOS

A realização de um projecto de investigação em Arqueologia não pode, pela sua morosidade, pelos meios que exige, pela ampla colaboração que envolve e, sobretudo, pelo grande desafio que constitui, num país tão carecido de meios, conceber-se como um simples produto de uma acção individual, por mais voluntarista que seja.

Nesse sentido, gostaríamos que o modo de expressarmos aqui o nosso reconhecimento a pessoas e instituições fosse entendido, não como uma obrigatoriedade formal, comum em trabalhos deste género, mas como um meio de exprimirmos o que julgamos ser a investigação arqueológica: um campo aberto a uma ampla e multifacetada colaboração de pessoas e instituições; um processo de aprendizagem e de formação.

Pensamos que o modo como nos foi facultada a possibilidade de realizarmos este trabalho constitui afinal um longo percurso de colaboração, de aprendizagem e sobretudo de diálogo e de amizade em que conseguimos envolver pessoas de diferentes formações e quadrantes de investigação, desde pré-historiadores, a ceramistas, epigrafistas e mesmo investigadores de formação clássica.

Porque o nosso projecto cruza um amplo período cronológico e toca problemáticas que são comuns a todos aqueles cujo objectivo é o estudo das sociedades humanas do passado, qualquer que tenha sido a sua forma de expressão, o nosso trabalho acabou por representar uma longa aprendizagem, que nos sensibilizou para áreas e problemas que nunca antes havíamos defrontado.

Com o Dr. José d'Encarnação, a quem estamos profundamente reconhecidos pela revisão e leitura do material epigráfico da região abrangida no nosso projecto, aprendemos a ver o que se esconde nos textos, que na região se expressam na dura forma do granito.

Com o Dr. Victor Oliveira Jorge e a Drª Susana Oliveira Jorge, a quem temos que agradecer as facilidades que nos concederam na consulta de muitas obras bibliográficas, que de outro modo nos seriam de difícil acesso, aprendemos, através de muitas discussões sobre as problemáticas das sociedades pré-históricas, a interrogar mais e melhor o registo arqueológico.

Com a Drª Manuela Delgado, a quem devemos contribuições científicas na ajuda e classificação do material romano, aprendemos, não só a interpretar a difícil linguagem das cerâmicas, mas sobretudo a olhá-las com a seriedade e isenção que é própria dos grandes investigadores.

Também, com o Professor Doutor Jorge Alarcão aprendemos, pelo apoio que sempre nos prestou e pela sua serena aceitação de muitas das nossas hesitações, que os grandes mestres não serão talvez os que impõem uma linha de pesquisa, um programa de trabalhos que outros devem realizar, mas sim aqueles que deixam aos que tudo têm a aprender o espaço e o tempo necessários para concretizarem as suas ideias: com ele aprendemos que a abertura de espírito é, afinal, o melhor dos fermentos da investigação.

A todos eles, para além do apoio, incentivo e amizade, queremos agradecer os seus contributos na nossa formação.

Mas, o nosso trabalho seria impensável sem o apoio estrutural que nos foi concedido pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e pelo Museu D. Diogo de Sousa, para cujos responsáveis, Drs. Francisco Sande Lemos e Dra. Manuela Delgado, vai o nosso sincero reconhecimento, pelas facilidades que sempre nos dispensaram.

Através dessas instituições beneficiámos de colaboradores que foram peças fundamentais na realização das escavações, no tratamento laboratorial do espólio, no desenho. A toda a equipa destas duas instituições testemunhamos, por isso, o nosso mais profundo agradecimento, pelo modo como se envolveu num trabalho de vários anos.

Em especial, gostaríamos de agradecer nominalmente àqueles, que no âmbito das instituições referidas, ou à margem delas, por força das circunstâncias, mais de perto nos prestaram colaboração. Assim, queremos exprimir a nossa gratidão muito especial ao Dr. Luís Fontes, técnico do Museu D. Diogo de Sousa, pelo apoio exemplar que nos prestou ao longo de vários anos, no trabalho de escavação e em gabinete e à Srª Maria Felismina Vilas Boas, a quem devemos, além de préstimos nas escavações, grande parte dos desenhos inseridos na parte gráfica deste trabalho. Mas, também não podemos deixar de prestar aqui justa homenagem aos Srs. Vladimiro Pires, José Manuel Freitas Leite e Araújo Pereira, pela qualidade e seriedade do trabalho que realizaram nas escavações, bem como aos Srs. José Moreira e Quenor Rocha, pela colaboração que deram à parte gráfica deste trabalho. Ao Dr. Henrique Regalo devemos, não só

grande número de informações sobre sítios arqueológicos na região do Cávado, mas também a sua paciente disponibilidade para nos acompanhar a muitos deles.

O apoio financeiro necessário à realização deste projecto, basicamente canalizado para escavações e desenho, foi-nos facultado pelo I.P.P.C. e pela Câmara Municipal de Vila Verde. Aos responsáveis dessas instituições devemos a possibilidade de materializarmos o nosso programa de trabalhos. Agradecemos, por isso, em particular ao Dr. António Carlos Silva, Director do Departamento de Arqueologia do I.P.P.C., ao Dr. Francisco Sande Lemos, Director do Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte, ao Dr. António Cerqueira, Presidente da Câmara Municipal de Vila Verde e ao Dr. Mata Alves vereador da Cultura daquele município.

À Fundação Calouste Gulbenkian temos que agradecer um subsídio que concedeu, a título especial, à Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, para aquisição de bibliografia especializada, necessária a este projecto.

Também aos responsáveis pela U.C.P. de Ciências Sociais, em especial aos Professores Doutores Lima de Carvalho, Aníbal Alves e Aurélio de Oliveira, temos que agradecer todas as facilidades que favoreceram a concretização do nosso projecto.

No âmbito das instituições queremos ainda salientar o apoio que nos foi dado pelos Serviços de Reprografia da U.M., na organização da parte gráfica deste trabalho, na sua reprodução, montagem e encadernação. Ao pessoal daqueles serviços, bem como aos seus responsáveis, agradecemos a franca disponibilidade que sempre revelaram.

Agradecemos ainda à Drª Manuela Delgado, ao Dr. Francisco Sande Lemos, à Drª Alexandra Gaspar e à Drª Isabel Silva a colaboração prestada na leitura e revisão de algumas partes deste trabalho e à Srª D. Maria da Graça Simões Dias a sua composição.

Finalmente expressamos o nosso sincero reconhecimento a todos aqueles que contribuiram de forma directa, ou indirecta para que o nosso trabalho fosse uma realidade, mas cujos nomes nos é impossível enunciar.

ÍNDICE

VOL. I

AGRADECIMENTOS 4
ÍNDICE 7
INTRODUÇÃO 15

1ª PARTE. DEFINIÇÃO E INSERÇÃO DO PROJECTO

INTRODUÇÃO.....20

A. PROBLEMÁTICAS E OBJECTIVOS

1. Introdução 21
2. Evolução das pesquisas 22
2.1. Idade do Bronze 24
2.2. Idade do Ferro 28
2.3. Romanização 37
3. Problemáticas.. 38
4. Objectivos 56

B. O QUADRO GEOGRÁFICO

1. Introdução 58
2. O vale do Cávado no contexto geomorfológico do Minho 60
3. Definição da área geográfica de trabalho 62
4. Geomorfologia 63
4.1. Tectónica e Paleogeografia 63
4.2. Geologia 64
4.3. Hidrologia e relevo 68
5. Clima e vegetação 71
6. Solos 75
7. Recursos 76
7.1. A rocha 76
7.2. A água 77

7.3. Os solos 77
7.4. As minas 78

C. O QUADRO DO POVOAMENTO

1. Introdução.....79
2. A natureza dos vestígios. Caracterização sumária 82
2.1. Povoados fortificados 82
2.2. Estações romanas 86
2.2.1. Villae.....87
2.2.2. Necrópoles 87
2.2.3. Outras estações 88
2.3. Monumentos epigráficos 88
2.4. Tesouros 90
2.5. Vias 91
3. O inventários dos vestígios e estações 93
3.1. Objectivos e metodologia 93
3.1.1. Justificação de um catálogo 93
3.1.2. As fontes 98
3.1.3. Critérios de apresentação 100
3.1.4. A cartografia 103
3.2. O catálogo 105

Notas.....201

VOL. II

2ª PARTE. AS ESCAVAÇÕES

INTRODUÇÃO 210

A. OPÇÕES METODOLÓGICAS

1. A escavação 211
1.1. A selecção dos sítios 211
1.2. Metodologia e terminologia da escavação 214
2. O estudo dos materiais 220

2.1. A cerâmica 220
2.2. Outros achados 230
3. O estabelecimento do quadro cronológico.....231
4. Critério de apresentação dos resultados 234

B. O ESTUDO DAS ESTAÇÕES

1. A citânia de S. Julião 236
1.1. Introdução 236
1.2. Localização e contexto geográfico 237
1.3. O estudo da estação. Objectivos e metodologia 238
1.4. As estruturas, a estratigrafia e o espólio 241
1.4.1. Sector A 241
1.4.2. Sector B 256
1.4.2.1. Corte 1 256
1.4.2.2. Corte 2 270
1.4.2.3. Corte 3 281
1.4.2.4. Corte 4 294
1.4.2.5. Corte 5 303
1.4.3. Sector C 307
1.4.3.1. Antigas escavações 307
1.4.3.2. Corte 1 311
1.4.4. Sector D 329
1.4.5. Corte F 333
1.5. Fases de ocupação e cronologia 336
1.5.1. Estratigrafia e cronologia interna do povoado 337
1.5.1.1. Sequências estratigráficas 337
1.5.1.2. Comparação das sequências 339
1.5.2. Fases de ocupação e cronologia relativa 346
1.5.2.1. S. Julião I 346
1.5.2.2. S. Julião IIA 350
1.5.2.3. S. Julião IIB 352
1.5.2.4. S. Julião III 354
1.5.2.5. S. Julião IV 356
1.5.3. Cronologia absoluta 356
1.6. Caracterização da cultura material 361
1.6.1. Etapa anterior ao Bronze Final 361

1.6.2. S. Julião I 362
A. Área de distribuição 362
B. Organização do habitat 363
C. Espólio 366
1.6.3. S. Julião IIA 387
A. Áreas de distribuição.....387
B. Organização do habitat 388
C. Espólio 390
1.6.4. S. Julião IIB 407
A. Áreas de distribuição 407
B. Organização do habitat 407
C. Espólio 411
1.6.5. S. Julião III 442
A. Áreas de distribuição 442
B. Organização do habitat 442
C. Espólio 444

Apêndice 1. Catálogo dos materiais das antigas escavações 452

2. O castro do Barbudo 464
2.1. Introdução 464
2.2. Localização e contexto geográfico 465
2.3. As escavações. Objectivos e metodologia 466
2.4. As estruturas, a estratigrafia e o espólio 468
2.4.1. Corte 1 468
2.4.2. Corte 2 473
2.4.3. Corte 3 484
2.4.4. Corte 4 492
2.4.5. Corte 5 511
2.5. Fases de ocupação e cronologia 516
2.5.1. Estratigrafia e cronologia interna do povoado.....517
2.5.1.1. Sequências estratigráficas 517
2.5.1.2. Repartição do espólio 519
2.5.2. Fases de ocupação e cronologia relativa 523
2.5.2.1. Barbudo I 523
2.5.2.2. Barbudo IIA 525
2.5.2.3. Barbudo IIB 526
2.5.2.4. Barbudo III 527

2.5.2.5. Barbudo IV 528
2.6. Caracterização da cultura material 530
2.6.1. Barbudo I 530
A. Caracterização do habitat 530
B. Cerâmica 531
2.6.2. Barbudo IIA 536
A. Área de ocupação 536
B. Espólio 537
2.6.3. Barbudo IIB 546
A. Organização defensiva e estruturas do povoado 546
B. Espólio 549
2.6.4. Barbudo III 571
A. Área de ocupação 571
B. Cerâmica.....573

3. O povoado do Lago 575
3.1. Introdução 575
3.2. O sítio. Localização e contexto geográfico 575
3.3. O estudo do povoado. Objectivos e metodologia 576
3.4. Áreas escavadas 578
3.4.1. Sondagem na muralha. Corte A. 578
A. Estruturas, estratigrafia e fases de ocupação 579
B. Espólio.....585
C. Síntese.....594
3.4.2. Sondagens de 1981 e 1982: cortes 1 a 10.....596
3.4.2.1. Corte 1 597
3.4.2.2. Corte 2 597
3.4.2.3. Corte 3 598
3.4.2.4. Corte 4 608
3.4.2.5. Corte 5 609
3.4.2.6. Corte 6 612
3.4.2.7. Corte 7 612
3.4.2.8. Corte 8 612
3.4.2.9. Corte 9 617
3.4.2.10. Corte 10 621
3.4.3. Síntese 626
3.5. Fases de ocupação e cronologia do povoado 629
3.5.1. Estratigrafia e cronologia interna 630

3.5.2. Fases de ocupação e cronologia relativa 637
3.5.2.1. Lago IA e IB 637
3.5.2.2. Lago IIA e IIB 638
3.6. Organização do povoado 639
3.6.1. Estrutura defensiva 641
3.6.2. Estruturas domésticas 643
3.7. Cerâmica 647
3.7.1. Lago IA 648
3.7.2. Lago IB 649
3.7.3. Lago IIA 657
3.7.4. Lago IIB 671

Notas.....702

VOL. III

3ª PARTE. INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

INTRODUÇÃO 706

A. A CRONOLOGIA E A EVOLUÇÃO DOS POVOADOS 708

1. Introdução 708
2. Os esquemas evolutivos da "Cultura dos castros" e os seus fundamentos 709
3. Quadro cronológico da ocupação dos povoados 726
3.1. Critérios e limites 726
3.2. Terminologia e periodização 728
3.3. Correlação crono-estratigráfica das estações 735
4. Fases de ocupação e sua caracterização 739
4.1. Fase I 739
4.1.1. Cronologia 739
4.1.2. Implantação dos povoados 745
4.1.3. Organização do habitat 751
4.1.4. Cultura material 759
4.1.4.1. A cerâmica 759
4.1.4.2. Achados líticos 773
4.1.4.3. Os metais 775

4.2. Fase II 776
4.2.1. Cronologia 776
4.2.2. Implantação dos povoados 780
4.2.3. A organização do habitat 786
4.2.4. Cultura material 790
4.2.4.2. A cerâmica 790
4.2.4.2. Achados líticos 806
4.2.4.3. Os metais 807
4.3. Fase III 808
4.3.1. Cronologia 808
4.3.2. Organização do habitat 813
4.3.3. Cultura material 820
4.3.3.1. A cerâmica 820
4.3.3.2. Achados líticos 840
4.3.3.3. Os metais 841
4.3.4. Os desenvolvimento dos povoados e os contactos da região com o mundo romano 842
4.4. Fase IV 850
4.4.1. Cronologia 850
4.4.2. Estrutura e caracterização dos povoados 854
4.4.3. Cultura material 859
4.4.3.1. A cerâmica 859
4.4.3.2. Os vidros 861
4.4.3.3. Os metais 862
4.4.3.4. As moedas 862

B. A EVOLUÇÃO DO POVOAMENTO DO VALE DO CÁVADO

1. Introdução 864
2. A evolução cultural do 1º milénio a.C. As problemáticas gerais 869
2.1. O comércio e a organização económica 874
2.2. A organização social e política 878
2.3. A organização espacial 889
3. O povoamento do 1º milénio a.C.....893
3.1. O quadro ambiental. Algumas hipóteses 893
3.2. A emergência do habitat fortificado. Os dados e os problemas.899
3.3. A evolução cultural. Permanência e mutação 908
3.4. Os povoados fortificados e a sua organização espacial 914

3.4.1. Caracterização 914
3.4.2. A distribuição espacial e a sua interpretação 923
4. O povoamento sob domínio romano 932
4.1. A romanização do vale do Cávado 932
4.2. Bracara Augusta e as suas relações com o espaço envolvente...936
4.2.1. A fundação de Bracara Augusta 936
4.2.2. O desenvolvimento de Bracara Augusta 942
4.3. Novas formas de habitat. Os dados e as problemáticas 946

Notas 968

CONSIDERAÇÕES FINAIS 981
BIBLIOGRAFIA 988
ÍNDICE DAS FIGURAS.....1027

INTRODUÇÃO

A ideia de realizarmos o estudo do povoamento proto-histórico e da romanização do vale do Cávado remonta a 1980. A necessidade de definirmos uma área cronológica e geográfica de trabalho, com vista à apresentação de provas de doutoramento e a nossa natural inserção na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho levou-nos a tentar articular o nosso projecto de trabalho com os estudos aí em curso.

Na nossa opção pesou o facto de se encontrar já em desenvolvimento o projecto de salvamento e estudo da cidade romana de Bracara Augusta, que se apresentava como um importante pólo de investigação no contexto da Arqueologia do Norte de Portugal, capaz de fornecer elementos relevantes para o estudo da romanização dessa área. Por outro lado, a existência de numerosos povoados indígenas com ocupação proto-histórica, alguns romanizados, na área envolvente da cidade, referenciados desde longa data, mas nunca estudados de forma sistemática, constituía um importante campo de investigação.

Uma das vias de pesquisa que se nos oferecia centrava-se, por conseguinte, na tentativa de articular a ocupação indígena da região com a implantação da cidade romana. Uma outra linha de trabalho relacionava-se com o estudo das formas de ocupação romana no espaço rural próximo de Bracara Augusta.

O nosso projecto acabaria por abarcar estas duas orientações, muito embora o estudo da ocupação rural romana tenha sido abordado apenas de forma superficial e baseado exclusivamente em dados provenientes de trabalhos de prospecção. Nesse sentido, a nossa análise sobre a época romana constitui mais um ponto de partida para futuras pesquisas nessa área do que um conjunto de resultados propriamente dito.

De certo modo, o nosso projecto resultou de uma convergência de interesses: aos investigadores de Bracara Augusta interessava o estudo da evolução do povoamento proto-histórico da região em que a cidade se

implantou; por outro lado, qualquer trabalho desenvolvido nessa área poderia contar, pelo menos no que respeita ao estudo da romanização, com o suporte de conhecimentos que o estudo de Bracara Augusta forçosamente forneceria.

A temática do trabalho afigurava-se ainda bastante aliciante do ponto de vista metodológico. As virtualidades dum estudo desta natureza, em termos de análise espacial, uma vez que poderíamos contar com numerosos elementos fornecidos pelas fontes bibliográficas e por trabalhos de prospecção, facultavam um tipo de investigação, entre nós pouco desenvolvido.

Este projecto viria a ser aceite, nas suas linhas gerais, pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, na qual e com o apoio da qual foi possível realizar o trabalho, pela Unidade de Ciências Sociais a cujo corpo docente pertencemos e ainda pelo Conselho Científico daquela Universidade ao qual submetemos, em devido tempo, a sua estrutura geral.

Muito especialmente gostaríamos de salientar o apoio que nos foi dado pelo Professor Doutor Jorge de Alarcão que se prontificou a orientar o nosso trabalho.

Definidas as linhas gerais e a temática do projecto, forçoso foi precisar os seus contornos mais exactos, quer em termos geográficos, quer cronológicos.

Encontrando-se Bracara Augusta num ponto de confluência de duas bacias hidrográficas, a do Cávado e a do Ave, optámos pelo estudo da região a Norte da cidade, ou seja pela área da bacia do Cávado, menos conhecida. Todavia, a sua razoável extensão levou-nos a estudar apenas o seu troço médio, pela unidade geomorfológica que apresenta e pela sua maior proximidade em relação a Bracara Augusta.

Os limites cronológicos que foram fixados, entre o Bronze Final e a Romanização, resultam em parte da ocupação que foi assinalada nos povoados escavados.

O nosso trabalho utilizou dois tipos diferentes de fontes: para a definição de um quadro cronológico da evolução dos povoados fortificados e para a caracterização da cultura material foram feitas escavações em três estações diferentes; a correlação destas com o conjunto dos povoados existentes na bacia do Cávado foi ensaiada a partir de dados compilados na bibliografia e identificados através da prospecção de terreno. Pelos mesmos métodos procurámos ainda obter

elementos relativos ao habitat rural romano, tendo sido recolhidos e inventariados todos os sítios e achados referenciados na zona até 1985.

Os resultados obtidos nas escavações permitiram uma abordagem minuciosa da evolução dos povoados estudados, quer em termos de estruturas, quer em termos da produção cerâmica. Eles constituem uma importante base de dados para o estudo das comunidades proto-histórica da região do vale do Cávado.

Por sua vez, a cartografia dos vestígios e estações permitiu estabelecer um quadro do povoamento coevo da ocupação daqueles habitats que facilitou a análise das características e das problemáticas do povoamento desta região, nas etapas cronológicas consideradas.

Os objectivos do nosso trabalho, que serão precisados na primeira parte, não pretenderam esgotar todas as questões que se colocam ao estudo dos povoados fortificados durante o Iº milénio a.C. Eles incidiram em aspectos muito concretos que se inserem num conjunto de problemáticas que julgámos mais pertinentes, como a cronologia, a evolução estrutural e arquitectónica destes habitats e a sua cultura material. Por outro lado, encarámos estes povoados não como unidades de uma "Cultura" específica, mas como habitats característicos de uma determinada área geográfica, cujas cambiantes cronológicas e culturais necessitam de ser precisadas e valorizadas à escala regional. Eles parecem traduzir, não um estádio tecnológico ou cultural específico do desenvolvimento das comunidades proto-históricas do NO peninsular, mas sobretudo uma modalidade de ocupação particularmente bem adaptada aos condicionalismos daquela região.

A estrutura do trabalho foi-se forjando à medida que os dados foram sendo recolhidos. Os nossos objectivos foram sendo, também eles, sucessivamente precisados e por vezes revistos ao longo das diferentes etapas da sua execução.

O trabalho encontra-se estruturado em três partes. Na primeira serão definidos em pormenor as problemáticas e os objectivos, o quadro geográfico e o quadro do povoamento da região estudada.

Na segunda parte serão apresentados e analisados detalhadamente os dados recolhidos nas escavações. Aí será também precisada a metodologia que foi seguida nas escavações, bem como na análise e interpretação da estratigrafia e dos materiais.

A terceira parte será reservada à apresentação do quadro cronológico e dos principais resultados extraídos das escavações. Estes

dados serão inseridos no quadro regional do vale do Cávado, através dos elementos obtidos na prospecção e levantamento bibliográfico e no âmbito mais alargado dos conhecimentos relativos ao Noroeste peninsular. Finalmente, procuraremos esboçar um modelo interpretativo da evolução do povoamento da região estudada.

Apesar de tudo, julgamos que o balanço deste trabalho, fruto de sete anos de investigação, cinco dos quais de trabalho de campo, reflecte, com alguma dignidade, o esforço de todos aqueles que nele participaram e o empenho dos que o apoiaram e encorajaram.

Um trabalho de investigação que tem por base escavações é, naturalmente, um trabalho longo, que oferece várias desvantagens. Assentando a sua estrutura cronológica em informações obtidas nas escavações, ele tinha que contemplar, necessariamente, a análise e descrição dos seus resultados. Por outro lado, o estudo que realizámos de cada estação foi concebido para servir a uma futura publicação monográfica, facto que justifica o tratamento pormenorizado e exaustivo que é feito para cada sítio.

Mas, se o estudo dos povoados beneficiou individualmente dessa intenção, talvez que o trabalho global, que aqui se apresenta, tenha perdido, na medida em que são inevitáveis certas repetições entre a 2ª e a 3ª partes.

1ª PARTE. DEFINIÇÃO E INSERÇÃO DO PROJECTO

INTRODUÇÃO

Qualquer projecto individual de investigação em Arqueologia tem que ser visto como uma contribuição parcelar.

Em primeiro lugar, porque é impossível dar resposta ao vasto conjunto de questões que se coloca ao estudo de um período cronológico e cultural qualquer. Em segundo lugar, porque a natureza da pesquisa arqueológica implica que os dados que são recolhidos e manuseados pelo arqueólogo sejam, muitas vezes, fruto de um complexo jogo de probabilidades inerente a qualquer descoberta arqueológica. Depois, porque a Arqueologia é hoje um campo científico extremamente diversificado em termos metodológicos, que implica um trabalho de natureza pluridisciplinar. Finalmente, porque ao arqueólogo não se exige apenas que apresente e analise os achados que recolhe, mas também que os interprete no âmbito cultural a que se referem e no contexto mais vasto da evolução das sociedades humanas do passado.

A Arqueologia é um domínio de investigação plurifacetado e absorvente, na medida em que integra cada vez mais métodos e modelos interpretativos de outras ciências exactas ou humanas. Por outro lado, a crescente complexidade que é hoje reconhecida às sociedades humanas faz com que os conhecimentos adquiridos num determinado momento representem sempre uma parcela mínima daqueles que seriam necessários para um estudo satisfatório.

Neste sentido, qualquer projecto de pesquisa em Arqueologia, e muito particularmente deste tipo, porque não ultrapassa o âmbito de uma contribuição individual, implica uma definição concreta da natureza dos problemas que pretende abarcar.

É essa tarefa que nos propomos concretizar na 1ª parte do nosso trabalho. Nela serão definidas:

A - **As problemáticas e os objectivos do projecto,** que procurámos inserir no quadro mais amplo das pesquisas realizadas no NO peninsular;

B - **O quadro geográfico** do Vale do Cávado, do qual procurámos traçar as características que nos parecem mais relevantes face aos objectivos do nosso trabalho;

C - **O quadro do povoamento** da região, onde se pretendeu apontar a natureza das jazidas e dos vestígios que foram objecto de estudo.

A. PROBLEMÁTICAS E OBJECTIVOS

1. INTRODUÇÃO

Com excepção de trabalhos muito pontuais ou de breves referências de carácter introdutório a sínteses arqueológicas, a história da investigação, sobretudo perspectivada do ponto de vista epistemológico, não tem interessado a generalidade dos arqueólogos portugueses.

Assim, constitui tarefa dos investigadores que pretendem debruçar-se mais profundamente sobre um determinado período cronológico, tentar traçar as grandes linhas de desenvolvimento da pesquisa.

Essa tarefa parece-nos tanto mais importante quanto parece ser hoje inaceitável que o conhecimento, em qualquer campo científico, seja visto fora dos pressupostos teóricos e metodológicos (quadros de referência) que o geraram.

Esta asserção justifica, em parte, o crescente interesse com que os investigadores, sobretudo ligados à escola anglo-saxónica e à "Nova Arqueologia", têm debatido as concepções subjacentes à pesquisa e interpretação arqueológica, no âmbito da filosofia da ciência.

Thomas Kuhn (1962) demonstrou que toda a ciência se baseia em paradigmas sobre a natureza do mundo físico e sobre a maneira como ele foi olhado ao longo dos tempos, mostrando que a História da Ciência se baseia, não numa acumulação de factos e conhecimentos, mas sobretudo nas mudanças radicais das perspectivas com que o homem construíu o universo cognitivo.

As asserções de Thomas Kuhn criaram importantes implicações de natureza científica.

A primeira radica no facto de que a História da Ciência deve ser olhada em termos de uma evolução de paradigmas, ou seja de abstracções conceptuais à luz das quais se observaram e interpretaram os factos.

A segunda diz respeito à própria relatividade dos factos científicos conhecidos, uma vez que eles resultam do modo como foram analisados. Não existem factos puros. Todo o conhecimento é abordado a partir de concepções teóricas e paradigmáticas, sejam elas expressas ou não pelos investigadores.

Quer dizer, os dados do conhecimento, qualquer que seja o campo científico, foram submetidos a considerações que valorizaram certos aspectos e não outros e que dependem, em última instância, dos métodos e referências conceptuais utilizados para os recolher, chegando até nós com um determinado significado.

Os paradigmas parecem afectar, por conseguinte, todos os níveis da pesquisa, desde os problemas que são analisados, até à sua descrição e ao modo como são explicados.

2. EVOLUÇÃO DAS PESQUISAS

Não é nossa intenção fazer a história da investigação arqueológica do Noroeste Peninsular no período cronológico que nos interessa, mas é forçoso que analisemos a evolução das pesquisas e os conceitos a ela subjacentes como forma de equacionar algumas das principais problemáticas de estudo, nas quais procurámos alicerçar os objectivos do nosso trabalho.

Qualquer tentativa de abordagem da evolução das pesquisas nesta região, por modesta e provisória que seja, depara com vários obstáculos. Estes resultam da extensíssima bibliografia, da existência de raras sínteses e de um quadro de conhecimentos bastante desigual dentro da vasta área geográfica do NO. A estas dificuldades acresce o facto de cada um dos períodos cronológicos considerados (Idade do Bronze, Idade do Ferro e Romanização) terem histórias de pesquisa próprias, que quase nunca se interligam em termos de problemáticas.

Os estudos relativos à Proto-História do Noroeste podem ser vistos como dois grandes blocos de investigação diferenciados: um, diz respeito à Idade do Bronze, habitualmente perspectivada sob a designação

de "Cultura do Bronze Atlântico"; o outro centra-se em torno da "Cultura Castreja".

O estudo da Romanização constitui um outro bloco, não só devido à maior diversidade de fontes que utiliza, algumas das quais especializadas, como a Epigrafia, ou as fontes literárias, como também pelas problemáticas que levanta.

A intersecção destes três blocos cronológicos e culturais, focando uma evolução diacrónica da ocupação do NO peninsular, raramente foi perspectivada. São todavia de destacar os esforços que caracterizam estudos mais recentes no sentido de articular , por um lado, a Idade do Bronze e a "Cultura Castreja" (MALUQUER DE MOTES 1975,123-145; EIROA 1980,71-83; CALO LOURIDO e SIERRA RODRIGUEZ 1983,19-85; SILVA 1986), por outro, esta última com a Romanização (TRANOY 1981a; ALMEIDA 1983a,70-74;1983b,187-198).

A dificuldade em se obter um quadro evolutivo da ocupação deste território, entre a Idade do Bronze e a Época Romana, resulta fundamentalmente de dificuldades inerentes às próprias características da investigação, à formação dos arqueólogos, mas também de um conhecimento deficiente dos processos de evolução cultural numa área cronológica e geográfica tão vasta.

Há contudo, que abordar mais de perto a natureza das contribuições científicas que caracterizam os trabalhos realizados nesta região(1).

Na investigação arqueológica do NO, pesam de forma apreciável os estudos sobre a "Cultura Castreja". Esse facto explica, em parte, o relativo desinteresse por outros períodos cronológicos e culturais, só recentemente ultrapassado, quer no âmbito do Paleolítico, quer no do Megalitismo , quer ainda no da Pré-História Recente, ou mesmo no da Romanização.

A elevada densidade de castros, normalmente bem conservados, a atracção pela problemática da celtização do NO, defendida por P. Bosch Gimpera (1932) e seguida por muitos outros investigadores e as próprias concepções, algo mitológicas, que envolvem o estudo dos castros (paradigma das origens étnicas), galvanizaram quase por completo o interesse dos investigadores locais, praticamente desde F. Martins Sarmento.

A tentativa de caracterizar e interpretar os povoados castrejos, cedo definidos como elementos de uma "Cultura" arqueológica proto-histórica - origem étnica, área geográfica, habitat, cultura material, cultura espiritual - encontra-se materializada numa prolixa bibliografia, na qual se isolam raros esforços de síntese.

Os estudos relativos à Idade do Bronze são na área do Noroeste muito menos desenvolvidos, pese embora a densidade de achados, sobretudo dos atribuíveis à fase final desse período, documentada por uma extensa bibliografia, normalmente de carácter descritivo e tipológico.

Por sua vez, os trabalhos referentes à Romanização baseados em escavações são bastante pontuais. Será de destacar todavia, o grande impulso que a arqueologia romana sofreu nos últimos anos nesta região, que resulta, quer do estudo das cidades romanas, quer de trabalhos de síntese sobre a documentação epigráfica, quer ainda da notável ampliação de conhecimentos obtidos com base em prospecções e em novas escavações.

A discrepância de conhecimentos, conceitos e problemas envolvidos no estudo dos períodos cronológicos em causa obriga-nos a analisar a evolução de cada um deles separadamente.

2.1 IDADE DO BRONZE

Com excepção dos últimos anos, a investigação sobre a Idade do Bronze do Noroeste cinge-se basicamente à descrição e ao estudo dos achados metálicos.

O conhecimento desta etapa cronológica surge-nos assim quase num completo divórcio em relação aos contextos culturais óbvios: habitats e necrópoles.

A descoberta de objectos metálicos e a sua divulgação é anterior a qualquer tentativa de inserção cronológica dos mesmos e à enunciação dos modelos explicativos que vão nortear a investigação deste período da Proto-História, que só surgirão nos anos 30 deste século.

As pesquisas sobre a Idade do Bronze peninsular passam então a inscrever-se num quadro de dualidade cultural proposto por P. Bosch Gimpera (1932). Este investigador, aplicando uma terminologia europeia, divulgada pela escola arqueológica nórdica de Montelius e Kossina e as cronologias estabelecidas para a Europa centro-ocidental, divide a Idade do Bronze peninsular em dois grandes blocos : Bronze Levantino, ou

do Sudeste, representado pela Cultura de El Argar, que corresponderia ao Bronze I e II europeus e o Bronze do Noroeste, mais tardio, que representaria o Bronze III e IV.

M. Santa Ollala (1946), seguidor de P. Bosch Gimpera, introduzirá na bibliografia os termos de Bronze Mediterrânico e de Bronze Atlântico para designar, respectivamente, os achados referentes às duas grandes áreas culturais da Idade do Bronze peninsular.

O quadro dicotómico de Santa Ollala ganhará sucesso, sendo rapidamente assimilado e marcará a investigação praticamente até aos anos 70. Aliás, a expressão Bronze Atlântico é ainda hoje utilizada para designar os achados metálicos característicos da franja ocidental da Península Ibérica (KALB 1980a,113-120; RUIZ GALVEZ PRIEGO 1984; COFFYN 1985).

O esquema dual de Santa Ollala será seguido e precisado por Savory (1949,128-155; 1951,323-377) e por Eoin Mac-White (1951). Este último investigador, procedendo a uma caracterização tipológica dos achados conhecidos até esse momento, dará ao Bronze Atlântico a sua verdadeira dimensão, destacando os seus contactos, quer com as regiões atlânticas , quer com a mediterrânica.

Mac-White seguindo as cronologias europeias definirá um Bronze II, ou Proto-Atlântico entre 1700-1200 a.C., um Bronze III entre 1200-900 a.C. e finalmente um Bronze IV entre 900-650 a.C. Segundo ele, o foco metalúrgico do Noroeste desenvolver-se-á inicialmente ligado ao Mediterrâneo (Bronze Proto-Atlântico), atingindo todavia o seu máximo florescimento nas fases seguintes, durante as quais se manifestará a sua personalidade, que assinala afinidades com as regiões atlânticas das Ilhas Britânicas e da costa francesa e através destas com a Europa centro ocidental e nórdica.

Na década de 50 e depois do trabalho de Mac-White, destacam-se algumas contribuições pontuais, resultantes de novas descobertas e ainda alguns trabalhos de síntese incidentes sobre o Bronze Atlântico, devidas sobretudo a investigadores ingleses, que se baseam fundamentalmente em estudos de carácter comparativo (EVANS 1951,181-184; HAWKES 1952,81-119; HENCKEN 1956,125-178).

Os anos 60 assinalam, a nível europeu, um considerável impulso nos estudos da Idade do Bronze, caracterizado pelo aparecimento de vários trabalhos de síntese, que sistematizam as cronologias e pelo início dos estudos metalográficos, que irão contribuir para uma

interpretação mais correcta das características dos achados e dos seus centros de produção. Este surto de trabalhos não terá contudo qualquer impacto imediato a nível peninsular.

Apenas nos anos 70 se regista um maior interesse pelos estudos do Bronze Atlântico peninsular, que se faz acompanhar igualmente por uma certa posição crítica em relação aos trabalhos anteriores e por novas perspectivas de abordagem.

Com efeito, apesar do carácter discutível do termo Bronze Atlântico, a maioria dos trabalhos continuam a utilizar essa expressão , mau grado uma certa consciência de que o sistema dual de Santa Ollala seria demasiado rígido. No entanto, como saliente Philine Kalb (1980a,115), parece existir um certo receio de iniciar um estudo mais amplo e profundo que pudesse ter em vista uma alternativa.

Será só na década de 70 que se chamará a atenção para as desvantagens da terminologia usada em relação à Idade do Bronze peninsular, sobretudo em termos explicativos, por ela favorecer a valorização dos caminhos marítimos e porque o esquema de Santa Ollala repousava basicamente num conhecimento incipiente de outras regiões da Península, que dificilmente se poderiam inserir na dualidade proposta.

Nos inícios dos anos 70, J. Maluquer de Motes (1975,129-145) apresenta um balanço crítico sobre os estudos do Bronze Atlântico. Chama então a atenção para a enorme quantidade de materiais arqueológicos referente a este período e a sua magra utilidade para estabelecer uma periodização e propõe algumas bases para futuras pesquisas, das quais se destaca a necessidade de estabelecer os contextos culturais dos achados conhecidos.

Juan Eiroa debruça-se igualmente sobre a cronologia da Idade do Bronze do NO (1971/72,103-124; 1973,62-69; 1973/74,25-123). Embora seguindo basicamente as periodizações de Mac-White tentará estabelecer uma ponte entre o Bronze Final Atlântico e a Idade do Ferro do Noroeste, assunto que retomará mais tarde, baseando-se para o efeito nas primeiras datações absolutas surgidas, entretanto, para alguns castros da região (EIROA 1979,39-55; 1980,71-83).

Os trabalhos deste período desenham tendências que marcarão a investigação dos últimos anos e que se perfilam na tentativa de articular o mundo dos achados metálicos com os contextos culturais conhecidos no Noroeste.

É essa perspectiva que está presente no trabalho de Philine Kalb

(1980a,113-120), embora alargada a uma área mais ampla. Ela tentará relacionar os achados do Bronze Atlântico do Norte de Portugal com os habitats com cerâmica "tipo Penha" , os da Beira Alta com os povoados que fornecem cerâmica "tipo Baiões" e "Santa Luzia" e os da Estremadura com as estações da chamada "Cultura de Alpiarça" (1980a,118-119).

Embora a ideia de que as origens da "Cultura Castreja" deveriam ser procuradas no Bronze Final tivesse sido expressa anteriormente por outros autores, a verdade é que a orientação geral dos estudos dos achados metálicos de bronze privilegiou quase exclusivamente análises tipológicas e relações a grande distância, impedindo uma abordagem muito mais óbvia que seria a da relação dessas produções com os contextos culturais locais.

Tal situação resultou, em parte, do facto dos achados conhecidos não possuirem contextos arqueológicos bem definidos, sendo na sua grande maioria achados isolados e ainda dum estudo incipiente dos habitats do NO. Por outro lado, os depósitos que permitiram, nos outros países, a definição de uma cronologia regional, são, na região do Noroeste, pouco abundantes e menos complexos. Mas sobretudo esta situação denuncia uma certa falta de perspectivas metodológicas e de capacidade crítica, que se fazem sentir igualmente nos estudos sobre a Idade do Ferro.

Os trabalhos dos últimos anos assinalam o cruzamento de várias tendências metodológicas que convergem para um conhecimento mais preciso dos achados e dos seus contextos.

Embora não exclusivamente relacionados com o Noroeste haverá que referir algumas sínteses recentes, nomeadamente: a de L. Monteagudo (1977), basicamente centrada na tipologia dos achados da Idade do Bronze da Península e nos paralelismos cronológicos com depósitos extra-peninsulares, mais complexos e fáceis de datar, tendência seguida pelo mesmo autor em trabalhos mais recentes (1981,366-398); os trabalhos de A. Coffyn dedicados ao Bronze Final Atlântico, que incluem forçosamente a área do NO (1983,169-196; 1985) e o trabalho de M. Luisa Galvez Priego (1984), dedicado ao Bronze Atlântico em geral.

Para além da validade dos sistemas cronológicos sugeridos por aqueles autores, em grande medida construídos por conexão com achados não peninsulares, deverá destacar-se a tentativa de os articular com as culturas arqueológicas coevas das fases de desenvolvimento propostas, quer no que respeita ao habitat, quer aos enterramentos. Essa articulação é contudo embrionária pelo deficiente conhecimento desses

mesmos contextos, muito embora constitua um ponto de partida importante.

Na área portuguesa há que referenciar nos últimos anos uma certa ampliação dos conhecimentos relativos a esse período, que resulta, sobretudo, do cruzamento de projectos de trabalho centrados em temáticas e períodos cronológicos distintos, nomeadamente os habitats da Pré-História Recente[2] e as novas escavações em castros[3].

Os novos dados obtidos e as problemáticas que vêm sendo colocadas permitem hoje repensar o conjunto dos conhecimentos numa perspectiva diferente e mais frutuosa do que aquela que se esgota no estudo tipológico dos materiais metálicos (JORGE 1982/83,101-106; SILVA 1982,108-114).

Podemos assim considerar que a evolução dos conhecimentos relativos à Idade do Bronze do Noroeste caberá num quadro divisível em três etapas, muito embora os seus limites possam ser considerados subjectivos e arbitrários.

Uma primeira etapa desenvolve-se entre finais do séc. XIX e os anos 30 e 40 deste século. É um período em que se recolhem e divulgam achados e que terminará com a formulação das primeiras sínteses e esquemas cronológicos por P. Bosch Gimpera (1932) e por M. Santa Olalla (1941).

A segunda etapa caracterizará a investigação entre os anos 40 e 70 e nela assistimos a uma ampliação de dados e ao aparecimento de novos trabalhos que não porão todavia em causa os esquemas cronológicos anteriormente formulados.

Os inícios de uma terceira etapa parecem desenhar-se a partir dos anos 70 e ligam-se à formulação de novas propostas de trabalho que colocam a tónica na articulação dos achados com os contextos culturais. Para que esta tendência possa dar todos os seus frutos será necessário que sejam desenvolvidas pesquisas de carácter regional, sobretudo centradas em escavações, que permitam estabelecer uma evolução interna das culturas metalúrgicas da Idade do Bronze na área do Noroeste[4].

2.2 IDADE DO FERRO

Os estudos da Idade do Ferro no Noroeste Peninsular encontram-se intimamente ligados à investigação dos castros.

O interesse suscitado pelas ruínas destes habitats, tão característicos da região, está documentado pelas referências que lhes são feitas, quer nas fontes medievais, quer nas obras eruditas dos sécs. XVI, XVII e XVIII, muito embora pareça ser então ignorado o seu significado como povoados(5).

A exploração dos castros inicia-se, contudo, com os trabalhos pioneiros de F. Martins Sarmento na citânia de Briteiros e em Sabroso.

O interesse deste erudito por estas estações poderá inserir-se num contexto de introdução em Portugal da Arqueologia científica, que caracterizará os finais do séc. XIX e ao qual se encontra igualmente ligada a figura de J. Leite de Vasconcelos.

A repercussão dos trabalhos destes dois investigadores e o interesse que a Arqueologia suscitava então nos meios eruditos, encontra-se expressa na realização em Lisboa do IXº Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas, em 1880, no qual estiveram presentes os maiores vultos da Arqueologia europeia.

A realização da Conferência Citaniense de 1877 e a visita dos congressistas à citânia de Briteiros no âmbito do IXº Congresso mostra, por outro lado, o impacto e o interesse científico dos trabalhos que Martins Sarmento vinha realizando nos castros do Norte de Portugal (LEMOS 1985).

Todavia, a actividade deste investigador traduzir-se-á mais pela criação de um ambiente de interesse pela Arqueologia e especialmente pelo estudo dos castros, do que por obras de vulto, que infelizmente não escreverá.

Os seus interesses, grande erudição e acções, expressam-se por centenas de pequenos trabalhos que se dispersam por variadíssimos assuntos e por uma prolixa correspondência, parcialmente compilada e vinda a lume posteriormente à sua morte(6).

Os seguidores de M. Sarmento prosseguirão o seu trabalho de inventário e escavação de numerosos castros.

A identificação de novas estações e de novos elementos da cultura material destes povoados e a tentativa de os explicar, com recurso a abundantes paralelos, ocupam os estudiosos entre finais do séc. XIX e os anos 20 deste século. As suas preocupações fundamentais orientavam-se para a problemática da filiação étnica dos achados, ou dos povos que haviam habitado a região antes da chegada dos romanos. Simultaneamente ía-se definindo uma consciência de que estes habitats

traduziam uma homogeneidade cultural que os individualizava em relação a outras regiões peninsulares.

Na Galiza o cenário é semelhante. Aí, o interesse pelos castros generaliza-se mais nos princípios do séc. XX, iniciando-se então os primeiros inventários e as primeiras escavações(7).

Os anos 20 serão dominados, a nível peninsular, pela figura de P. Bosch Gimpera a quem se ficará a dever a definição da "Cultura dos Castros" e a sua caracterização no âmbito da 2ª Idade do Ferro peninsular, com base na tipologia dos seus povoados e na planta das suas habitações.

Essa designação será adoptada por todos os investigadores e manter-se-á até aos nossos dias. A partir de então mais não se fará que tentar precisar as características e uniformidade desta "Cultura".

Dessa tendência são reflexo entre nós os trabalhos de Mendes Correia (1924;1928), a quem se deve a síntese dos conhecimentos relativos à Idade do Ferro do Noroeste português posterior às Religiões da Lusitânia de J. Leite de Vasconcelos.

Na Galiza o lançamento do Grupo Nós e a criação do Seminário de Estudos Galegos, nos anos 20, marcam um grande florescimento dos trabalhos arqueológicos nos castros, quer a nível da catalogação, quer das escavações. A este florescimento estão ligados alguns vultos como Cabré Aguilló, Federico Macineira, Bouza Brey, Lorenzo Fernandez e mais tarde Garcia e Bellido.

Será contudo a figura de F. Lopez Cuevillas que dominará o cenário da arqueologia dos castros entre os anos 20 e 60. A ele se deve um extenso rol de trabalhos de carácter monográfico e de síntese, que contribuirá para precisar as características da "Cultura Castreja". Esta foi sendo enriquecida com novos elementos resultantes de escavações, de prospecções e de achados fortuitos.

Dentro da vultuosa obra de Lopez Cuevillas será justo destacar as suas sínteses de 1926 e de 1953 bem como alguns trabalhos que irão precisar os aspectos pelos quais, ainda hoje, se define esta "Cultura".Estão nesse caso a área geográfica (1933a, 99-107), a arquitectura e as habitações (1946, 7-74; 1947b, 141-146), as armas (1946-1947, 543-589), as fíbulas (1950a, 5-19), as esculturas (1951b, 177-203), a cerâmica (1953b, 253-259; 1958, 321-328), ou a ourivesaria (1926, 111-114; 1932a, 225-236; 1932b, 37-132; 1943; 1951a, 23-32; 1951c).

A tentativa de catalogação sistemática dos castros galegos, que ainda hoje prossegue e que terá menos impacto na área portuguesa, constitui uma importante linha de trabalho na Galiza[8], em simultâneo com a escavação de numerosos castros[9].

Em Portugal, a partir dos anos 20 a arqueologia dos castros centra-se em torno da figura de Mário Cardoso, não só pela continuação dos trabalhos na citânia de Briteiros, como pela sua extensa bibliografia, alguma da qual reúne, para a área portuguesa, os conhecimentos entretanto acumulados.

A ele se devem alguns trabalhos de síntese relativos à arquitectura defensiva dos castros (1952b, 122-152), à arquitectura doméstica (1946a, 243-257; 1974, 69-93), à arte ornamental (1949, 345-367), à metalurgia (1965d, 29-49), à cerâmica e aos vidros (1966, 469-475), à ourivesaria (1929, 207-218; 1938a, 35-40; 1942a, 89-100; 1942b, 93-103; 1944, 19-28; 1959c, 13-27), aos monumentos com forno (1932, 7-25; 1934; 1946b, 289-308), ou a problemáticas gerais (1937, 228-240; 1938b, 218-236; 1953a, 666-683; 1959b, 417-439; 1962, 391-423; 1973a, 261-282).

Embora com carácter menos geral, importa destacar também os trabalhos de Félix Alves Pereira (1933, 27-30; 1938, 137-150; 277-282; 1939, 35-41; 103-111; 1941, 27-40; 312-330), a quem se deve o conhecimento da maioria dos elementos da cultura material descobertos na citânia de Briteiros, de Rui de Serpa Pinto que, a propósito dos resultados das escavações de Terroso, esboça um breve mas lúcido balanço crítico sobre os castros da área portuguesa (1932, 81-91), ou de Jorge Dias relativos à arquitectura dos castros (1946, 173-194; 1949a, 126-168) e à "Cultura Castreja" (Dias e Oliveira 1962, 375-390).

Na área portuguesa as tentativas de inventário e catalogação dos castros serão muito menos significativas do que na Galiza. Há que assinalar, contudo, alguns esforços nesse sentido devidos aos trabalhos de Abel Viana (1926, 88-90, 111-113; 1930; 1932, 1-24) e de Leandro das Quintas Neves (1965, 172-180) na região do Alto Minho, de Albano Belino (1909, 1-27) e de Carlos Teixeira (1936, 231-251) na área de Braga, de Félix Alves Pereira na zona de Arcos de Valdevez (1885, 161-175; 1898, 231-238; 1904, 214-219; 1914, 6-24), ou ainda os de Irisalva Moita (1962, 453-460; 1971, 271-281), para o conjunto do Norte de Portugal. Para Trás-os-Montes as referências fundamentais continuam a ser os trabalhos de Francisco Manuel Alves (1934) e os de Pereira Lopo,

publicados entre 1896 e 1920 no Arqueólogo Português.

Esta notável acumulação de dados, resultantes de inventários e de escavações, entre os anos 20 e 70[10], servirá fundamentalmente para precisar as características mais evidentes destes habitats, como a arquitectura doméstica e militar, a ourivesaria, a metalurgia, ou a área geográfica em que se manifestam. De certo modo, estes conhecimentos surgem como blocos individualizados, abordados quase sempre em forma de síntese e baseados na comparação entre estações, na maior parte dos casos deficientemente escavadas.

Uma das tónicas que marcará a investigação dos castros centra-se, aliás, na tentativa de demonstrar a homogeneidade da cultura material destes habitats, que definiria uma área cultural própria, claramente diferenciada das de outras regiões peninsulares.

A ausência de contextos cronológicos precisos para os achados favoreceu uma comparação simplista das características materiais destes povoados, que minimizou, simultaneamente, as suas diferenças. Por outro lado, a "Cultura Castreja", inicialmente concebida por P. Bosch Gimpera e posteriormente por Santa Ollala como uma "Cultura" da 2ª Idade do Ferro, começa a aglutinar indícios e manifestações que nada têm a ver com essa etapa cronológica, mas que lhe são atribuídos simplesmente porque aparecem nos castros. São os vestígios da Idade do Bronze, frequentemente designados como produtos da metalurgia castreja, são outros metálicos, ou cerâmicos, de clara filiação já romana, considerados igualmente como manifestações daquela "Cultura".

Generaliza-se assim, uma tendência para incluir sob a designação de "Cultura Castreja" todas as manifestações que ocorrem nos castros, independentemente dos contextos cronológicos a que pertencem.

Para essa tendência uniformizante e aglutinadora contribuem, em grande medida, as condições em que se desenvolveram as explorações nestes povoados: ausência de abordagens estratigráficas, por desconhecimento do método, ou pela presunção de que os castros não possuiam estratigrafia; deficiente conhecimento dos materiais arqueológicos de outras épocas, nomeadamente da Idade do Bronze, romanos, ou mesmo medievais.

Por outro lado, a maioria das escavações constituia quase sempre acções isoladas e pontuais. Raramente se ultrapassavam os níveis superiores dos povoados, onde se encontram testemunhadas ocupações tardias, mas onde são bem evidentes um certo número de manifestações

relativamente homogéneas, como as casas redondas, ou as poderosas fortificações, que passaram a ser tomadas como expressões válidas para caracterizar estes habitats e, consequentemente, a "Cultura Castreja".

Simultaneamente as quantidades sempre significativas de cerâmica que íam sendo recolhidas acumulavam-se nos Museus, ou em colecções privadas, sem serem estudadas, por ausência de métodos de registo e por deficiências estruturais que se prendem com a própria organização da Arqueologia a nível institucional.

A "Cultura Castreja" passou a definir-se pelos traços mais evidentes e monumentais oferecidos por estes povoados, como a arquitectura, a ourivesaria, a estatuária, ou a arte ornamental. A correlação cronológica destes aspectos pouca atenção mereceu, pois desconhecia-se, quase por completo, as suas fases de ocupação mais antigas.

E, todavia, os resultados de algumas escavações, como as de Cameixa (LOPEZ-CUEVILLAS 1952, 82-91), deixavam entrever a importância dos aspectos evolutivos da cultura material, nomeadamente das casas redondas de pedra e da metalurgia assinaladas apenas nos níveis mais recentes.

Contudo, a cronologia será quase sempre abordada como um dos múltiplos problemas desta "Cultura" e não como uma base para a sua definição.

Os esquemas cronológicos propostos por vários investigadores, nomeadamente por F. Lopez Cuevillas (1953;1954), Blanco Freijeiro (1960, 179-195) e Mário Cardoso (1962, 391-423) têm fundamentalmente em vista a fixação do início e do *terminus* desta "Cultura".

As periodizações estabelecidas seguem basicamente as de Santa Ollala, que fixa o início dos castros no séc. VI a.C., com base no episódio da invasão dos Sefes, referidos por Avieno. Blanco Freijeiro (1960) proporá, no entanto, o séc. V a.C. para o começo do seu desenvolvimento, baseado em movimentos migratórios provenientes da Europa Central.

Quase todos os autores estão de acordo em considerar que o fim desta "Cultura" deverá ser colocado na época de Augusto, muito embora todos eles admitam também a perduração dos castros em época romana e mesmo medieval.

Os momentos intermédios de desenvolvimento são mais imprecisos. Blanco Freijeiro, baseando-se na estratigrafia de Cameixa, considera que

o florescimento desta "Cultura" deverá situar-se no últimos séculos antes da conquista romana. Por outro lado, Mário Cardoso julga que ele deve ser colocado mais cedo, entre os sec. IV e III a.C., fundamentando-se em parte na cronologia proposta para o castro de Sabroso.

Não deixa de ser interessante notar que uma das questões fundamentais da cronologia desta "Cultura" se centre na discussão da presumível invasão dos Celtas, relacionados quase sempre com os Sefes de Avieno. A datação desta migração, amplamente debatida por vários investigadores, constituia, assim, um dos elementos essenciais para estabelecer a cronologia da "Cultura Castreja"(11).

Também o problema da filiação étnica das comunidades do Noroeste, consideradas habitualmente como de origem céltica, representa um dos temas centrais dos trabalhos relativos a esta "Cultura" (BOSCH-GIMPERA 1933, 54-72; 1939; 1945; SANTA OLLALA 1933, 221-297; CARO BAROJA 1943; MALUQUER DE MOTES 1973, 335-342; SAVORY 1966, 117-146; 1968).

A partir dos anos 70 assistiremos a um redobrado interesse pelo estudo dos castros, quer em Portugal, quer na Galiza. Ele traduz-se num aumento significativo do número de escavações, mas sobretudo por uma certa renovação metodológica .

As perspectivas de trabalho no âmbito do estudo dos castros alargaram-se consideravelmente e deixam de se centrar basicamente na definição da cultura material. Quer os trabalhos de campo, quer as sínteses mais recentes passam a orientar-se para o problema da evolução da "Cultura Castreja" , perspectivada, nos inícios dos anos 70, por Maluquer de Motes (1975b, 269-284).

Esta tendência coloca a tónica na cronologia e periodização internas dos povoados e da "Cultura Castreja" em geral (ACUÑA CASTROVIEJO 1977, 235-253; ALMEIDA 1983a, 70-74; 1984, 35-42; FARIÑA BUSTO *et alii* 1983, 87-126; SILVA 1983-84, 121-129; SILVA 1986) e resulta, em parte, da maior importância dada à estratigrafia no estudo destas estações e ainda do aparecimento das primeiras datações por C14, que vieram mostrar a grande amplitude cronológica destes habitats.

No Norte de Portugal, a escavação de vários castros, sobretudo na área do Minho, a partir dos anos 70, contribuíu para precisar com mais exactidão os contextos da evolução cultural, fornecendo novos elementos para estabelecer as suas etapas de desenvolvimento(12).

Também na Galiza, os resultados de trabalhos realizados nos últimos anos[13] permitiram testemunhar nalguns povoados uma cronologia de ocupação bastante antiga, que facultou a articulação dos momentos iniciais da vida destes habitats com o conjunto das manifestações atribuídas ao Bronze Final Atlântico (EIROA, 1980, 71-83; CALO LOURIDO e SIERRA RODRIGUEZ 1983, 19-35).

Uma outra tendência que caracteriza actualmente a arqueologia dos castros diz respeito ao estudo de algumas das manifestações menos conhecidas da cultura material. Estão nesse caso a cerâmica, que merecerá algumas tentativas de sistematização na década de 70 (ALMEIDA 1972, 5-34; 1974c, 171-197; ROMERO QUIROGA 1975; REY CASTIÑEIRAS 1983, 443-448; 1984), os achados líticos (DE BLAS e MAYA 1974) e a metalurgia (GUITIAN RIVERA e VÁZQUEZ VARELA 1975, 109-119; FARIÑA BUSTO 1979, 27-49).

Especial destaque merecem ainda os trabalhos que vêm sendo publicados sobre a economia destas comunidades sobretudo a partir de análises palinológicas, paleobotânicas e osteológicas[14], que têm posto em causa o modelo económico extrapolado dos textos literários[15].

O conjunto dos trabalhos realizados nos últimos quinze anos evidenciaram diferenças no que até então tinha sido considerado como um mundo unitário e homogéneo, permitindo distinguir áreas culturais diferenciadas a partir da análise da cerâmica (ALMEIDA 1974c, 171-197; REY CASTIÑEIRAS 1983, 443-448), da estatuária (ALMEIDA 1981, 111-116), ou da arte ornamental (HÖCK 1984, 389-404).

Esta constatação articula-se com uma maior consciência das disparidades na cronologia de ocupação dos povoados, que permitirá também uma relação com outras formas de habitat em épocas diferenciadas (Idade do Bronze, Romanização).

Esta será sem dúvida uma das linhas de investigação mais interessantes e produtivas dos últimos anos. Ela tem salientado a importância dos estudos de carácter regional e a necessidade de se proceder à análise da evolução do povoamento desta região em termos diacrónicos e sincrónicos.

Todavia, a abordagem da Proto-História do NO, perspectivada do ponto de vista das diferentes estratégias de ocupação do espaço e do seu significado, necessariamente articulada com estudos de carácter regional, deu apenas os seus primeiros passos. Ela poderá, no entanto, vir a tornar-se um dos campos de investigação mais frutuosos dos

próximos anos, pela convergência de diferentes campos de pesquisa de natureza pluridisciplinar e por poder reunir especialistas de diferentes formações e períodos cronológicos.

Finalmente devemos referir os trabalhos realizados nos últimos anos, incidentes na tentativa de localização geográfica dos *populi* que habitaram a região do NO, referidos sobretudo por Plínio e Ptolomeu. Embora este tema constitua um dos assuntos de pesquisa tradicional, ele foi retomado recentemente por alguns investigadores, que se baseiam em novos dados da documentação epigráfica, que completam e valorizam o quadro do povoamento referido nas fontes escritas (TRANOY 1981a, 39-74; Carta III; SILVA 1986, 279-285, Est.X).

Os estudos relativos à Idade do Ferro poderão ser, tal como os da Idade do Bronze, englobados em três etapas distintas, que deverão, no entanto, ser consideradas com as devidas reservas.

Uma primeira etapa desenvolve-se desde os finais do séc. XIX até aos anos 20, altura em que Bosch Gimpera definirá a "Cultura dos Castros" (1921) como uma Cultura da 2ª Idade do Ferro. Corresponde a um período em que se iniciam e desenvolvem as explorações, em que se recolherão os primeiros dados materiais, dando-se igualmente uma especial atenção ao problema da origem étnica das populações do NO.

Uma 2ª etapa desenvolve-se entre os anos 20 e 70 e caracteriza-se por uma considerável ampliação de conhecimentos relativos à cultura material. Serão definidas as características da "Cultura Castreja" basicamente a partir dos seus aspectos arqueológicos mais evidentes.

Pouca atenção será dada neste período ao problema da cronologia, quase sempre abordada, apenas, em termos do início e do fim desta "Cultura".

Várias sínteses gerais surgirão neste período, incidindo sobre problemáticas gerais ou sobre temas específicos como a arquitectura, a arte ornamental, a metalurgia, ou a ourivesaria.

Uma última etapa desenha-se a partir dos anos 70, caracterizando-se por novas abordagens. A preocupação de definir as principais etapas de desenvolvimento desta "Cultura", os estudos dos materiais arqueológicos de cariz tipológico, fundamentados ou não em dados estratigráficos e o reconhecimento da existência de sub-áreas de desenvolvimento, conduzem a novas problemáticas e favorecem abordagens

regionais dentro da grande área de expressão destes habitats.

2.3 ROMANIZAÇÃO

A bibliografia arqueológica relativa à ocupação romana do NO é particularmente numerosa mas heterogénea e radica em tradições de estudo bastante diversas. Ela incide sobre um vasto conjunto de temas e de problemáticas, que utilizam diferentes tipos de fontes. Para só citar alguns poderíamos referir a conquista e organização do território do Noroeste[16], as transformações sociais das populações desta região[17], o urbanismo[18], a mineração[19], a rede viária[20], a circulação monetária[21], os estudos relativos à religião[22], a onomástica[23] e a evolução sócio-cultural da região[24] sob o impacto da conquista romana.

Existem ainda estudos referentes à romanização dos castros e a outras formas de habitat, de raiz romana. Estes últimos utilizam basicamente as fontes arqueológicas e interessam-nos particularmente, na medida em que incidem especificamente sobre o problema do povoamento do Noroeste.

O estudo da romanização mereceu sempre na área portuguesa um interesse muito menor do que na Galiza. Esse facto resulta de um maior desenvolvimento da tradição de estudos clássicos no contexto da arqueologia espanhola.

Depois dos trabalhos de Jerónimo Contador de Argote (1728; 1734), de Martins Capela (1895) e de Alberto Sampaio, que aborda o problema da evolução do povoamento no Norte de Portugal (1899-1903, 97-128, 281-324, 549-584, 757-786), os estudos incidentes sobre a romanização na área portuguesa limitam-se quase exclusivamente à divulgação de achados e estações, à viação romana e à análise da aculturação dos castros[25].

Apenas a partir dos anos 60 se assistirá a um maior interesse pelo fenómeno da romanização do Norte de Portugal. Este será consideravelmente ampliado na década de 70, com os estudos de A. Tranoy e P. Le Roux sobre a epigrafia do território do *Conventus* de Braga, com o início dos trabalhos de Salvamento de Bracara Augusta e ainda por um maior interesse pela problemática da sobrevivência do habitat indígena.

Na Galiza, qualquer destes assuntos mereceu maior atenção do que na área portuguesa e conta com um conjunto de dados mais significativo.

Os estudos de carácter arqueológico, baseados em escavações, são aí igualmente mais abundantes e favoreceram um maior interesse pelos materiais romanos.

Entre as contribuições mais significativas da investigação dos últimos anos, relativas ao conjunto do Noroeste, devemos destacar as que se ligam ao desenvolvimento dos trabalhos arqueológicos nas cidades romanas, nomeadamente em Astorga[26], Lugo[27] e Bracara Augusta[28] e ao estudo da epigrafia[29], que vêm fornecendo elementos importantes para a compreensão do processo de romanização deste território[30].

No entanto, um dos temas que tem merecido particular destaque nos últimos anos diz respeito às relações entre o mundo urbano e o mundo rural (PALOL 1977, 157-163; MAÑANES 1983, 139; 1983-84, 215-229; FERNANDEZ OCHOA 1982; 1983-84, 231-243; 1986; TRANOY 1981b, 105-121; 1982, 125-137; 1983, 193-202; LE ROUX 1982, 177-179; LE ROUX e TRANOY 1983-84, 199-207).

Esta linha de abordagem, incidente sobre os fenómenos do povoamento da época romana, decorre de uma certa convergência de resultados e trabalhos realizados em diferentes campos: epigrafia; desenvolvimento da prospecção arqueológica; escavação dos habitats rurais e melhor conhecimento da ocupação de alguns castros.

A conjugação dos resultados obtidos em domínios tão diversos tem facultado um quadro interpretativo mais rico e fundamentado sobre a ocupação romana do Noroeste e sobre a sua organização, favorecendo a formulação de numerosas questões relativas à relação entre mundo indígena e o mundo romano (FERNANDEZ OCHOA 1986).

3. PROBLEMÁTICAS

A evolução das pesquisas no domínio da Proto-história e da Romanização do NO é indicadora das tendências reveladas pela investigação, facultando-nos, simultaneamente, uma leitura das principais questões que têm sido colocadas nos diferentes períodos.

Os objectivos do nosso trabalho, essencialmente incidentes na evolução do povoamento, tocam algumas problemáticas que se inserem no contexto mais amplo dos conhecimentos e das pesquisas relativas aos

períodos considerados. Tentaremos, por isso, isolar algumas questões de fundo que se articulam com o nosso projecto.

Um dos aspectos mais importantes que ressalta da análise da evolução das pesquisas, diz respeito à pouca relevância que tem sido dada ao problema da evolução do povoamento. Esse assunto tem sido apenas abordado nos últimos anos e sempre de forma mais ou menos parcelar, centrando-se na questão da passagem da Idade do Bronze para a Idade do Ferro, ou na Época Romana.

A nosso ver a falta de estudos e perspectivas sobre a evolução do povoamento resulta de factores que se encontram intimamente interligados:

1º deficiente conhecimento do território;
2º ausência de quadros cronológicos de referência precisos;
3º abordagem conceptual e metodológica limitada.

1. Apesar do número relevante de vestígios, estações e monumentos que indicam uma intensa ocupação do NO, nos períodos considerados, o seu conhecimento é deficiente, sobretudo quando perspectivado numa escala regional, onde é mais notória a discrepância das informações.

Quer os inventários de sítios, quer os resultados das escavações são insuficientes para permitirem uma valorização conjunta dos dados.

Os conhecimentos sobre a Idade do Bronze são, pela natureza dos vestígios conhecidos, extraordinariamente parcelares, radicando na sua maior parte em inventários e estudos de achados soltos, normalmente desligados dos respectivos contextos arqueológicos.

Desconhecem-se, por conseguinte, quais as modalidades de habitat que caracterizam as comunidades com metalurgia do bronze no Noroeste, muito embora recentemente tenham sido estabelecidas algumas hipóteses de trabalho nesse domínio. Ignora-se também quais os fenómenos que contribuiram para a emergência dos habitats fortificados numa época relativamente avançada da Idade do Bronze, estando igualmente por precisar, com rigor, a cronologia desse fenómeno.

Sem dúvida que estas questões só poderão ser solucionadas através de escavações, uma vez que o estabelecimento de uma cronologia dos povoados fortificados se afigura como uma tarefa prévia para interpretar devidamente as alterações de estratégia do povoamento.

Por sua vez, os conhecimentos relativos à Idade do Ferro, sendo mais significativos em termos de volume de informação, uma vez que se articulam com escavações em castros, encontram-se dispersos por um amplo período cronológico, cuja evolução interna está ainda por precisar e fundamentar, sobretudo a nível regional.

No campo da romanização os conhecimentos são igualmente bastante incipientes. Se algum trabalho tem sido desenvolvido, nos últimos anos, sobre a aculturação do habitat indígena e sobre a sobrevivência deste, em época romana, ignora-se ainda praticamente tudo sobre outras modalidades de ocupação rural, nomeadamente no que respeita às *villae*, explorações rurais ou industriais, que se desenvolvem simultaneamente com a implantação dos núcleos urbanos e com o habitat indígena.

Evidentemente que este conjunto de questões só poderá ser resolvido pelo próprio desenvolvimento da Arqueologia, através da prospecção e da escavação. Parece-nos, todavia, que a evolução dos conhecimentos neste campo, tem que passar, antes de mais, por uma reformulação das perspectivas de abordagem da própria investigação e por um intenso trabalho de campo a nível regional.

2. A ausência de quadros de referência de natureza cronológica está intimamente relacionada com o deficiente conhecimento desta região.

Desconhece-se a natureza dos habitats da Idade do Bronze, em grande medida porque se conhece mal a cronologia dos próprios povoados castrejos, apenas valorizada nas suas linhas gerais. A determinação das modalidades de povoamento da Idade do Bronze passa, por isso, também, pela própria formulação de um quadro cronológico da ocupação dos castros, pois só ele pode fornecer elementos de comparação válidos com outras formas de habitat, que vêm sendo identificadas na região.

Referimo-nos aos povoados sem preocupações defensivas, cuja característica principal parece relacionar-se com a presença de numerosas estruturas em fossa e por buracos de poste, que definiriam estruturas domésticas de materiais perecíveis e dos quais o povoado da Bouça do Frade, em Baião (JORGE 1983-1984, 105-106; 1985a, 167, 176-178) parece constituir até ao momento o melhor exemplo.

Por outro lado, o desenvolvimento de outras linhas de pesquisa, nomeadamente a que se centra nos povoados da Pré-História Recente, permitiu assinalar uma modalidade de povoamento referente à etapa mais antiga da Idade do Bronze, que representa uma continuidade dos habitats

do período Calcolítico (JORGE 1986).

Os quadros cronológicos para a Idade do Ferro são, pela natureza dos estudos que têm sido realizados nos castros, bastante deficientes. Os conhecimentos nesse domínio referem-se fundamentalmente à última etapa de desenvolvimento destes povoados, muitas vezes relacionada já com a sua romanização. Haveria que criar para este período um quadro cronológico que permitisse avaliar a evolução interna destes habitats e perceber o desenvolvimento da sua cultura material, sem o qual não é possível caracterizar devidamente esta modalidade de ocupação, nem valorizá-la em relação a outras, eventualmente coevas.

Recentemente foi apresentada uma proposta de evolução para os castros do NO português (SILVA 1986). Tratando-se de uma importante contribuição no domínio do estudo do desenvolvimento dos povoados castrejos, na região referida, é necessário que sublinhemos, todavia, que os parâmetros cronológicos de referência que são utilizados, sendo em parte baseados em episódios históricos que não se encontram, até ao momento, arqueologicamente documentados e na presença de certos materiais importados, que estão longe de ser abundantes, possuem um valor relativo e necessitam de ser testados(31).

Os conhecimentos relativos à romanização do NO, sobretudo referentes ao habitat indígena e à ocupação do espaço rural, têm sido prejudicados pela deficiente valorização dos materiais arqueológicos correspondentes à época romana.

Com excepção dos achados de natureza numismática, mais fáceis de datar, e nos quais repousam algumas cronologias da ocupação de povoados e de necrópoles em época romana, ou das cerâmicas importadas (campanienses, ânforas, sigillatas), os outros achados têm sido pouco estudados. Estão nesse caso as cerâmicas comuns, que constituem a maioria dos materiais que se encontram, quer em castros, quer em sítios romanos.

O desconhecimento da cronologia destas produções, cria com frequência graves distorções interpretativas, favorecendo uma deficiente valorização dos achados e das estações e consequentemente uma errada perspectiva do povoamento da região.

A datação tardia da maior parte das necrópoles romanas do Norte de Portugal, escavadas ou encontradas em condições deficientes, forneceu uma imagem deformada da romanização.

A abundância de necrópoles datadas dos sécs. III e IV levou à

asserção de que a ocupação rural romana só teria sido um facto pleno já no Baixo Império[32], pelo que se valorizou excessivamente o habitat castrejo nos primeiros séculos da nossa era.

Os estudos mais recentes, sobretudo incidentes nas cerâmicas comuns de Bracara Augusta, permitem hoje aceitar que muitos dos materiais daquelas necrópoles poderão ser datados do Alto Império, ainda que possam ter tido perdurações em época tardia.

De resto, os resultados das prospecções e a interpretação dos dados de natureza epigráfica vêm demonstrando uma rápida e fácil aculturação do mundo indígena nos primeiros séculos da nossa era e uma intensa ocupação rural, a par da sobrevivência dos povoados fortificados.

Evidentemente que continuam a escassear os dados de natureza cronológica, base fundamental para datar e caracterizar o povoamento. Este problema só poderá ser em parte resolvido por um estudo condigno dos materiais cerâmicos, uma vez que eles constituem os achados mais abundantes na maioria das estações.

3. Finalmente devemos destacar as questões de ordem conceptual e metodológica que têm estado subjacentes à investigação da Proto-História do NO e que são, em parte, responsáveis pela dificuldade em renovar os conhecimentos e em valorizá-los à luz de novas perspectivas.

No estudo da Proto-História do Noroeste pesam consideravelmente os modelos interpretativos de carácter difusionista e invasionista.

A revolução introduzida na Pré-História europeia pela utilização das datas de C14 (RENFREW 1973), permitindo rever a cronologia das culturas arqueológicas europeias, diminuiu o relevo dado o difusionismo na interpretação de fenómenos, como a emergência das sociedades neolíticas, ou do Megalitismo e acentuou a importância da evolução interna e local das culturas.

A Proto-História conservou-se, no entanto, um domínio privilegiado para a interpretação difusionista e migracionista, uma vez que não sofreu uma renovação metodológica tão profunda como aquela que caracterizou os estudos da Pré-História europeia.

Por outro lado, o recurso frequente às fontes literárias, que constituem um domínio de abordagem particularmente importante nos estudos da Proto-História, faz com que as movimentações de povos sejam muitas vezes vistas como o principal motor dos fenómenos de mudança

cultural.

Este modelo difusionista-migracionista encontra-se subjacente às grandes sínteses elaboradas por P. Bosch Gimpera e Santa Ollala e constitui a grande base interpretativa do desenvolvimento das comunidades do último milénio a.C..

Para só citar alguns exemplos da importância deste modelo, bastará considerar que a emergência da metalurgia do bronze no Noroeste é suposta articular-se com o impulso mediterrânico, resultante da procura do estanho, ou que o aparecimento dos povoados fortificados desta região e da própria "Cultura Castreja" foram, durante muito tempo, explicados pela chegada dos Celtas.

De facto, podemos encontrar numerosos exemplos da utilização destes modelos para interpretar vários fenómenos de natureza arqueológica. O desaparecimento de certos povoados é muitas vezes visto como o resultado directo de destruições, normalmente com carácter de expedição. Também o recurso aos factos históricos para datar manifestações materiais é um expediente interpretativo frequente.

Independentemente da validade de algumas das asserções enunciadas, e da importância indiscutível da interpretação histórica no manuseamento dos dados de natureza arqueológica, parece-nos fundamental que os dados sejam demonstrados, antes de serem interpretados.

Gordon Childe, um dos mais genuínos e lúcidos difusionistas chama a atenção, em algumas das suas últimas obras (1947; 1950), para o facto de que nem sempre o aparecimento de novos elementos culturais numa região pode ser explicado pela existência de migrações, podendo resultar de uma simples difusão, que se processa muitas vezes de forma indirecta. Será ele ainda que afirmará que os movimentos migracionistas, mesmo quando bem documentados, nem sempre se fazem acompanhar de mudanças significativas da cultura material.

Estas asserções de G. Childe, têm sido plenamente demonstradas pela pesquisa arqueológica em vários períodos, o que não impede que se continue a usar a interpretação difusionista e migracionista, por vezes de uma forma primária, para fundamentar os fenómenos de mudança e evolução cultural.

A valorização excessiva, quando não única, deste modelo interpretativo parece-nos resultar basicamente das graves lacunas do conhecimento, que não permitem perspectivar e construir modelos internos de evolução cultural. No entanto, a situação afigura-se, de certo modo,

como um círculo vicioso, na medida em que a construção desses modelos internos implica que se deixe de explicar todos os fenómenos de alteração cultural como o resultado de processos externos.

Um outro aspecto que julgamos importante salientar a nível conceptual liga-se à ideia de "Cultura".

Este conceito parece-nos particularmente importante na medida em que toda a problemática da Proto-História do NO peninsular se tem centrado, basicamente, na definição e caracterização da "Cultura Castreja".

Não nos interessará aqui abordar as questões contraditórias do âmbito ou da cronologia desta "Cultura", mas apenas os aspectos teóricos subjacentes à sua criação.

O conceito de "Cultura" tem constituído a unidade básica do estudo da Pré e Proto-História europeias desde os princípios do século, sobretudo na parte da Europa mais dominada pela escola arqueológica alemã, que tem as suas origens na escola geográfica a antropológica austro-germânica e que se desenvolve entre 1880 e 1900.

Esta escola liga-se às primeiras cartografias sistemáticas de atributos culturais, numa perspectiva geográfica, desenvolvendo simultaneamente modelos explicativos, que associam as distribuições culturais, às regiões e aos povos e etnias. Os seus objectivos centravam-se na articulação de áreas geográficas, com os vestígios de natureza arqueológica. A interpretação tinha, por conseguinte, basicamente um fundamento étnico.

A partir de então o essencial do esforço da Arqueologia europeia tem-se centrado na tentativa de reconstruir o quadro da evolução das "Culturas", concebidas como unidades de comportamento comuns num determinado território, relacionadas com determinados grupos humanos. Desenvolve-se assim a ideia de que a cultura material e as populações se encontram intimamente ligadas.

Esta ideia será bastante desenvolvida por G. Childe, que rejeitará, todavia, a interpretação das "Culturas", com um sentido racial, linguístico, ou tribal. Ele insistirá, por outro lado, na noção de que elas reflectem os padrões de comportamento dos povos que as criaram (1951). Uma cultura arqueológica representa um conjunto de traços associados, que aparecem repetidamente, constituindo invenções socialmente bem sucedidas, ou padrões de comportamento que distinguem as populações entre si.

G. Childe, ao aceitar que essas populações, definidas pela homogeneidade dos seus padrões culturais, raramente eram de carácter linguístico, político, ou tribal, expressou a dúvida de que uma cultura arqueológica possa reflectir o povo que a criou, sendo portanto perceptível apenas em termos de entidade arqueológica.

Esta ideia será desenvolvida por outros investigadores ingleses, nomeadamente por Glyn Daniel (1962, 114-115), por D. Clarke (1968) e por Higgs (1972; 1975). D. Clarke, tal como G. Childe, considera que a cultura material representa um conjunto de informações bem sucedidas e codificadas que passam de geração em geração.

A descrença de que uma "Cultura" pode reflectir uma unidade de carácter étnico fará desenvolver outros modelos interpretativos e valorizar a relação dos fenómenos de natureza cultural com o meio ambiente. Esta perspectiva será aliás esboçada pelo próprio Childe que tinha da "Cultura" uma noção utilitária, na medida em que interpretava a variabilidade cultural como o resultado de adaptações duradouras a diferentes condições locais.

A importância do meio ambiente nos fenómenos de variabilidade cultural será sublinhada pela aplicação à interpretação arqueológica de outros modelos de análise, nomeadamente do modelo sistémico. Esta linha de abordagem será desenvolvida em Inglaterra por Higgs (1972; 1975) e por D. Clarke (1968), sendo igualmente promovida nos Estados Unidos, onde o crescente desinteresse pela explicação étnica e normativa das "Culturas" favorece o desenvolvimento da interpretação funcionalista, centrada na articulação dos fenómenos culturais com os ambientes ecológicos.

L. Binford sugere mesmo que as "Culturas" devem ser vistas, antes de mais, como sistemas compostos por sub-sistemas, que funcionam e se articulam de modo diferente. A escola funcionalista tentará verificar e explicar o papel adaptativo das componentes do sistema cultural, ou seja, dos diferentes sub-sistemas que enformam uma "Cultura", em contextos ecológicos diferentes.

A concepção de "Cultura" como área geográfica, na qual ocorrem traços que se associam repetidamente e que são considerados como normas culturais, é posta em causa, passando a valorizar-se sobretudo a explicação dos processos envolvidos no desenvolvimento e variabilidade culturais e não a interpretação desses fenómenos através de normas de comportamento.

As explicações da variabilidade cultural em termos dos recursos e do grau de interacção dentro e entre as comunidades foi particularmente valorizada pelos estudos de carácter etnoarqueológico.

Existem, por conseguinte, concepções alternativas à ideia de "Cultura" como uma unidade étnica, cujos traços de comportamento podem ser predizíveis e explicados (HODDER 1978, 3-24).

De resto, a concepção étnica da "Cultura" á particularmente valorizada na macro-escala, num nível em que a distribuição de traços culturais aparece como superficialmente similar (SHENNAN 1978, 117). É apenas na micro-escala, habitualmente negligenciada, que as diferenças culturais se tornam mais evidentes.

Será necessário parar no nível regional da descrição e da análise para mostrar que os padrões de comportamento são tão complexos que não tem sentido olhá-los como uma evidência de uma tradição cultural coerente (ARNOLD 1978).

O que se entende por "Cultura" depende, antes de mais, da natureza dos fenómenos que se pretendem explicar. Mais do que definir e caracterizar uma "Cultura", ou as "Culturas", importa avaliar a estrutura da interacção existente entre os sistemas que compõem as comunidades e explicar a sua variabilidade.

Mesmo que se pretenda definir uma "Cultura" como uma área de alta interacção (SHERRAT 1972, 528) e que ela possa ser demonstrada a nível de pequenas regiões, há que ter em conta que os padrões da interacção espacial são tantos e tão diversos que apenas podemos falar de alta interacção em campos específicos e nunca em termos gerais, relativos a todos os componentes do sistema cultural (SHENNAN 1978, 138).

A história da investigação demonstra que a tentativa para tipificar a "Cultura Castreja", que ocupou o essencial do esforço dos investigadores desta região, conduziu a um autêntico beco sem saída, em que aparentemente tudo foi dito e definido, mas onde falta resolver problemas básicos, como a cronologia, ou o processo de formação das comunidades do Iº milénio a.C.. Será em grande medida esta situação que determinará a importância que os estudos de carácter regional vêm adquirindo nos últimos anos, num esforço para se lançarem novas bases de trabalho e novas problemáticas.

Estamos de acordo com Vitor Oliveira Jorge quando diz que

existem certos problemas que só podem ser resolvidos numa ampla escala, como é o caso do Megalitismo (1982, 11). Não estamos porém certos de que a estruturação e a evolução das comunidades proto-históricas do NO peninsular constituam presentemente um desses problemas.

Ao longo de quase praticamente 50 anos e desde que o conceito de "Cultura Castreja" foi introduzido na bibliografia arqueológica para definir uma área cultural pela homogeneidade do seu habitat, mais não se fez que procurar precisar os diferentes testemunhos materiais. Salientaram-se assim os seus aspectos exteriores mais evidentes, olvidando-se, quase sistematicamente, as suas nuances.

Acontece frequentemente que uma acumulação de dados abre a porta a interrogações essenciais. Também aqui ela conduz à formulação de numerosas e pertinentes questões, que, não visando pôr em causa os conhecimentos adquiridos, contribuem para enriquecer os estudos nesta área.

Porque algumas dessas questões são impossíveis de resolver na macro-escala, julgamos que os contributos dos estudos regionais poderão, no futuro, permitir uma avaliação mais rigorosa da evolução das comunidades proto-históricas do NO peninsular e da sua romanização.

Por outro lado, os condicionalismos e problemáticas da pesquisa nestes dois domínios permitem considerar a necessidade, não só de se ampliarem os conhecimentos, como também de se reverem os modelos interpretativos que têm sido usados para definir o quadro da ocupação.

Da acumulação de dados relativos à região do NO, ao longo de quase um século de pesquisas, transparece uma clara tendência conceptual que valoriza essencialmente a noção de "Cultura" e os modelos interpretativos convencionais de carácter invasionista/migracionista/ /difusionista.

Independentemente do valor objectivo desta tendência, que deve ser visto antes de mais em função dos dados arqueológicos existentes nesta região, parece-nos fundamental que se introduza um discurso mais problematizante em relação à ocupação proto-histórica. Em vez de se esperar que as lacunas do conhecimento sejam colmatadas por uma crescente acumulação de informações, ou por descobertas revolucionárias, haverá antes que definir quais as problemáticas que devem orientar a pesquisa à luz dos dados actualmente disponíveis.

Evidentemente que a formulação de questões depende em larga medida dos interesses e modelos interpretativos dos próprios

investigadores. Isto é, não existem problemáticas "puras".

Se aceitarmos os pressupostos do discurso de T. Kuhn e, de um modo geral, as contribuições científicas da Arqueologia dos últimos anos[33], verificamos que o progresso desta disciplina, em termos de contribuição para o estudo das sociedades humanas, se traduz muito mais pela diversidade e operacionalidade dos modelos interpretativos hoje ao dispôr dos investigadores, do que por uma maior "certeza" de que estamos perto da realidade de funcionamento dessas mesmas sociedades.

No domínio concreto da Arqueologia e da Pré-História em geral o progresso científico mede-se, fundamentalmente, pela maior ou menor riqueza das questões que um determinado modelo conceptual pode proporcionar e pelo seu maior ou menor grau de resolução, que depende de uma base informativa susceptível de ser validada por vários investigadores simultaneamente. Evidentemente que quanto mais complexos forem os modelos de análise mais nos aproximamos da estrutura operacional das sociedades humanas, hoje reconhecidas como organismos de alta complexidade.

O quadro das manifestações do povoamento do Noroeste Peninsular, durante o Iº milénio a.C., permite verificar que a ocupação sistemática de lugares estratégicos, com características topográficas e defensivas particulares, constitui, até ao momento, a forma básica de habitat, habitualmente designada por castro.

Os parâmetros cronológicos fornecidos pelo registo arqueológico dos últimos anos permitem hoje considerar a hipótese de que estes povoados correspondam a uma modalidade de ocupação que se inicia no B. Final III (COFFYN 1985), em termos de cronologia europeia, ou seja, logo na primeira metade do Iº milénio a.C.

Admite-se habitualmente que a ocupação deste tipo específico de habitat se relaciona com a formação e desenvolvimento duma "Cultura" que se encontraria bem estruturada quando da conquista romana, sendo conhecida e designada a partir do tipo de habitat e das características da sua arquitectura doméstica e defensiva[34].

Por outro lado, a evolução tecnológica e cultural da região é suposta articular-se inicialmente com o comércio atlântico, depois com a difusão de elementos continentais hallstáticos e mediterrânicos e finalmente com a aculturação resultante da conquista romana[35]. A transformação cultural tem sido considerada sistemáticamente como um

processo de raíz exógena e não como o resultado de uma evolução local de carácter económico e social.

Várias questões de âmbito geral se levantam ao quadro que enunciámos que perfila, de modo muito sintético, a realidade arqueológica correspondente ao Iº milénio a.C.

1. A primeira questão relaciona-se com o conteúdo do próprio termo castro.

Esta designação foi dada inicialmente aos povoados da região do NO que assumiam certas características arquitectónicas particulares, nomeadamente, um ou mais circuitos de muralhas de pedra e habitações redondas, também em pedra, por vezes com vestíbulo, aspectos que hoje se reconhecem como tardios dentro da própria evolução destes habitats(36).

No entanto, a identificação nalguns povoados de momentos de ocupação anteriores ao aparecimento destas características não pôs em causa a generalizada utilização do conceito. Isto é, a expressão aplica-se invariavelmente a todos os povoados supostamente fortificados, considerados como proto-históricos (Iº milénio a.C.), sem uma conveniente discussão do seu conteúdo (FARIÑA BUSTO *et alii* 1983, 88,94).

Umas vezes o termo é usado em função de certas características topográficas de um sítio, que se presumem identificar um habitat fortificado. Outras vezes, é utilizado com o sentido de lugar fortificado, independentemente da sua cronologia (pode ser romano,medieval, da Idade do Bronze, da Idade do Ferro), designando então um aspecto específico da cultura material: a arquitectura militar. Actualmente são incluídos sob a mesma designação os núcleos populacionais que se instalaram na Idade do Bronze Final em locais estratégicos e de fácil defesa, sem se ter em linha de conta se possuíam, ou não fortificações. O termo castro designa também uma modalidade de povoamento.

A utilização deste termo para expressar realidades tão diversas cria graves problemas. Sendo o castro considerado habitualmente como um elemento tipificador de uma "Cultura", o seu reconhecimento implica, automaticamente, a sua inclusão num âmbito cronológico e cultural determinado.

A necessidade de se precisar o conteúdo da expressão "castro" não constitui assim uma mera questão formal, parecendo antes um problema

fundamental: ou ele se aplica a uma realidade topográfica, representando uma modalidade específica de ocupação do território (ocupação de lugares elevados de fácil defesa e controlo), independentemente da sua cronologia; ou ele define exclusivamente povoados fortificados, qualquer que seja a sua cronologia; ou bem que ele define uma certa fase cultural do desenvolvimento dos povoados, mais concretamente os seus momentos finais, que se manifesta por um elaborado aparato defensivo.

Os dados resultantes da investigação mais recente, demonstrando a existência de ocupação em locais de fácil defesa durante o B. Final, com ou sem continuidade de ocupação e dos quais se desconhece a existência segura de fortificações, vem demonstrar a grande acuidade deste problema. Poderá chamar-se castro ao povoado da Srª da Guia (Baiões), ao povoado do Bronze Final do Castelo de Matos (Baião), ou a povoados como Penarrubia (Lugo) e Penalba (Pontevedra) na Galiza, abandonados aparentemente antes da Idade do Ferro?

Por outro lado, o reconhecimento de ocupação proto-histórica, e mesmo romana em povoados fortificados assentes em sítios sem defesas naturais, por vezes em pleno vale, induz a perguntar também se eles podem, ou devem ser considerados como castros.

O subterfúgio para esta questão encontraram-no alguns investigadores ao chamar aos primeiros "povoados de tipologia castreja" (CALO LOURIDO E SIERRA RODRIGUEZ 1983, 32), aparecendo os segundos, por vezes, referenciados como "castros atípicos". A questão não é fácil de resolver, pois consideramos que ela se insere no âmbito geral da evolução dos conhecimentos. Quanto maior for a informação relativa ao habitat da Idade do Bronze e sobretudo do B. Final, mais fácil será precisar o conteúdo do termo em causa. Isto é, a sua definição mais rigorosa passa por um conhecimento mais amplo das modalidades de ocupação e da evolução do povoamento no NO peninsular.

2. Uma outra questão diz respeito ao problema da funcionalidade destes locais. Um lugar fortificado pode ter tido diferentes funções, não sendo forçosamente equivalente a um habitat permanente. Pode corresponder a um lugar de defesa, ou a um espaço de refúgio temporário.

A distinção de diferentes funcionalidades dos castros, ou de lugares fortificados, que merece um certo destaque nos estudos de Proto-História europeia e sobretudo inglesa[37], raramente foi perspectivada entre nós, apesar de parecer suspeita à generalidade dos

investigadores a sua elevada densidade(38).

Evidentemente que a questão da função destes locais passa forçosamente por um conhecimento mais amplo destas estações. Há que reconhecer que é bastante reduzido o número de sítios explorados de forma satisfatória face aos cômputos fornecidos pelos inventários(39).

Por outro lado, a evidência arqueológica não mostrou até ao momento a existência de outras formas de ocupação, do Iº milénio a.C. Esse facto levou à aceitação generalizada de que os castros seriam habitats permanentes, facto aparentemente demonstrado pelas escavações que têm sido realizadas.

No entanto, a enorme desproporção entre a realidade arqueológica conhecida e aquela que é sugerida pelos inventários não permite pôr de lado a hipótese de que alguns locais fortificados, presumidos como habitats, possam ter tido outras funções como parece acontecer noutras regiões europeias, ao longo do Iº milénio a.C.

3. Presumindo-se que os povoados fortificados traduzem uma modalidade de ocupação do espaço, aparentemente bem sucedida, haverá que determinar as suas características variabilidade em termos espaciais. Quer dizer, é necessário ultrapassar a fase do inventário e cartografia de sítios e ensaiar um estudo mais profundo da distribuição destas estações em termos geomorfológicos e com base em modelos de análise espacial.

O problema da implantação dos castros tem sido tradicionalmente valorizado apenas na perspectiva da sua distribuição territorial, quase sempre em termos de macro-escala, e da sua densidade (LOPEZ CUEVILLAS 1953; MALUQUER DE MOTES 1959; FARIÑA BUSTO *et alii* 1983, 100; SILVA 1983-84,121-122; 1986).

Esta tendência tem tido os seus principais cultores na Galiza, onde as tentativas de catalogação sistemática iniciadas nos anos 20, conduziram a vários esforços de cartografia visando a articulação dos castros com as paróquias, num esboço de análise de continuidade territorial(40).

Vários autores têm tentado isolar as características que parecem comuns ao tipo de assentamento destes povoados.

Tem-se sublinhado a sua concentração em locais de média altitude com preferência pelas franjas costeiras, ou por locais de destaque em relação aos cursos de água (ROMERO MASIÁ 1976, 13; FARIÑA BUSTO *et*

alii 1983,100).

Reconhece-se, assim, que a localização dos castros foi condicionada por necessidades de defesa, pelo que ocupam lugares altos e dominantes, mas nunca muito elevados (entre 150-300 m habitualmente), embora tenha em conta as necessidades de aprovisionamento de água e bens alimentares, razão porque se situam normalmente no limite de áreas de pastoreio e de aproveitamento agrícola, no casos dos castros interiores, ou de acesso aos recursos marinhos litorais, no caso dos costeiros.

Embora se acentue com frequência que a implantação dos castros se articula com uma estratégia de defesa e com uma alteração da estrutura económica e social da região (SILVA 1983-84, 122), raramente se encontram explicitados os motivos dessa estratégia, ou quais as mudanças de natureza económica e social que conduziram à emergência destes habitats(41).

Outras motivações, nomeadamente político-religiosas têm sido defendidas para a instalação de alguns povoados, sobretudo os de maiores dimensões e mais tardios, que revelam características de controlo do território, com função de lugares centrais (SILVA 1983-84, 122; 1986, 26).

Parece-nos, contudo, particularmente importante precisar e compreender os mecanismos subjacentes ao início do processo, ou seja, à emergência desta modalidade de ocupação, no âmbito da evolução cultural do NO.

A percepção mais rigorosa do significado deste fenómeno deverá passar pela caracterização desta modalidade de povoamento em termos de valorização dos diferentes contextos geomorfológicos, ou seja, no interior de pequenas unidades regionais.

Evidentemente que se podem colocar sérias reservas de natureza cronológica a este tipo de abordagem, uma vez que se desconhecem as etapas de desenvolvimento da maioria dos povoados. No entanto, ele pode ser iniciado, tendo em conta a forma, a dimensão e a localização dos povoados num contexto geomorfológico determinado. Pese embora as limitações de uma contribuição deste género, ela pode representar um meio de avaliação de factores básicos de natureza geográfica e económica, que sustentem um suporte explicativo para o fenómeno da implantação e desenvolvimento dos povoados fortificados do Iº milénio a.C..

4. Outra questão diz respeito à descontinuidade de ocupação traduzida por estes povoados em relação ao que se conhece do povoamento anterior.

Os dados actualmente disponíveis permitem considerar que a emergência de povoados fortificados traduz uma descontinuidade em relação a uma modalidade de ocupação que vem sendo evidenciada nos últimos anos no NO, em certas estações, cujas estruturas principais estão representadas por fossas e por buracos de poste (JORGE 1983-84-106). O povoado da Bouça do Frade, em Baião, representa, até ao momento, o melhor exemplo escavado deste tipo de povoados(42).

A cronologia da sua ocupação estimada entre o bronze Médio e Final, em parte com base na articulação do povoado com a cronologia e contexto arqueológico da necrópole do Tapado da Caldeira (JORGE 1985a, 176-178) e em datações de C. 14, que situam o seu abandono no séc. VIII a.C. (770,770,760 a.C.), permite considerar a hipótese de ele definir um modelo de habitat característico da 2ª metade do IIº milénio a.C., como é aliás sugerido por S. Oliveira Jorge (1983-84,105-106;1985a, 176-178). A fase final de desenvolvimento deste habitat parece, por conseguinte, sincrónica da emergência dos primeiros povoados fortificados. No entanto, não se verificou até ao momento qualquer indício concreto de continuidade física entre estes habitats abertos e sem defesa e os habitats fortificados, que parecem privilegiar sítios com características bem diferentes, que deverão contudo ser melhor precisadas.

A importância do reconhecimento e demonstração de uma descontinuidade do povoamento entre a 2º metade do IIº milénio a.C. e os povoados fortificados do Iº milénio a.C., ainda que as duas modalidades de habitat possam ter coexistido num determinado momento (Bronze Final) reside no facto de ela poder documentar uma alteração radical na estratégia de aproveitamento do território, potencialmente indicadora de transformações da estrutura económica e social das comunidades do NO peninsular, numa fase adiantada da Idade do Bronze.

5. Uma outra questão fundamental diz respeito à contemporaneidade dos povoados fortificados e alicerça-se igualmente na problemática da continuidade/descontinuidade da sua ocupação ao longo do Iº milénio a.C.

Este problema passa forçosamente pela definição de um quadro

cronológico de desenvolvimento destes povoados, o qual está ainda longe de poder ser considerado uniforme em todo o NO. No entanto, a questão pode ser equacionada em parâmetros gerais.

Traduzindo os povoados fortificados uma modalidade de povoamento específica, com origem provável nos inícios do Iº milénio a.C., como explicar o seu desenvolvimento e perduração ao longo de um amplo período cronológico? Assistimos a um crescimento populacional considerável que justifica o elevado número destes povoados, sendo eles mais ou menos contemporâneos? Resulta esse número de uma mudança de locais de ocupação ao longo do Iº milénio a.C., mantendo eles todavia, as mesmas características? Existirá uma hierarquia de ocupação do espaço, em que os povoados mais antigos, eventualmente os que remontam ao Bronze Final, representam um papel fundamental na organização do território, sendo os outros uma espécie de satélites de estações mais importantes?

Estas hipóteses que não se excluem forçosamente umas às outras, focam uma das questões mais interessantes da arqueologia dos castros.

Ainda que a investigação dos próximos anos não venha senão a fornecer contribuições parcelares no domínio da cronologia destes habitats, pois estamos longe de possuir elementos de datação para todos eles, esta problemática poderá sempre ser abordada numa escala regional e perspectivada em termos de modelos interpretativos.

Os elementos fornecidos pelas escavações dos últimos anos, permitem estruturar algumas hipóteses, que poderão sempre ser valorizadas por novos conhecimentos resultantes da prospecção e por uma correcta caracterização dos sítios em termos do meio geográfico.

6. O significado económico e social da emergência e desenvolvimento dos povoados fortificados, constitui também uma questão fundamental. A sua resolução depende em larga medida dos elementos fornecidos pelas escavações, mas também da própria (re)interpretação de alguns dos aspectos de cultura material e organização espacial destas comunidades; ou seja, subentende uma certa modificação dos modelos teóricos explicativos habitualmente utilizados.

O modelo tradicional perspectiva a emergência destes povoados e, o desenvolvimento cultural do Iº milénio a.C. como o resultado dos contactos e comércio atlânticos (Bronze Final), das inovações tecnológicas de origem hallstática e mediterrânica (Idade do Ferro) e do impacto romano, responsável por um certo florescimento dos castros nos

últimos séculos a.C.

O atraso e isolamento habitualmente atribuídos às comunidades castrejas, deduzidas das fontes literárias(43) e em parte confirmados pelo registo arqueológico, são hoje postos em causa pela constatação de contactos comerciais com o Mediterrâneo durante o período correspodente à Idade do Ferro (HIDALGO CUÑARRO 1984, 373-375; SILVA 1986).

A valorização de certos achados metálicos e da ourivesaria tem permitido, igualmente, definir uma série de influências técnicas de origem continental e mediterrânica nesta região(44). No entanto, as influências e os contactos comerciais, não só não parecem uniformes, como também não fornecem aparentemente os elementos definidores do desenvolvimento económico desta região.

Independentemente do valor dos influxos tecnológicos provenientes de diferentes origens, as comunidades do NO desenvolveram um modelo de organização económica e social que não aparenta estar dependente ou alicerçado no comércio de longo curso com a órbita mediterrânica, como acontece noutras regiões da Europa Central e Ocidental (WELLS 1980; CHAMPION *et alii* 1984, 270-295).

Será necessário precisar o tipo de estrutura produtiva e redistributiva destas comunidades, ainda que meramente a título de hipótese, antes de se poder estimar com exactidão qual o impacto económico e social dos contacts que vêm sendo assinalados e qual o seu real significado em termos de evolução e mudança cultural da região.

7. Finalmente pensamos que haverá que definir qual o verdadeiro significado cultural da existência de uma modalidade de ocupação do território, aparentemente comum a uma vasta área geográfica.

Será que existe uma "Cultura" específica nesta região desde os inícios do Iº milénio a.C. como defendem alguns autores? Ou será que independentemente de uma estratégia comum de ocupação do território, que pode ter motivações bastante diversas, só existem critérios de uniformidade e interacção culturais, suficientes para definir uma "Cultura", num momento relativamente avançado da Idade do Ferro? Trata-se mais uma vez de uma questão conceptual que tem a ver com a definição mais rigorosa dos critérios que permitem identificar uma "Cultura" e que só poderá ser resolvida com um melhor conhecimento dos contextos arqueológicos destas estações e da sua datação.

4. OBJECTIVOS

A abordagem do povoamento do curso médio do Cávado poderia ter sido perspectivada noutros termos, se os problemas que a sua análise envolve fossem de algum modo distintos, ou se o quadro dos conhecimentos o permitisse.

Neste sentido, os objectivos que foram perseguidos articulam-se com a natureza dos vestígios e com as problemáticas de fundo que tocam a investigação proto-histórica e a romanização do território do NO e que foram esboçadas nas páginas anteriores. O nosso trabalho não pretende todavia abarcar o vasto conjunto de questões que foi focado, objectivo que seria demasiado pretencioso.

Os nossos objectivos foram definidos em função do tipo concreto de informações que possuímos na região em estudo, dos resultados obtidos nas escavações e de uma metodologia, que julgámos possível aplicar no estado actual da investigação.

Sendo a ausência de um quadro cronológico da evolução dos povoados fortificados uma das grandes falhas da investigação nesta região, um dos objectivos do nosso projecto, não podia deixar ter em vista a criação duma base de trabalho nesse domínio concreto. Procurámos, desse modo, abordar o problema da evolução interna dos povoados da região do vale do Cávado.

Mas o estabelecimento dum quadro cronológico, conseguido através da realização de escavações, subentende a abordagem de uma série de questões que tentámos analisar:

- início da ocupação destes povoados;
- etapas de desenvolvimento;
- caracterização e evolução do sistema defensivo;
- caracterização e evolução das estruturas domésticas;
- evolução da cerâmica, concebida como elemento cronológico e como indício de transformação cultural;
- evolução da metalurgia.

Um outro objectivo teve em vista a determinação das modalidades de ocupação no vale do Cávado, entre o Bronze Final e a Época Romana. Esta análise foi realizada com base em elementos obtidos na prospecção e

pela cartografia das estações e achados conhecidos. Pretendeu-se:

- caracterizar os povoados fortificados em função da geomorfologia regional;
- definir os tipos de assentamento dos povoados;
- articular os diferentes povoados entre si, de modo a estabelecer as suas possíveis relações e territorialidade;
- articular os povoados fortificados romanizados com outras formas de ocupação coevas.

A metodologia seguida, quer no âmbito da escavação e interpretação dos resultados, quer na análise da ocupação do vale do Cávado será precisada, respectivamente, na 2º e 3º partes deste trabalho.

O nosso projecto deve ser entendido como um contributo para o estudo do povoamento de uma área circunscrita da bacia do Cávado, entre o Bronze Final e a Romanização. Pela natureza do trabalho de campo que foi realizado, pelos problemas que foram focados, pelo tipo de abordagem metodológica que foi seguido e pelas limitações inerentes a qualquer projecto de investigação em Arqueologia, não pretendemos que os resultados obtidos constituam um fim em si. Eles são antes de mais um ponto de partida. De facto, o nosso trabalho foi perspectivado como a criação de um conjunto de dados que permitisse levantar novas problemáticas sobre o povoamento do período considerado. Nesse sentido, ele pretende ser uma base para novas reflexões e futuras pesquisas. Não julgamos, por isso, que os resultados obtidos nas escavações devam ser generalizados a outras regiões, nem tão pouco a todos os povoados do vale do Cávado. Pensamos, sim, que eles constituem uma referência para outros trabalhos, que certamente irão ajudar a precisar o quadro cronológico que foi traçado.

Por outro lado, a análise realizada sobre as modalidades de ocupação do território em causa deverá ser confrontada com outros dados, que urge obter, quer de natureza ambiental, quer arqueológica. No entanto ela terá, pelo menos, o mérito de chamar a atenção para as graves lacunas de conhecimento existentes naqueles domínios e para as possibilidades que são fornecidas pela sua mútua articulação.

Finalmente pensamos que a abordagem dos povoados fortificados como modalidade de ocupação, característica de um determinado

ecossistema, permite explicar mais facilmente o seu êxito e a sua longa duração.

B. O QUADRO GEOGRÁFICO

1. INTRODUÇÃO

A delimitação de uma área geográfica de trabalho é uma tarefa fundamental no exercício da actividade arqueológica. Ela torna-se imperativa quando o trabalho que se pretende realizar se insere num universo micro-espacial.

Não julgamos que a natureza de um espaço territorial determine a ocupação humana, mas pensamos que ele a condiciona, pelos seus caracteres mais estáveis (geologia, modelado do relevo, rede hidrológica, solos e recursos), as opções e a evolução das comunidades no seu interior.

As abordagens sobre a ocupação proto-histórica do Noroeste peninsular têm pecado por se reportarem a um quadro geográfico sempre demasiado amplo, o que nunca permitiu uma análise minuciosa das variantes regionais.

Embora tenha havido tentativas para isolar as componentes de unidade de um território tão vasto como o NO, salientando-se sobretudo o domínio da montanha e o clima (TRANOY 1981a, 35-36), a verdade é que estes elementos só podem ser devidamnete valorizados por oposição ao conjunto da Península Ibérica.

Os estudos da Proto-História e sobretudo da "Cultura Castreja" do NO estão demasido vinculados a uma área geográfica, supostamente una nas suas características, mas sempre excessivamente ampla.

Essa área, que foi precisada por vários autores (LOPEZ CUEVILLAS 1933, 99;ROMERO MASIÁ 1976, 2-3; ALMEIDA 1974c, 173; SILVA 1986, 17-18) abrange praticamente todo o Noroeste peninsular, incluíndo a Sul as províncias portuguesas da Beira Alta e do Douro Litoral e a Este a província de León e a zona Oeste das províncias de Zamora e Salamanca.

Este vasto território inclui uma grande diversidade de regiões que constituem sub-unidades geomorfológicas(45).

Embora a montanha represente o elemento reinante do NO peninsular, modelador da paisagem e da vida económica, a verdade é que a própria montanha apresenta múltiplas cambiantes, que importará analisar e precisar para uma caracterização mais rigorosa do comportamento das comunidades proto-históricas e da própria romanização.

A articulação da montanha, que apresenta altitudes muito variáveis, com a existência de profundos vales, a maior ou menor amplitude das zonas planálticas, a maior ou menor extensão das bacias, determinam conjuntos geomorfológicos diversificados, que forneceram às comunidades humanas múltiplas possibilidades de ocupação, diferentemente aproveitadas ao longo dos tempos.

Se em termos muito genéricos o domínio da montanha pode explicar o fraccionamento das comunidades e a vivência individualizada e individualista das populações do NO peninsular, teremos que considerar, por outro lado, que a montanha, vista como traço geográfico unificador desta região, só ganha sentido na sua própria diversidade, pois parece ter condicionado de modo distinto a ocupação humana e a evolução histórica regionais. Bastará para tanto comparar as profundas diferenças existentes entre a região do Minho e a de Trás-os-montes.

Tal como a montanha, também o clima só poderá ser considerado como elemento de unidade quando contraposto a outras áreas climáticas peninsulares. O clima do NO, definido habitualmente como prodominantemente húmido e frio, favorecendo portanto uma cobertura vegetal particular, em que a floresta tem lugar de relevo, está longe de ser uniforme no conjunto da região em causa.

O quadro geográfico do NO não se esgota, todavia, no modelado do relevo e no clima.

As características geográficas da região não determinam uma homogeneidade de recursos económicos, mineiros, agrícolas ou pecuários, e oferecem por isso uma grande diversidade de soluções, que importa precisar a nível micro-regional.

Tradicionalmente fala-se da riqueza mineira do NO, salientada como causa do desenvolvimento de uma florescente metalurgia do bronze. Essa asserção é igualmente válida apenas em termos muito gerais, devendo destacar-se a descontinuidade das jazidas metalíferas, factor que adquire uma certa importância em estudos de carácter regional.

Do mesmo modo, as características dos solos são variáveis, como variáveis são também as suas potencialidades em termos de

aproveitamento. O modo como as comunidades proto-históricas e posteriormente as romanizadas aproveitaram o território só poderá ser discernido ao nível de pequenas unidades geográficas.

A tendência para uma maior incidência em estudos de carácter regional, que caracteriza a investigação dos últimos anos na área do NO, parece resultar, em última análise, de um certo esgotamento das possibilidades de interpretar os fenómenos culturais numa macro-escala. Quer dizer, as questões que ainda hoje se levantam à interpretação dos fenómenos de povoamento proto-histórico e da romanização do NO peninsular não parecem poder ser ainda resolvidas numa dimensão espacial demasiado ampla.

Sendo nossa intenção estudar a evolução do povoamento numa pequena área geográfica, com características de homogeneidade geomorfológica, julgamos que se impõe a caracterização detalhada desse espaço de trabalho. Ela permitirá a abordagem das componentes do sistema ambiental, com as quais as comunidades humanas desta região entraram em interacção, procurando criar um equilíbrio.

2. O VALE DO CÁVADO NO CONTEXTO GEOMORFOLÓGICO DO MINHO

O Entre-Douro-e-Minho, ou a província portuguesa do Minho, como é preferencialmente referida por alguns geógrafos, constitui uma região natural com originalidade geomorfológica, resultante da natureza geológica dos seus terrenos, do relevo, do solo, das condições climáticas e do revestimento vegetal. Trata-se de uma região litoral, montanhosa e pluviosa, onde se faz sentir a influência atlântica, disposta em anfiteatro desde o mar até à "muralha" de relevos que se estende da Serra da Peneda ao Marão.

Esta região inscreve-se, do ponto de vista litológico, no complexo Centro Ibérico (FERREIRA 1981, 16), constituído pelas formações xisto grauváquicas, de tipo Plisch, interrompidas por importantes intrusões graníticas e estriadas por alinhamentos quartzíticos de direcção NO/SE e O/E.

As rochas eruptivas (granitos) foram subdivididas pelos geólogos em dois grandes grupos principais, de acordo com a rocha encaixante.

Os granitos alcalinos, relacionados com as últimas fases do enrugamento hercínico, apresentam predominantemente duas micas, são

raramente porfiróides e bastante resistentes à erosão; os granitos post-tectónicos, em geral calco-alcalinos e mais variáveis do ponto de vista da textura e da mineralogia, são porfiróides, de grão grosseiro, ricos em biotite e megacristais, sendo, por isso, frequentemente designados por granitos com "dentes de cavalo" e apresentam uma menor resistência à erosão.

As zonas de contacto das intrusões graníticas no complexo ante-ordovícico estão assinaladas por auréolas metamórficas, sempre estreitas, representadas por xistos e corneanas pelíticas.

A definição do Minho como um amplo anfiteatro aberto ao mar e à influência oceânica (FEIO 1948, 33; DIAS 1949b, 11) resulta, em parte, das características do seu relevo e do sistema de drenagem dos seus rios principais. Estes, sendo sensivelmente paralelos, apresentam um traçado rígido e assinalam uma adaptação a linhas de fractura, predominantemente de direcção bética (ENE/OSO e E/O, sendo a NO/SE menos frequente). A acção erosiva sobre estas linhas de fractura abriu profundos entalhes, pelo que a massa montanhosa se reduz a uma série de interflúvios paralelos (FEIO E BRITO 1950, 259-262).

Enquanto que no interior as serras são mais altas e quase se tocam, para ocidente os vales alargam-se, sendo separados por interflúvios menos significativos em termos de altitude.

Tratando-se de vales basicamente talhados no granito, possuem em geral um fundo largo e plano, de maturidade avançada, ladeado por vertentes muito inclinadas, por vezes abruptas, nas partes mais afastadas do talvegue. Estas características relacionam-se com a natureza da rocha e com o princípio da imunidade das escarpas graníticas (FERREIRA 1978, 46). O modelado granítico distingue-se pela boa conservação das superfícies de erosão sobre os interflúvios, pelo vigor das pendentes, quer se trate de vertentes de vales, ou de escarpamentos de falha (RIBEIRO 1955; FERREIRA 1978). Estas características são mais acentuadas quando os granitos são alcalinos.

A morfologia da região é, por conseguinte, bastante contrastante, alternando as zonas baixas, autênticos alvéolos de erosão, por vezes amplos, com relevos alterosos.

Uma das divisões tradicionais do Minho é aquela que o divide em Minho Setentrional, ou Alto Minho e Minho Meridional, ou Baixo Minho (BIROT, 1950). Esta divisão é habitualmente estabelecida pela linha do vale do Cávado.

Amorim Girão, por sua vez, considera que uma das subdivisões possíveis será aquela que se baseia nas bacias hidrográficas dos seus rios principais, que podem ser consideradas como sub-regiões naturais (GIRÃO 1933, 48). Estariam precisamente nesse caso os vales dos rios Minho, Lima e Cávado.

3. DEFINIÇÃO DA ÁREA GEOGRÁFICA DE TRABALHO

A bacia do Cávado pode ser considerada uma sub-região dentro de uma unidade maior e possui características próximas daquelas que são atribuídas ao conjunto do Minho.

Foi no interior desta sub-unidade que procurámos analisar a evolução do povoamento proto-histórico e da romanização.

No entanto, o nosso estudo não incide em toda a área da extensa bacia daquele rio. Cingimo-nos ao seu troço médio, por razões que se prendem com as subdivisões geomorfológicas que podem ser feitas no seu percurso, desde a Serra do Larouco até à foz, em Esposende.

A delimitação da área de estudo, representada na cartografia, tentou respeitar os critérios básicos da definição de uma bacia hidrográfica e os factores de homogeneidade morfológica sem, no entanto, perder de vista os objectivos do nosso trabalho.

A Norte e a Sul serviram-nos de limites os esporões montanhosos que separam o vale do Cávado dos outros vales: a Norte e Noroeste do Vale do Neiva; a Nordeste do vale do Lima; a Sul e Sudoeste do vale do Este e a Sudeste do vale do Ave. Foram ainda incluídos na área cartografada os relevos que separam os interflúvios. Procurámos deste modo registar os povoados que se localizam nas linhas divisórias dos vales e que podem ter tido um importante papel no controlo de ambas as bacias.

A montante, estabelecemos a linha divisória um pouco acima de Amares e de Terras de Bouro, numa zona onde os rios Cávado e Homem correm ainda como rios de montanha e onde existe, portanto, um maior encaixamento daqueles cursos de água.

A jusante, o limite foi fixado aproximadamente pela linha divisória dos concelhos de Barcelos e de Esposende. Deixámos assim de fora o cordão montanhoso costeiro, paralelo ao litoral, não se respeitando aí, por conseguinte, o limite de Barca do Lago, onde

tradicionalmente se admite começar o baixo curso do Cávado.

A área definida por aqueles limites possui uniformidade geomorfológica, caracterizada por um conjunto de relevos que não ultrapassam os 400m e por um vale amplo, sobretudo a jusante da confluência dos rios Homem e Cávado.

4. GEOMORFOLOGIA

4.1. TECTÓNICA E PALEOGEOGRAFIA

A evolução tectónica do rio Cávado enquadra-se na história da formação das terras do Noroeste peninsular.

Nos mais antigos terrenos do complexo xisto-grauváquico ante ordovício deram-se intrusões graníticas significativas. Consolidado o maciço granítico, este sofreu intensas acções orogénicas no final do Paleozóico e inícios do Mezozóico (TEIXEIRA *et alii* 1969, 42-43), que provocaram várias fracturas. Nelas instalaram-se filões de rochas básicas, pegmatíticas e algumas quartzosas de orientação e espessura variáveis. Alguns desses filões possuem mineralizações, quer áureo-argentíferas, quer de cassiterite e volframite.

Mais tarde, por acção da orogenia alpina, a tectónica antiga foi rejuvenescida e formaram-se novas fracturas, às quais se seguiu uma intensa erosão. Os relevos foram aplanados e as montanhas destruídas.

Ao Mesozóico e Cenozóico remontará a formação de alguns filões quartzosos e de numerosas fontes termais que brotam das diaclases do granito, dispondo-se ao longo de uma linha que acompanha o rio, embora algumas delas se afastem ligeiramente do seu eixo. São elas as fontes termais de Barcelinhos, Mosqueiro, Castanheirinhos, Caldelas, Dossãos, Gestal, Gradouro e Águas Santas (TEIXEIRA 1944, 19-40).

No final do Cenozóico deve ter-se instalado na região correspondente a Prado e Cabanelas (Vila Verde) uma pequena depressão fechada, onde vieram convergir águas provenientes do interior e no fundo da qual se instalaram sedimentos finos, argilosos, com restos de madeira lignitizada e fósseis vegetais.

A identificação, na zona do Cruto e Carvalhinhas de fósseis de *Lygodium Gaudini Herr*, de *Pteris* e de folhas de *Fraxinus* e *Populus*

abonam da antiguidade destas formações e por conseguinte, da organização terciária do rio (RIBEIRO *et alii* 1943, 91; TEIXEIRA 1944, 32).

Sobre estas argilas negras, exploradas ainda hoje para o fabrico de cerâmica, irão depositar-se outras, bem como areias e cascalheiras que indicam um transporte mais violento e torrencial, eventualmente ligado a um rio já organizado (TEIXEIRA *et alii* 1969, 41-43).

Os depósitos pliocénicos assinalados ao longo do rio, sobretudo os que se situam a jusante da confluência Homem/Cávado e as suas numerosas nascentes termais sugerem que o seu traçado foi escavado, pelo menos parcialmente, pela linha de depressão Barcelos/Montalegre (ANDRADE 1935, 21-40).

Os depósitos detríticos da bacia do Cávado foram estudados por Orlando ribeiro, Cotelo Neiva e Carlos Teixeira (1943, 87-94). Este último estudará também a tectónica do rio (1944, 19-40), considerando-o, então, como uma linha estrutural da morfologia do NO peninsular. Segundo ele, a linha de depressão Barcelos/Montalegre, de orientação Bética, paralela à grande falha do Guadalquivir, limita um dos blocos do chamado "teclado minhoto" analisado por Falcão Machado (1935, 1-4). Uma das linhas de fractura situar-se-ia, assim, ao longo do Cávado e a outra entre Santa Tecla e Vigo (eixo de Vigo).

Estas linhas de fractura, que orientam os eixos dos principais rios do Minho, definem três grandes blocos estruturais na morfologia do NO, dispondo-se em escadaria e subindo do Norte para Sul: o bloco duriense, limitado a Norte pelo Cávado, é o mais alto e caracteriza-se pela sua relativa imobilidade; o bloco minhoto, entre Cávado e Minho, terá sofrido, na opinião de C. Teixeira (1944, 19-40), um movimento vertical de afundamento que fez mergulhar a zona litoral e levantar a interior; o bloco galego sofreu igualmente um afundamento, mas mais acentuado, que terá provocado a submersão da sua franja litoral, da qual resultou o aspecto recortado das suas rias.

4.2. GEOLOGIA

O substrato geológico da bacia do Cávado é basicamente dominado por rochas eruptivas. Na parte correspondente à sua bacia média podem ainda distinguir-se restos de terrenos silúricos (xistos) e formações mais recentes, como terraços Plio-plistocénicos e aluviões modernos

(TEIXEIRA *et alii* 1969; 1973; 1975).

A. Xistos

Os terrenos silúricos estão representados por diferentes afloramentos, fortemente metamorfizados pelas intrusões graníticas que os transformaram em corneanas, xistos luzentes e xistos andalúzicos. A maioria deles sofreu acções de granitização, ou foi atravessado por filões quartzosos aplíticos e pegmáticos.

Os maiores afloramentos silúricos possuem aproximadamente orientação NNO/SSE e estão localizados entre Braga e Barcelos. Um deles compreende uma área relativamente vasta da margem sul do Cávado, entre Martim, Encourados e Areias de Vilar, no concelho de Barcelos, S. Julião de Passos, Cabreiros e Padim da Graça, no concelho de Braga, estendendo-se para Norte, em direcção a Freiriz e Escariz (Vila Verde) e continuando em direcção ao vale do Rio Neiva.

Esta grande mancha encontra-se separada por intrusões de granitos não porfiróides de grão médio, que se desenvolvem entre S. Romaõ da Ucha (Barcelos), Parada de Gatim e Escariz (Vila Verde), continuando para Norte.

Uma outra importante faixa silúrica, comprida e estreita, cruza o Cávado em Barcelos, prolongando-se desde Remelhe (margem sul) para NO, em direcção a Abade de Neiva, Fragoso e ultrapassando o Neiva, em direcção a Barroselas e Mujães.

Na margem direita do Cávado, entre Gandarela e Vila Frescainha, existem ainda dois afloramentos alongados do mesmo tipo, com direcção NNO/SSE.

Na região de Braga afloram algumas faixas xistenses, muito metamorfizadas, transformadas em corneanas pelíticas e quartzo feldspáticas. Uma delas desenvolve-se a Leste da cidade de Braga, prolongando-se em faixa estreita até ao Cávado. A Ocidente da cidade existe um outro afloramento, com a direcção NO/SE, que se estende desde Ferreiros, a Sul, em direcção à Portela das Cabras (Vila Verde), na margem direita. Esta mancha estreita e alongada contacta a Oeste com uma mancha de corneanas, xistos luzentes e xistos andalúzicos e a Este com a mancha de granitos porfiróides de grão médio, ou fino a médio, característica da região de Braga.

B. Granitos

Os afloramentos graníticos, predominantemente porfiróides, dominam o mapa geológico do curso médio do Cávado.

Podemos distinguir, todavia, diferentes manchas, todas aproximadamente com direcção NO/SE.

De montante para jusante encontramos a mancha de granitos calco-alcalinos de Ponte da Barca/Terras do Bouro/Póvoa de Lanhoso. São granitos porfiróides, de grão grosseiro, ou médio a grosseiro, de duas micas, sendo a biotite predominante. Na área estudada, esta mancha corresponde à parte oriental de uma linha que passa por Atães, Vilarinho e S. Julião, no concelho de Vila Verde, Caldas, Portela e Amares, no concelho de Amares e segue para Sudeste, em direcção à Póvoa de Lanhoso.

Contacta a Oeste com uma outra variedade de granitos calco-alcalinos, porfiróides, de grão médio ou fino a médio, conhecido por granito de Braga. Esta variedade aparece numa faixa larga, aproximadamente paralela à anterior, limitada a Oeste pelo complexo xistense que se desenvolve a Ocidente de Braga e prolonga-se para a margem norte do Cávado, até à Portela das Cabras.

Nesta mancha encontramos uma intrusão de granitos não porfiróides de grão médio a grosseiro, conhecido por granito de Vila Verde, que se desenvolve entre esta vila e Godinhaços. Esta variedade encontra-se igualmente presente num pequeno afloramento que rodeia o Monte das Caldas, a Ocidente de Braga, estando aí rodeado por xistos silúricos.

A Oeste de Braga nota-se uma maior alternância de variedades de granito. Na margem sul do rio e contactando a Este com os xistos silúricos, encontramos uma importante mancha de granitos calco-alcalinos de grão grosseiro ou médio a grosseiro, que compreende a Serra de Airó e bacia do rio Covo, reaparecendo mais para jusante a partir de Barcelinhos até Rio Tinto. Esta mancha, que se encontra igualmente assinalada na margem direita do Cávado, de Barcelos até Vila Cova, possui inclusões de outras variedades de granito como o calco-alcalino de grão médio ou grosseiro (granito de Gondifelos e Pousa) e a mancha de granodioritos da Serra da Franqueira, entre Fornelos e Vilar de Figos.

Na margem direita do Cávado temos ainda a assinalar, para além dos granitos calco-alcalinos de grão médio a grosseiro, que caracterizam a mancha a Ocidente de Barcelos, outros afloramentos importantes como o da Serra de Busto, que se estende de S. Romão de Ucha até S. Martinho de

Escariz) constituído por granito não porfiróide.

Na região envolvente de Barcelos encontramos uma variedade de granitos meso-ceáticos de grão médio ou fino a médio, frequentemente porfiróides, com composições mineralógicas variáveis de local para local. Estes ocupam uma área entre Abade de Neiva, Carapeços e Tamel, a Norte e S. Martinho de Galegos a Este, descendo até Manhente.

C. Terraços Fluviais

Os depósitos de terraços do rio Cávado, constituídos por areias, cascalheiras e argilas, escalonam-se a diferentes níveis. Situam-se quase todos na margem direita do rio, com excepção daqueles que se localizam a Sudeste de Barcelos, de orientação NE/SO, os quais definem o antigo estuário do Cávado.

Depósitos de terraço de 5-10m - A mancha de terraço mais extensa correspondente a este nível situa-se a NE de Areias de Vilar, entre Padim da Graça e S. Paio de Merelim. O mesmo nível encontra-se ainda na margem norte do Cávado, na zona de Prado.

Depósitos de 15-25m - Estão assinalados em Assento e Certinhas, a Oeste de Vila Seca (Barcelos), separados pela Ribeira de Lordelo. Aparecem ainda em Agras do Rio, a jusante da Penida, em Padim da Graça, S. Paio de Merelim, Cabanelas, Macedo, Stº Estevão e Soutelo.

Depósitos de 30-40m - Uma grande mancha destes depósitos está representada na região em que assenta a cidade de Barcelos, cortada pela Ribeira das Pontes. Estão ainda presentes a Oeste de Cabanelas, entre S. Gens e Espinheira e a Este de Oleiros (Vila Verde).

Depósitos de 45-55m - Este nível está assinalado na grande mancha de Gilmonde e Vila Verde. Aparece também a Norte de Areias de Vilar, em Vilarinho, entre Rio Covo e Manhente, em Gemeses, Barcelinhos e entre Areal de Baixo e as Mercês.

Depósitos de 60-70m - Existe um nível bastante extenso deste depósito entre S. Romão da Ucha, S. Miguel de Cervães e Torre (Vila Verde). O mesmo nível ocorre na Boavista e Fornelos (Barcelos) e num pequeno retalho a leste de Proselo (Amares).

Depósitos de 70-80m - Estão representados em Quebrosas, entre Rendufe e Rio Tinto (Amares) e na margem sul entre Redondo e Pinheiro de Baixo, a norte de Adaúfe (Braga).

Depósitos de 80-90m - Estão assinalados em Areias onde cobrem as rochas xistenses.

4.3. HIDROLOGIA E RELEVO

A bacia média do Cávado é dominada pelo curso daquele rio e pelo baixo curso do Homem. A eles se liga uma extensa rede de ribeiros de orientação quase sempre transversal.

Se seguirmos o rio Cávado de Barcelos até Montalegre verificamos que, nas suas linhas gerais, e até à confluência com o Homem, o rio escavou o seu leito na direcção NE/SO.

A NE daquela confluência, o vale desvia-se ligeiramente para leste, contornando a Serra do Gerês.

A montante de Prado o rio está profundamente encaixado. No Gerês o vale é profundo, estreito e mostra na margem direita um flanco quase vertical, que resultaria, na opinião de Carlos Teixeira, do afundamento do bloco minhoto.

O vale do Cávado é assimétrico. No lado norte, a montante de Barcelos, é mais largo que na margem sul, apresentando profundas reentrâncias das curvas de nível. A jusante daquela cidade é a margem esquerda que se amplia. Esse facto, relaciona-se com o antigo estuário do rio que seguiria em direcção à Apúlia.

O rio Homem parece seguir, tal como o Cávado, uma importante linha de fractura de direcção NE/SO, paralela aos grandes filões quartzosos de Godinhaços e Pedregais (Vila Verde). Nascendo no Gerês, o rio corre profundamente encaixado na faldas da vertente desta serra, alargando o seu vale, apenas pouco acima de S. Pedro de Fins, Amares (margem sul) e de S. Julião, Vila Verde (margem norte).

A ampla rede de ribeiros que se liga a estes dois rios principais, possuindo muitas vezes um traçado quase rectilíneo, tem uma orientação predominante N/S e NO/SE, indicando a escavação dos seus leitos em falhas tectónicas importantes e de orientação atlântica. Esta

orientação caracteriza entre outros, de jusante para montante, a Ribeira de Sepogal, o Rio de Vila, a Ribeira das Pontes, todos no concelho de Barcelos, a Ribeira de Cabanelas, a Ribeira de Febros e a Ribeira do Tojal, em Vila Verde.

Na margem esquerda há que assinalar o Rio Covo em Barcelos e uma série de outros ribeiros mais pequenos que seguem a mesma orientação.

Os sucessivos retalhamentos da rocha em diferentes direcções, numa rede quase ortogonal (RIBEIRO 1955, 21), devido a fenómenos tectónicos, compartimentaram-na numa quadrícula de blocos. O encaixamento dos rios e a intensa erosão moldaram o relevo inicial e deram à região uma morfologia contrastante.

O recuo das vertentes em relação ao talvegue criou um vale largo preenchido por terras de aluvião a que o povo chama "ribeira". Corresponde a uma planície relativamente extensa, embora não muito larga, que tem tendência a espraiar-se a jusante da confluência Cávado/Homem.

Nesta planura destacam-se pequenas colinas com altitudes pouco significativas que não ultrapassam em geral os 100m. Estes autênticos "ilhéus" de rocha, formados pela erosão, frequentemente cobertos por níveis de terraços, hoje quase todos agriculturados ou ocupados por pequenos núcleos populacionais, desempenharam um importante papel na ocupação proto-histórica, relacionando-se, provavelmente, com a prática da agricultura ou de uma pastorícia extensivas no vale.

No início das vertentes encontramos igualmente numerosas colinas, que se escalonam em diferentes altitudes, não ultrapassando em geral os 200 metros.

Estas colinas, resultantes de sucessivas fracturas da rocha e da erosão fluvial, mais ou menos intensa, constituiram os locais de habitat preferencial das populações proto-históricas, sendo aí que se encontra a maioria dos castros referenciados na região.

A compartimentação quase paralela do relevo, por linhas de fractura transversais aos eixos do Cávado e Homem, criou ainda alguns amplos esporões, com orientação N/S, como o da Serra do Busto, o da Serra de Roriz, ambos na margem norte, ou o da Serra da Franqueira na margem sul. Outros, têm orientação NE/SO, sendo, por conseguinte, paralelos aos eixos dos rios principais. É o caso do esporão do Barbudo, do de S. Julião, ambos na margem norte (Vila Verde), ou o de Eiras Velhas (Braga), na margem sul. Os limites destes esporões, normalmente

sobrelevados, constituiram igualmente locais de assentamento de povoados fortificados, normalmente com uma certa importância.

Na linha divisória dos interflúvios destacam-se relevos de maior altitude, que não execedem em geral os 400m, e que prolongam para ocidente as grandes serras do interior minhoto.

Nessas linhas divisórias são por vezes visíveis extensas superfícies de aplanação, formando chãs, onde encontramos a maioria das necrópoles megalíticas da região. É o caso da Serra do Carvalho a sul do Cávado (Braga), ou da grande Chã de Bustelo, na margem norte (Vila Verde), onde se localiza um dos conjuntos megalíticos mais importantes da zona do curso médio do Cávado.

No interflúvio dos rios Lima e Homem, que correm na parte montante muito perto um do outro (12Km), o relevo é praticamnte formado pela intersecção das vertentes, sendo dominado pela Serra Amarela. Para jusante, os rios afastam-se e o relevo torna-se menos vigoroso. A jusante da linha de depressão Monção/Ponte da Barca/Vila Verde, destaca-se como relevo mais significativo, a Serra do Oural com 720m de altitude. O monte de S. Julião, que corresponde ao limite SE do esporão montanhoso que desce da Serra Amarela, não chega já a atingir os 300m.

O interflúvio Homem/Cávado é dominado pela parte portuguesa da Serra do Gerês. A profunda erosão ocidental desta Serra, sobretudo mais acentuada ao aproximarmo-nos da confluência dos dois rios, tornou a montanha estreita e afunilada e simultaneamente mais baixa. Ela vem morrer no monte de S. Pedro Fins (562m), perto da junção dos dois rios.

A Sul do Cávado os relevos mais significativos ligam-se ao sistema da Serra da Cabreira, cujo ponto mais alto se situa a 1256m. Esta prolonga-se para Ocidente na Serra do Carvalho (500m), na do Sameiro a SE de Braga, que atinge 582m, na da Falperra e vai morrer numa sucessão de colinas que marginam o Ave.

Na região a jusante de Vila Verde os cordões montanhosos que separam os interflúvios não excedem, em regra, os 400m. A sul do Cávado apenas a Serra de Airó (Barcelos) atinge 413m. A Norte daquele rio, na linha divisória com o Neiva, destacam-se como relevos de maior altitude o Monte de S. Gonçalo (492m), o Penedo do Ladrão (415m) e o monte de Penoques (437m).

5. CLIMA E VEGETAÇÃO

Do ponto de vista climático a região estudada não se distingue actualmente da região mais ampla, representada pelo Minho.

Apresenta temperaturas médias anuais inferiores a 15°C e humidade intensa, resultante da sua exposição aos ventos oceânicos.

O clima é temperado porque a temperatura média do ar no mês mais frio do ano varia entre 18° e 3°C. Possui verões secos porque a precipitação no mês mais seco do semestre de Verão é inferior de 1/3 daquela que é registada no mês mais chuvoso do semestre de Inverno, sendo sempre inferior a 40mm. Os Verões são, por outro lado, extensos e pouco quentes, porque a temperatura média registada no mês mais quente do ano é inferior a 22°C. Nos restantes quatro meses mais quentes a temperatura média é sempre superior a 10°C (FERREIRA 1942; RIBEIRO 1955, 52).

A vegetação nativa do Minho, ainda visível no séc. XIX (RIBEIRO 1967, 102-104), era constituída por árvores copadas de folha caduca. Dominavam os bosques de carvalhos e de castanheiros. A espécie dominante era o carvalho alvarinho, ou roble *(Quercus robur)*, que se fazia acompanhar de uma gama variada de outras espécies atlânticas como a aveleira, o vidoeiro, o plátano, o choupo, o freixo, o ulmeiro, ou o teixo. A vegetação rasteira estava representada por tojos, urzes, giestas, fetos e silvas.

Enquanto que no séc. XIX os pinheiros estavam pouco desenvolvidos e ocupavam apenas areias litorais, hoje, os bosques de pinheiro marítimo constituem um dos traços mais salientes da paisagem do Minho, substituindo as matas de carvalhos.

A paisagem nas zonas mais baixas das montanhas está dominada pela policultura intensiva dos cereais, que ocupa, quer as zonas de aluvião, quer as vertentes, onde o sistema de socalcos permite uma agricultura florescente.

Nas planícies dominam os campos de legumes e a cultura do milho, cuja rotatividade torna possível uma produção constante sem esgotamento dos solos. Nas linhas divisórias dos campos planta-se a vinha de enforcado, ou as oliveiras. Ao longo as linhas de água encontramos ainda raros salgueiros e choupos.

O ecosistema campo/souto-bouça/monte, articulando os terrenos propícios a uma agricultura de regadio, as quebradas de árvores, que

fornecem as madeiras e o monte, onde cresce a vegetação rasteira que fornece os matos e a alimentação para o gado, é o mais adaptado aos condicionalismos geográficos do Minho, satisfazendo um perfeito equilíbrio entre a produção de cereais de Inverno e de Verão, as ervas, os pastos para o gado, as castanhas e as bolotas para os porcos.

A paisagem rural do Minho foi amplamente definida por vários geógrafos e historiadores. Essa paisagem parece modelada pela oposição entre a "ribeira", zona baixa, plana e bem irrigada e o monte essencialmente de vocação pastoril.

Mas mais do que a vegetação e o clima actual do Minho interessar-nos-ia conhecer aqueles que vigoraram no período que é objecto do nosso trabalho. Todavia, os elementos disponíveis sobre esse assunto são pouco abundantes e referem-se na sua maior parte ao Norte de Espanha. No Norte de Portugal dispomos apenas dos resultados dos estudos realizados por Coudé-Goussen nas Serras da Peneda e do Gerês que se centram sobretudo no último período glaciar (1978, 34-37; 1979), das análises polínicas de Bellot Rodriguez nas hidroturfeiras do Gerês (1950, 48-491), que se reportam ao período post-glaciar e das realizadas na foz do Leça (ELHAI 1964, 45-52), que não se encontram datadas.

Na Galiza, os estudos são mais abundantes e como tal prestam-se a uma interpretação mais detalhada da evolução climática.

Do conjunto dos resultados palinológicos conhecidos (LOPEZ GARCIA 1978, 39-41) destacam-se algumas linhas de força salientadas por Abel Bouhier (1979) e mais recentemente por Vázquez Varela e Aira Rodriguez (1986), que apresentam uma síntese dos elementos disponíveis relativos à economia dos povos pré-romanos do Noroeste Peninsular.

Os estudos de Coudé-Gaussen nas Serras da Peneda e Gerês permitem admitir para o final da última glaciação um clima húmido com quedas de neve nas zonas altas e intensos e frequentes nevoeiros. Estas características climáticas teriam possibilitado a manutenção de uma floresta esparsa nas zonas de altitude mais baixa, (700-800m), que beneficiam de uma "espécie de imunidade térmica" (COUDÉ GAUSSEN 1979, 471).

Por outro lado, as análises realizadas por Bellot Rodriguez nas formações hidroturfosas da Serra do Gerês (1950, 481-491), consideradas de época tardia e post-glaciar, revelam uma importância crescente dos polens não arbóreos, à medida que o tempo avança, mantendo-se, todavia,

uma predominância do *Quercus*, sobre as outras espécies atlânticas *Betula, Alnus, Salix*. Em vários outros perfis por ele estudados na mesma Serra (Carris, Borrageira e Pé de Cabril) constatou-se, para a mesma época, uma cobertura arbórea, hoje inexistente e uma elevada percentagem de plantas rasteiras.

As análises de turfas da Lagoa do Marinho e Couce, na Serra do Gerês e de Lamas de Vez, na Serra da Peneda (COUDÉ-GAUSSEN 1979, 515-522), permitem afirmar que por volta do séc. IX da nossa era, ou seja, em pleno Sub-Atlântico, as Serras do Minho estariam revestidas por vegetação arbustiva de ericáceas, associada a *Pynus sylvestris* e *Alnus*, que indicam uma clara recessão dos bosques de carvalhos. Dominaria por conseguinte uma vegetação basicamente rasteira resultante, provavelmente, da degradação climática Sub-Atlântica e da acção antrópica, devida a uma prática intensa de pastoreio e queimadas.

Já Orlando Ribeiro sublinhara (1955, 62) que as montanhas atlânticas portuguesas eram as mais pobres de bosques e que a floresta densa não deveria ter tido tempo de se repovoar após a última glaciação, devido a uma ocupação humana sistemática das regiões montanhosas.

Os dados palinológicos referentes à Galiza e Norte de Espanha (MÉNENDEZ AMOR 1969, 161-167; LOPEZ GARCIA 1978, 9-41) são sobretudo importantes para a evolução florestal durante o Holoceno.

Abel Bouhier (1979) comentando os resultados das análises polínicas da Galiza, afirma que a cobertura vegetal não deve ter sofrido grandes alterações entre o Boreal e o Sub-Boreal e mesmo durante parte do Sub-Atlântico.

O manto vegetal, longe de ser contínuo, mostra antes uma clara concentração nas zonas baixas, nas bacias e nos alvéolos fluviais. A cobertura arbórea era dominada pelo carvalho, seguido pelo amieiro, bétula e nogueira, donde conclui que a formação vegetal climax foi inicialmente o carvalhal misto.

Este estaria interrompido por clareiras de "landes", formadas por tojos, que se terão desenvolvido pela prática de queimadas mais ou menos extensas e por um pastoreio intenso.

Estas "landes", articulam-se perfeitamente com o carácter oceânico do clima e com as condições edáficas do solo constituindo, na opinião de A. Bouhier, um verdadeiro equilíbrio vegetal em "situação de sub-climax", criado por uma acção antrópica antiga.

Alguns diagramas realizados em diferentes tipos de solos, a

maioria em turfeiras, nomeadamente em Santander, Astúrias e Galiza permitiram constatar que durante o período Sub-Atlântico a deflorestação parece afectar largamente todo o Norte peninsular, sendo acompanhado por um aumento das *Ericáceas* e das *Gramíneas*. No entanto, assiste-se também ao desenvolvimento de determinadas espécies arbóreas, nomeadamente do *Fagus, Corylus, Sactanea, Betula e Alnus*, que pode explicar-se por um aumento de humidade. A deflorestação, nesta fase, tem como consequência um aumento da extensão da pradaria e uma expansão do Brezal (LOPEZ GARCIA 1978, 9-44; VÁZQUEZ VARELA e AIRA RODRIGUEZ 1986).

Face aos resultados das análises polínicas pode admitir-se que as zonas montanhosas mais altas, ou de altitudes mais significativas, nunca devem ter sido cobertas por floresta densa, estando já nos fins da última glaciação relativamente ermas. A floresta dominaria sobretudo as altitudes mais moderadas e os vales. O seu recuo e a formação de "landes" deve articular-se com a deflorestação artificial provocada pela acção do homem através das queimadas e do pastoreio. A floresta foi regredindo, a pouco e pouco, com o sucessivo aproveitamento agrícola, quer de vertentes, quer das zonas ribeirinhas.

Se o processo de deflorestação das colinas de média altitude e das montanhas mais baixas poderá ter-se generalizado na época proto-histórica, com a intensa ocupação desses cabeços e com o pastoreio nas zonas de montanha o retrocesso da floresta nas zonas de vale deverá corresponder, contudo, a um processo mais lento, embora irreversível, consideravelmente acentuado, nos primeiros séculos da nossa era, com a romanização.

Como salienta C. Alberto F. de Almeida "no Minho do séc. XII, já não encontramos as grandes florestas, as quais devem ter sido sacrificadas, sobretudo, pela expansão contínua do *ager* " (1978, 31). No entanto, é possível ver nos soutos e bouças, manchas arbóreas, da beira dos campos, por vezes já vedadas, núcleos de castanheiros e carvalhais que irão sendo sacrificados aos campos de cultivo. Este processo encontra-se bem testemunhado nas fontes medievais (ALMEIDA 1978, 29).

O desaparecimento total da floresta nas zonas baixas poderá contudo ser mais tardio, articulando-se com a revoluçaõ operada pela introdução da cultura do milho, que levará a um máximo aproveitamento do espaço de cultivo, não só nos vales, como nas vertentes.

6. SOLOS

Os solos naturais do Noroeste Peninsular são bastante homogéneos. Dominam os solos ranker, os solos castanhos ácidos e os solos pseudo gleis e gleis.

Os solos ranker encontram-se nas vertentes dos montes e nos planaltos e pequenas plataformas montanhosas. São solos pouco evoluídos, reduzidos muitas vezes a um fino nível de matéria orgânica, mais ou menos mineralizada, de côr castanha, cinzenta, castanha avermelhada ou negra e repousam normalmente directamente sobre a rocha.

Deste grupo interessa-nos sobretudo a variedade representada pelos solos ranker atlântico, mais frequentes nos sopés das vertentes, entre 0 e 400m de altitude.

A aptidão agrícola destes solos depende do grau de alteração da rocha de base, sendo indispensável para o seu aproveitamento agrícola que o horizonte orgânico se misture com o mineral. Muitos destes solos tornaram-se bons para a agricultura pela prática de queimadas, que lhes reduziu o teor de matéria orgânica e o grau de acidez (BOUHIER 1979, 29).

Os solos pardos ácidos resultam da alteração de rochas ricas em silicatos, submetidas a um clima húmido e pouco frio. São solos do tipo centro-europeu e ocorrem em zonas de clima equilibrado. A sua aptidão agrícola resulta sobretudo do trabalho que lhes fôr acrescentado, para se reduzir o teor de pH.

Foi com os solos pardos ácidos, os de côr ocre e os ocre podzólicos, muito abundantes no Noroeste, que se construíram, na Galiza, ao longo dos tempos, a maioria dos bons terrenos de cultivo (BOUHIER 1979, 30).

Encontra-se ainda uma outra variedade de solos, os designados por pseudo glyes e gleys, que preenchem os fundos de depressão e as plataformas de pouca inclinação, onde dominam as rochas pouco permeáveis. São solos de estrutura complexa, muito pesados e asfixiantes, mal servidos em reservas de fósforos e postássio. A sua aptidão agrícola depende, por isso, de operações de drenagem e do seu enriquecimento em minerais.

Os solos de Noroeste não possuem à partida excepcionais aptidões agrícolas, não favorecendo, por isso, uma agricultura expontânea. No entanto, a abundância de água e um secular trabalho humano, permitem

extrair actualmente dos solos desta região uma produção agrícola intensa. Essa produção é, antes de mais, um "produto histórico", que associa a prática milenar da queimada, a estrumação e a rotação de culturas, a uma intensa irrigação e drenagem dos solos.

7. RECURSOS

As características geomorfológicas, climáticas e edáficas da área em estudo permitem avaliar alguns dos recursos que se ofereceram às comunidades proto-históricas que aqui se instalaram.

7.1 A ROCHA

O granito constitui um recurso abundante, encontrando-se por todo o lado, quer na parte mais elevada das vertentes, quer nos cimos onde aflora com muita frequência.

A sua extracção segundo métodos artesanais, ao alcance da tecnologia da Idade do Ferro seria relativamente fácil, pelo que constitui a grande base de matéria-prima para a edificação de muralhas e de casas. No entanto, o granito foi também utilizado para fabricar utensílios como as mós, elementos ornamentais e ainda na estatuária.

A arena granítica, resultante da alteração local do afloramento rochoso, representa ainda um importante recurso nesta região. Foi usada nas construções, para ligar as pedras das paredes, na constituição dos pavimentos, sendo possível que tenha sido igualmente utilizada no fabrico da cerâmica.

Com efeito, alguns dos minerais do granito, como os feldspatos, são susceptíveis de desagregação química (NEIVA 1940, 4), sendo caolinizados, ou seja, transformados em argila.

A arena granítica, muito alterada, possui assim características plásticas, que podem ter sido aproveitadas para a olaria.

Os numerosos ribeiros da região fornecem ainda abundantes seixos rolados de origem granítica, quartzítica e de quartzo. Eles foram usados como base de um instrumental lítico variado, nomeadamente pesos, polidores, percutores, machados polidos, ou ainda para extracção de lascas.

Um dos recursos relativamente abundantes na bacia média do Cávado é a argila, indispensável ao fabrico da cerâmica. Embora a argila seja actualmente apenas explorada na região de Prado/Cabanelas (Vila Verde), ela encontra-se em praticamente todas as manchas de terraços que foram anteriormente assinalados. A sua distribuição ao longo do Cávado e em menor quantidade ao longo do rio Homem permite considerar que a argila seria um recurso abundante e relativamente homogéneo nesta região.

7.2 A ÁGUA

A água, abundante na bacia do Cávado, como em todas as zonas do Entre-Douro-e-Minho, constitui seguramente um importante recurso, a vários níveis.

A ocorrência de nascentes, em altitudes muito variáveis, mesmo no topo dos montes, deveria assegurar um abastecimento directo dos povoados e uma fácil irrigação dos campos de cultivo, quer se encontrassem eles nas partes mais elevadas, quer nas vertentes.

A abundância de nascentes garante, por outro lado, que a maioria dos ribeiros mantenham, nesta zona, um caudal significativo, mesmo em períodos de estiagem, permitindo a existência de uma fauna piscícola, que deve ter representado um recurso significativo na economia dos povoados castrejos.

7.3 OS SOLOS

Do ponto de vista do aproveitamento do solo será de supor que, dada a natureza do relevo desta região, de altitudes moderadas, existiriam ainda nos inícios do Iº milénio a.C. manchas florestais significativas, quer nas zonas de vale, quer nos cabeços e esporões montanhosos. A conquista de espaços agrícolas, iniciada em épocas anteriores, deve então ter prosseguido, aumentando as clareiras de "landes", propícias ao pastoreio e ao cultivo. No entanto, é possível que fossem sobretudo as vertentes e as zonas montanhosas aplanadas que oferecessem, nessa época, maiores possibilidades de desbravamento pela queimada.

Nas terras baixas, de solos ensopados, as matas ribeirinhas dificilmente poderiam ser abertas por esse método, exigindo, pelo contrário, uma tecnologia mais sofisticada, em que a utilização de um instrumental de ferro seria fundamental.

Por outro lado, a capacidade dos solos naturais não é à partida excepcional para uma prática agrícola intensa. É natural que as possibilidades que se ofereciam às comunidades proto-históricas estivessem antes de mais ligadas ao aproveitamento da cobertura florestal nativa e à criação de animais, beneficiada pela deflorestação.

Face a estes condicionalismos será de supor que a prática agrícola, nesta região, poderia constituir mais um complemento do que uma base alimentar destas populações. No entanto, os diagramas polínicos demonstram que a agricultura de cereais foi uma realidade entre as comunidades pré-romanas da região do Noroeste. Será, assim, de admitir que as populações do Iº milénio a.C. iniciaram o longo processo de enriquecimento e exploração dos solos, para o qual terá contribuído também a criação de animais.

7.4 AS MINAS

Os recursos mineiros da região estudada são relativamente escassos e restringem-se às manchas quartzosas e aos filões pegmatíticos, encontrando-se praticamente concentrados na franja ocidental de Vila Verde.

Existem formações áureo-argentíferas na zona da Portela das Cabras (Vila Verde), em filão quartzoso, de reduzida espessura, orientado NE/SO e em Sobradelo, também em estreito filão quartzoso com a mesma orientação (TEIXEIRA *et alii*, 1975, 52).

São relativamente mais abundantes as minas em que aparece cassiterite. Estas surgem em filões igualmente quartzosos, situados também a Oeste de Vila Verde. Estão nesse casos as minas de Ribeiro de Seixo, Cerqueiros, Quebrosa, Abelheiras, Tomada de Salgueiro, Vieiros, Fonte Videira, Portela e S. Gens.

O estanho aparece em filões pegmatíticos de orientação variável N/S, E/O e NNE/SSO, estando assinalado nas minas de Abelheiros, Tomada de Salgueiro, Fonte Videira e Portela (TEIXEIRA *et alii*, 1973, 49).

C. O QUADRO DO POVOAMENTO

1. INTRODUÇÃO

O território abrangido pelo nosso projecto é rico em testemunhos de natureza arqueológica.

Da época paleolítica são conhecidos vários achados líticos procedentes dos níveis de terraços do rio Cávado, sobretudo abundantes na região de Barcelos (FRANÇA s/d, 5-10; ZBYSZEWSKY e VIANA 1948, 5-11; VILAS BOAS 1967, 66-68).

São também bastante numerosos os monumentos megalíticos, alguns deles conhecidos de longa data. Entre eles merecem destaque os que formam a grande necrópole da Chã do Bustelo, Vila Verde (VIEIRA 1886-87, 20-27; TEIXEIRA *et alii*, 1975, 57; JORGE 1982, 439-440), ou a necrópole da Chã Grande, Amares (TEIXEIRA *et alii*, 1975, 57; JORGE 1982, 438).

Muitas outras mamoas foram referenciadas nos concelhos de Amares, Barcelos, Braga e Vila Verde e pertenceriam, provavelmnete, a necrópoles. Todavia, a crescente florestação das zonas montanhosas, onde normalmente se encontram estes monumentos, tem vindo sucessivamente a destruí-los, ao longo dos últimos anos. Encontramos ainda monumentos megalíticos em zonas de vale, onde aparecem normalmente isolados, facto que pode resultar da maior destruição a que foram sujeitos pelos trabalhos agrícolas.

Os vestígios de ocupação da Idade do Bronze são bastante escassos. Restringem-se basicamentea alguns achados metálicos, nomeadamente machados de talão, a maioria decobertos em castros, ou nas suas imediações. É o caso do depósito do Monte da Saia, Viatodos, Barcelos, composto por 15 machados de talão (CORTEZ 1946; KALB 1980b, 28; COFFYN 1985), de dois machados encontrados no Monte de Roriz, em Barcelos (MONTEAGUDO 1977, 1-702; KALB 1980b, 27) e de um pequeno machado procedente do Monte Crasto de S. João de Rei, na Póvoa de Lanhoso (CARDOSO 1938, 82-83; HARBISON 1967, 100; KALB 1980b, 27). O conjunto destes materiais reporta-se, contudo, a uma fase evoluída das culturas da Idade do Bronze do Noroeste, podendo ser inseridos no Bronze Final Atlântico III (COFFYN 1985).

Vestígios do Bronze Inicial ou Médio podem ser considerados os

achados de Sequeade e de Góios, em Barcelos.

O primeiro é formado por meadas de fio de ouro, de secção circular e por um vaso cerâmico sub-cilíndrico de fundo plano, com tampa (SOEIRO 1982, 62-67). O segundo achado é composto por uma cadeia de espirais, fabricada com fio de secção quadrangular (CARDOSO s/d, 17). Susana Oliveira Jorge, em recente trabalho de revisão sobre os achados relativos ao IIIº e IIº milénios a.C. (1983-84, 104), considera que este tipo de materiais deverá articular-se com a 1ª metade do IIº milénio a.C..

Os vestígios arqueológicos mais abundantes na região são, contudo, os povoados fortificados que dominam e se enraízam profundamente na paisagem do vale. A sua elevada densidade, o seu dimensionamento de autênticas pequenas cidades e as riquezas arqueológicas que conservam estimularam, ao longo dos tempos, a imaginação popular que à sua volta teceu complexas teias lendárias, interessando simultaneamente curiosos e investigadores. Embora referenciados na bibliografia anterior ao último quartel do séc. XIX(46), será sobretudo a partir de então que se generaliza o interesse por estas estações, na sequência dos trabalhos de Martins Sarmento na citânia de Briteiros e em Sabroso.

A curiosidade daquele investigador e o seu interesse em ampliar os conhecimentos sobre a região e em integrar os vestígios detectados no quadro das culturas pré-romanas da Península, levá-lo-á ao reconhecimento de numerosos povoados castrejos(47).

Na sua senda, muitos curiosos e investigadores regionais procurarão encontrar vestígios semelhantes aos que haviam sido referenciados na citânia de Briteiros: o mesmo tipo de casas, de muralhas e por vezes armas e cerâmica, quando a curiosidade, levada mais longe, se traduzia em verdadeiras escavações.

O conhecimento dos povoados fortificados do vale do Cávado, à data do início do nosso trabalho, constitui o resultado desse processo de reconhecimento dos habitats castrejos, dominado pela preocupação de ampliar os conhecimentos sobre as populações que haviam vivido nesta região, acantonadas no alto dos montes, anteriormente à ocupação romana.

Muito embora o inventário e a catalogação dos castros nunca tenham sido empreendidos de forma sistemática, eles nortearam a acção de muitos amadores que, calcorreando os montes, ou organizando verdadeiras

expedições de "pá e picareta", legaram ao património arqueológico um considerável número de referências[48].

Infelizmente, após o trabalho pioneiro de Martins Sarmento na Citânia e em Sabroso, nenhuma renovação metodológica foi iontroduzida, quer no âmbito da prospecção, quer da escavação pelo que o valor dessas informações é muitas vezes pontual.

A presença de ruínas romanas na cidade de Braga, descobertas e destruídas para aproveitar a pedra em novas construções, bem como a identificação de numerosos marcos miliários na região próxima da cidade, suscitou desde tempos recuados o interesse pelas "antigualhas" romanas.

Será em parte esse interesse que levará alguns arcebispos de Braga a tentar reunir na cidade os miliários da Geira romana e outros procedentes das vias que saíam de Bracara Augusta. É igualmente esse interesse que estará subjacente a diversas tentativas de organizar em Braga um museu, que pudesse mostrar o "brilho" e as "riquezas" da cidade romana (FERNANDES e OLIVEIRA 1984, 109-134).

A perspectiva de recriar a importância do passado de Braga, sucessivamente alimentada por novas descobertas e de vestígios arquitectónicos, epígrafes, ou simples telhas e cerâmica, criará também um certo interesse pelos vestígios da região envolvente da cidade.

Muitos dos estudiosos dos castros interessar-se-ão também pelas antiguidades romanas existentes na área rural, legando-nos algumas informações preciosas sobre sítios, hoje destruídos na sua maior parte.

Mais recentemente (finais da década de 70 e anos 80) uma nova geração de arqueólogos interessou-se pelo estudo de alguns povoados desta região. Destacam-se nesse campo, os trabalhos realizados por arqueólogos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, que vêm desenvolvendo pesquisas nalguns povoados do concelho de Barcelos (ALMEIDA E SOEIRO 1980, 29-32; ALMEIDA 1982, 79-88; SOEIRO 1983, 67-80) e ainda as escavações que foram realizadas no castro Máximo pelo Campo Arqueológico de Braga (CASTRO *et alii*, 1980, 37-51).

Particular interesse tem merecido, nos últimos anos, o estudo da viação romana (ALMEIDA 1979a, 61-163; SANTOS 1979, 3-52; ARAÚJO 1982, 121-246) e a epigrafia de Braga (LE ROUX e TRANOY 1973, 177-231, 1982, 31-37; LE ROUX 1974, 41-88, 1975, 155-159; TRANOY 1980, 67-83; SANTOS *et alii* 1983), que têm permitido lançar novas problemáticas relativas à

romanização da região.

2. A NATUREZA DOS VESTÍGIOS. CARACTERIZAÇÃO SUMÁRIA

Tentaremos esboçar nas páginas seguintes uma síntese dos vestígios e estações que referenciámos no território abrangido pelo nosso projecto, com base na prospecção bibliográfica e de terreno, de modo a caracterizar, em linhas gerais, o povoamento da região no período cronológico em análise.

Essa síntese tem por base o inventário que foi realizado e que apresentamos no ponto 3, onde são igualmente definidos os objectivos e os parâmetros que presidiram à sua elaboração.

Os elementos fornecidos por aquele inventário serão utilizados ao longo do nosso trabalho, principalmente na 3ª parte, onde procuraremosinterpretar a evolução do povoamento do vale do Cávado.

2.1 POVOADOS FORTIFICADOS

Os povoados fortificados constituem o habitat por excelência da Proto-História deste território.

O pressuposto de que a maioria destes povoados terá sido ocupada durante a Idade do Ferro, sobrevivendo alguns à implantação romana e remontando as suas origens aos finais da Idade do Bronze, vem sendo sucessivamente precisado à luz de novas escavações. Todavia, embora a massa de informações de que dispomos sobre estes habitats seja considerável, não possuímos sobre eles senão referências sumárias.

Na área abrangida pelo nosso trabalho foram cartografados 46 povoados fortificados. Destes eram conhecidos da bibliografia cerca de 35. Os restantes foram reconhecidos e inventariados no decorrer das nossas prospecções, ou referenciados durante os trabalhos de levantamento arqueológico, empreendidos pela Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho e pelo Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte(49).

Dos povoados conhecidos da bibliografia destacam-se, sobretudo, aqueles que ocupam altitudes mais significativas e os de maiores

dimensões, facilmente reconhecíveis devido à posição de destaque que ocupam, geralmente, no conjunto do relevo da região e à sua clássica disposição em tabuleiros, quase sempre cinturados por muralhas.

A maioria dos povoados por nós referenciados possui situações topográficas bastante diferentes. Situam-se em geral nos vales, em zonas planas e bem irrigadas, ocupando pequenos cabeços de baixa altitude, que não excedem habitualmente os 150m.

A sua identificação resultou, em parte, da analogia topográfica que possuem com o povoado do Lago, em Amares, cuja escavação revelou ocupação proto-histórica.

Alguns povoados do vale do Cávado foram objecto de escavações mais ou menos amplas. Entre eles devemos referir os castros de Faria, Roriz e Alto da Torre, em Barcelos, a citânia de S. Julião, em Vila Verde, o castro da Póvoa de Lanhoso, o castro Máximo e o Monte das Caldas, ambos no concelho de Braga.

Uns mereceram intervenções mais ou menos sistemáticas, como o de S. Julião, às quais nos referiremos na 2ª parte deste trabalho, o de Faria e o da Póvoa de Lanhoso. Outros, foram apenas objecto de estudos pontuais, ou de pequenas sondagens.

O castro de Faria, localizado na encosta NO do Monte da Franqueira, em Barcelos, foi alvo de várias e extensas escavações durante este século. As sucessivas campanhas realizadas em 1929 e entre os anos de 1936 e 1940, pelo Grupo Alcaides de Faria, puseram a descoberto uma área considerável da vertente este do monte e forneceram um espólio considerável, que seria apenas sumariamente divulgado no Boletim, que recebeu o nome dos seus pesquisadores (MALUQUER DE MOTES 1947, 33-38; SANTA OLLALA 1947, 21-28; VALERO APARISI s/d, 11-14).

A importância das ruínas deste povoado e sobretudo a ampla cronologia sugerida pelas cerâmicas aí encontradas, conduziram a novas escavações realizadas por arqueólogos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Dos resultados que foram obtidos, entre 1981 e 1985, aguarda-se uma publicação de conjunto, contando-se de momento apenas com algumas notícias sumárias que permitem aceitar uma ampla cronologia para a ocupação do sítio, entre, pelo menos, o Bronze Final e um período adiantado da época romana (ALMEIDA 1982, 79-88; 1985, 50-51).

O aparecimento numa certa área do monte de cerâmicas com

decoração "tipo Penha", permite, por outro lado, considerar que o sítio foi igualmente ocupado entre o IIIº e o IIº milénio a.C., se tivermos em conta a cronologia recentemente proposta para aquelas cerâmicas (JORGE 1983-84, 97-105; JORGE 1986).

O castro da Póvoa de Lanhoso, situado no Monte da Srª do Pilar, embora referenciado desde finais do séc. XIX, foi sobretudo dado a conhecer por Carlos Teixeira, a partir das escavações que aí realizou nos anos 30 e 40 deste século.

As inúmeras estruturas e os achados cerâmicos e metálicos desta estação, sumariamente noticiados (TEIXEIRA 1940a, 517-529; 1940b, 117-125), nomeadamente cerâmicas "tipo Penha", cerâmica micácea e romana, torques (TEIXEIRA 1939, 245-252), braceletes e um capacete de bronze (TEIXEIRA 1941, 138-139), muito embora não possuam qualquer contexto estratigráfico preciso, dão conta da importância do sítio e sugerem uma ampla cronologia de ocupação.

As escavações realizadas recentemente na estação por arqueólogos da Universidade de Boston, que visaram a definição de uma sequência cronológica para o povoado, demonstraram uma grande destruição dos níveis arqueológicos mais antigos, perturbados por sucessivas reocupações.

O castro Máximo, ou Monte Castro, localizado na periferia da área urbana da Braga, corresponde a um dos pontos mais altos da cidade.

São numerosas as referências a esta estação, já citada em documentos medievais (COSTA 1965, 35) e por Contador de Argote (1734, 299).

Os inúmeros achados aí recolhidos, documentados na bibliografia, sempre de forma mais ou menos sumária, entre os sécs. XIX e XX (FREITAS 1880, 320; BELINO 1908, 5; TEIXEIRA 1936, 231-254) e as sondagens aí realizadas nos anos 70 pelo Campo Arqueológico de Braga (CASTRO *et alii* 1980, 37-52), não permitem, todavia, formular uma ideia clara sobre a cronologia da ocupação do sítio.

Embora a maioria dos achados divulgados e as descrições das estruturas escavadas, hoje completamente destruídas, testemunhem uma inequívoca ocupação entre o séc. I a.C. e eventualmente meados do séc. I da nossa era, não existem elementos que comprovem que o povoado terá tido qualquer ocupação anterior.

O castro das Caldas, ou Monte de S. Mamede, localizado a SO de Braga, actualmente bastante destruído, mereceu a atenção de vários investigadores desde os inícios do século, nomeadamente de Albano Belino (1909, 18-19) e do Cónego Arlindo da Cunha (1975, 499-500).

A presença da cerâmica micácea e de fragmentos de tégula na superfície do povoado e os inúmeros vestígios de estruturas redondas e rectangulares, visíveis na prte superior do monte, indicam a sua ocupação na Idade do Ferro, bem como a sua posterior romanização. Desconhece-se, todavia, a que época remontará a instalação do povoado.

A citânia de Roriz e o castro do Alto da Torre, ambos situados no concelho de Barcelos, foram objecto de sondagens relativamente recentes, realizadas com o propósito de definir a sua cronologia.

A citânia de Roriz, localizada no Monte do Facho, regista na parte mais alta do cabeço profundas perturbações que puseram a descoberto vestígios de ruas e de casas. As características daquelas estruturas sugerem uma intensa romanização do povoado, confirmada pela sondagem realizada em 1978, junto à 2ª linha de muralhas.

Os resultados dessa intervenção (ALMEIDA e SOEIRO 1980, 33-34) documentam uma cronologia de ocupação bastante ampla, entre o Bronze Final e o Baixo Império.

No povoado do Alto da Torre, também conhecido por Monte do Facho, em Barcelos, foi igualmente efectuada uma curta sondagem, incidente na vertente este, entre a 3ª e a 4ª muralhas. Os resultados obtidos permitem constatar uma ocupação da Idade do Ferro, assinalada pela presença de cerâmica micácea de feição tardia e uma ocupação correspondente ao séc. I da nossa era, testemunhada por louça romana comum e importada (ALMEIDA e SOEIRO 1980, 29-32).

Por último haverá que referir os resultados obtidos nas escavações realizadas entre 1978 e 1979 no povoado da Chã do Castro, em Amares (JORGE 1979, 281-292; JORGE E SOUSA 1980, 121-131).

Esta estação, localizada num pequeno cabeço com altitude absoluta entre 308 e 311m, revelou vestígios de dois momentos de ocupação distintos.

O primeiro está representado por cerâmicas profusamente ornamentadas, "tipo Penha", que se associam a material lítico

diversificado e traduz um contexto cultural atribuível ao III-IIº milénios a.C. (JORGE 1986). O segundo momento parece definido pela construção de uma estrutura de carácter defensivo que surge associada a cerâmicas indígenas de fabrico micáceo, correspondentes a um momento avançado da Idade do Ferro.

O aparecimento de raras cerâmicas romanas (ânfora e tégula) parece traduzir uma romanização do povoado, aparentemente incipiente.

Do conjunto dos povoados do vale do Cávado que haviam sido objecto de escavações à data do início do nosso projecto e com excepção dos de Faria, Roriz, Alto da Torre e Chã do Castro, ressalta uma clara ausência de contextos estratigráficos para os achados aí encontrados. A cronologia de ocupação para esses sítios só pode, por isso, ser avaliada em termos muito genéricos e mesmo assim com sérias lacunas.

Os materiais provenientes desses sítios, quase nunca foram estudados e encontram-se na sua maioria, ou perdidos, ou guardados em museus, sem qualquer referência sobre os contextos em que foram exumados.

A utilização destes elementos pareceu-nos, por isso, bastante problemática. As informações relativas à maioria das estações referidas podem apenas constituir um ponto de referência muito sumário, uma vez que pouco ou nada expressam sobre a cronologia e evolução dos sítios, sobre a orgânica dos povoados, ou sobre a sua cultura material.

2.2 ESTAÇÕES ROMANAS

Se a ocupação proto-histórica da região se encontra testemunhada por um conjunto numeroso de povoados fortificados, a ocupação romana tem que ser reconstituída a partir de um conjunto diversificado de vestígios e de achados, dispersos por uma bibliografia mais ou menos extensa e quase sempre descritos de forma sumária e imprecisa.

Muitas vezes é difícil, senão impossível, caracterizar os sítios exactos de proveniência dos achados. Noutros casos, as descrições possibilitam uma classificação provisória dos locais, válida pelo menos como hipótese de trabalho.

Do conjunto dos vestígios romanos conhecidos na região do vale

do Cávado deveremos distinguir os que indicam a presença de villae, de necrópoles e de outros habitats, cuja funcionalidade é difícil de estabelecer.

2.2.1 Villae

A designação de *villa* romana raramente aparece associada a achados nesta região. Ela surge-nos expressa para Vila Cova (FONSECA 1947II, 413-414) e para Martim, em Barcelos (ALMEIDA 1972b, 319-326;SANTOS 1972), para Mojege, em Amares (CUNHA 1961, 322) e para Semelhe, em Braga (BELINO 1909, 18).

As referências a estes locais limitam-se quase sempre a um enunciado de achados, como pedras, colunas, capitéis, cerâmica, ou moedas, pelo que a avaliação da sua cronologia, ou extensão é quase sempre impossível de estabelecer.

No entanto, as descrições e achados referentes a outros locais, como Dume e Palmeira, em Braga, Prado, em Vila Verde e eventualmente Caldelas, em Amares, permitem-nos admitir a existência de outras *villae* na região.

A cronologia desses sítios apenas poderá ser estimada com base nas moedas, ou nas epígrafes, já que, com excepção de Vila Cova e Martim (Barcelos), nenhum outro local foi escavado de modo a fornecer cerâmicas datáveis.

Não espantará, por isso, que estes sítios não sejam referidos por Alain Tranoy (1981a), que considera, entretanto, que a única villa do Covento Bracaraugustano, seguramente datável do Alto Império, é a *villa* de Martim Vaz, na Póvoa do Varzim (1981a, 239).

Existem, contudo, fortes probabilidades de alguns dos locais que foram apontados corresponderem a estações alto-imperiais.

2.2.2 Necrópoles

Ao contrário do que acontece noutras regiões do Minho, nomeadamente na bacia do Ave, são raras as referências a necrópoles romanas nesta zona. A única que aparece concretamente referida como tal é a de Caldelas, em Amares, escavada por João de Freitas e da qual foi

apenas noticiado um punhal de ferro, com empunhadura de bronze, procedente de uma sepultura (FREITAS 1971, fig. 5) e erradamente considerado como proveniente do castro de S. Julião, em Vila Verde (CARDOSO 1947, 65-70; SILVA 1986, Est. XC, nº 2).

São contudo conhecidos vestígios que documentam a presença de sepulturas romanas em vários locais do vale. Referimo-nos a Queijeiros (ALMEIDA 1979b, 19), perto de um castro de baixa altitude, a Faria, também em Barcelos (FONSECA 1948, 160), a Silveiros (Barcelos), onde existe igualmente referências a um habitat romano, perto da igreja de Nossa Senhora do Livramento (AZEVEDO 1902, 240), a Vila Cova, localizando-se, neste caso, nas imediações da área ocupada pela *villa* do mesmo nome, a Prado, Vila Verde (DIAS 1903, 256) perto do local da possível *villa* do mesmo nome e ainda a Cabanelas, igualmente em Vila Verde.

2.2.3 Outras estações

Nesta região estão ainda documentados vários sítios, cuja natureza dos achados, mós, telhas, cerâmicas e mais raramente muros, dispersos normalmente por sítics aplanados, de vale ou de encosta suave, permite supor a sua função de casais, ou de outros estabelecimentos de vocação agrícola, ou industrial.

Outros existem, todavia, em que é completamente impossível precisar, se corresponderiam a habitats, ou a necrópoles. No entanto, a possibilidades de os articular com outros vestígios, nomeadamente de carácter epigráfico, pode ajudar a precisar a sua função.

2.3 MONUMENTOS EPIGRÁFICOS

Um outro conjunto de vestígios está representado por monumentos epigráficos. Estes surgem, quer articulados com outro tipo de achados, quer isolados, como acontece frequentemente com as aras votivas.

São escassos os monumentos de natureza funerária. Estes foram referenciados em Lago, Amares (LE ROUX E TRANOY 1982, 3-34), em Adaúfe, Braga (FORTES, 1908, 479), parecendo neste caso associar-se a um habitat

romano, em S. Pedro de Merelim (CIL, II, 2450; TRANOY 1981a, 202) e em Portela da Penela, em Vila Verde (SANTOS *et alii*, 1983).

Em Dume, Braga, são conhecidos até ao momento cinco monumentos deste tipo, aparecidos, quer nos terrenos da freguesia, quer junto à igreja de Dume, onde se localizaria o antigo convento medieval (CIL, II, 2427; 2433; 2444; 2456; TRANOY 1981a, 202, 330; TRANOY e LE ROUX 1982, 32-33). Apesar da invulgar quantidade destes monumentos num único sítio sugerir o seu eventual transporte e recolha no convento, devemos destacar que os monumentos possuem diferentes cronologias, situando-se, aqueles que foram datados, entre o século I e finais do séc. II.

Mais abundantes são as aras votivas, na sua quase totalidade dedicadas a divindades romanas, por vezes com epítetos indígenas.

Conhecem-se pelo menos três dedicatórias a Júpiter. Uma provém de Santa Maria de Bouro, Amares e é dedicada a Júpiter Óptimo Máximo (SILVA 1982, 243-245). Uma outra, com a mesma dedicação, foi encontrada em S. João de Rei, na Póvoa de Lanhoso (CARDOSO 1938c, 82-84), nas proximidades de um possível habitat romano. O outro monumento foi encontrado em Dume e é dedicado a Júpiter Depulsor (TRANOY 1981, 316), ou, mais provavelmente Repulsor, como sugere José d'Encarnação (1977, 66).

O culto do Lares está testemunhado em Carrazedo, Amares, onde recebem o epíteto de Búricos (SOUSA 1971-72, 179-181; CUNHA 1975, 22-23; TRANOY 1981a, 303) e em Adaúfe, Braga. A designação é aqui controversa podendo ser Larisefo, Lari Sefio, ou Lari Sefo (TOVAR *et alii* 1956, 183; ENCARNAÇÃO 1972, 103-104; TRANOY 1981a, 303).

Marte foi honrado nos arredores de Braga, conforme demonstra a lápide dedicada a Marte Tarbucelis, proveniente de Montariol (TRANOY 1981a, 304; SANTOS *et alii* 1983).

Em Caldelas conhecem-se duas lápides dedicadas às Ninfas, que justificam, em parte, a classificação do sítio como termas romanas (TRANOY 1981a, 325). Contudo, tenha ou não existido no local um edifício termal, os monumentos não surgem isolados, uma vez que são aí conhecidos outros achados como colunas e uma necrópole.

Recentemente foi descoberta, na Quinta de S. Vicente em Amares, uma base de uma estátua dedicada ao Génio local, que sugere, na opinião de José d'Encarnação, a existência de um santuário (ENCARNAÇÃO 1985).

A única divindade indígena surge-nos evocada em S.Miguel-o-Anjo,

Amares, onde encontrámos uma outra ara anepígrafa. O monumento é dedicado a Candeberonio Ceduradio (LE ROUX E TRANOY 1973, 192-199).

As epígrafes de carácter honorífico estão exclusivamente representadas em Semelhe e Dume, nos arredores de Braga.

A natureza dos monumentos e a proximidade dos locais em relação à cidade romana sugerem que podem encontrar-se deslocados, uma vez que o Forum seria, naturalmente, o sítio mais óbvio para os erguer.

O monumento encontrado em Semelhe corresponde à base de uma estátua e é dedicado ao imperador Augusto pelos *Bracaraugustanus* no dia natalício de Paulo Fábio Máximo, legado de Augusto (EE, VIII, 280=ILER, 1028; LE ROUX 1980, 155 TRANOY 1981a, 328).

De Dume conhece-se uma ara honorífica dedicada pelos *Bracaraugustanus* e Camalo Melgeco, sacerdote de Roma e de Augusto. Alain Tranoy considera que o monumento refere um dos primeiros sacerdotes do *Conventus* que terá exercido as suas funções na época dos Flávios (1981a, 329-330).

A deficiente regravação dos textos de alguns monumentos como o de Areias de Vilar, ou do castro de Airó, ambos de Barcelos tornam impossível a sua leitura.

Desta região são ainda conhecidas algumas aras anepígrafas provenientes de Cabanelas, Francelos e Nevogilde, todas no concelho de Vila Verde, parecendo indicar centros de fabrico (SANTOS *et alii* 1983, 202-204)

2.4 TESOUROS

Um outro grupo de achados é composto pelos tesouros monetários, que surgem, por vezes, nas proximidades de estações romanas, ou de castros.

São conhecidos raros tesouros alto imperiais. O de Moure, Barcelos, era composto por numismas de Nero (FONSECA 1948, 278), o de Santa Tecla, Braga, incluía denários da República e do Império (VASCONCELOS 1918, 357) e o de Moure, em Vila Verde, tinha moedas de Júlio César, Nero e Adriano (HIPÓLITO 1961-61, 16).

Os restantes tesouros são todos tardios . O de S. Frutuoso,

Braga (HIPÓLITO 1960-61, 21) e o de Sarola, na Póvoa de Lanhoso (idem, 18) são de Constantino Magno e o de Barroco, Vila Verde, de Constantino I e Máximo (idem, 17). O de Barbudo continha numismas de vários imperadores dos sécs. IV e V.

2.5 VIAS

A área abrangida pelo nosso projecto é cruzada por três vias referidas no Itinerário de Antonino: a via XVII (BRACARA-ASTURICA por Chaves); a via XVIII (BRACARA-ASTURICA pela Serra do Gerês e por Orense) e a via XIX (BRACARA-LUCUS por Ponte de Lima e Tuy). É suposto que o percurso da via XX (BRACARA-LUCUS *per loca maritima*), seguiria o traçado da via XIX, pelo menos na maior parte do território português (TRANOY 1981a, 216).

O traçado da via XVII, que sairia de Braga, provavelmente por Gualtar, em direcção a NE, seguindo pela vertente norte da Serra do Carvalho, parece coincidir parcialmente com o percurso da estrada actual Braga-Chaves, pelo menos, na zona do vale do Cávado.

Com esta via poderemos relacionar um miliário descoberto recentemente no Largo do Orfeão, em Braga, dedicado a Tibério, sem indicação de milha. O local do achado situa-se precisamente nas imediações da saída desta via.

De Areal de Baixo conhece-se ainda um outro fragmento de miliário tardio, no qual é impossível ler a milha. Pensamos, contudo, que deverá pertencer também a esta via.

A via XVIII ou Via Nova, construída sob os Flávios, possui ainda alguns troços de calcetamento bem conservados a partir do Monte de Santa Cruz, já na parte montanhosa de Amares.

Desde Vilela e até à Portela do Homem o seu traçado está quase perfeitamente definido, seguindo pelas ladeiras da vertente Norte da Serra do Gerês, sempre sobranceira ao rio Homem.

Muitas dúvidas existem, contudo, sobre o seu percurso de Braga até à passagem do Cávado, a qual é ainda hoje controversa.

Um dos traçados habitualmente admitido é aquele que faz sair a via pela rua do Anjo e de S. Marcos, dirigindo-se em seguida a Areal de

Cima, contornando em seguida o castro Máximo pelo lado este e Montariol pelo Sul e Oeste, dirigindo-se para Adaúfe e transpondo o Cávado a jusante da actual Ponte do Porto (CAPELA 1895, 59; CUNHA 1961, 319-320). Em Amares, a via começaria a subir em direcção a Paredes Secas, onde atinge praticamente a cota dos 400m, seguindo em traçado horizontal por Vilela e Seramil. Alcançando o Monte de Santa Cruz, a estrada passa a seguir o vale do Homem até à Portela do Homem.

São conhecidos miliários desta via apenas a partir do concelho de Amares. Os marcos da Quinta de Agrolongo, da Quinta da Pena (SOUSA 1971-72, 180) e do Pilar (SOUSA 1971-72, 180) devem encontrar-se deslocados. Os marcos de Carrazedo foram trazidos para Braga e são hoje impossíveis de identificar (SOUSA 1971-72, 180).

O marco de Paredes Secas, encontrado na Ribª de Pala, em Amares, é o primeiro de uma série que nos indica as milhas (CUNHA, 1961, 319-334). Um dos marcos de Vilela assinala a milha XIII (CIL II, 4798/99=EE,VIII,224). No alto do Monte de Santa Cruz pode ler-se a milha XIV em, pelo menos, quatro dos marcos que aí se encontram. A milha XV está assinalada nos Cantos da Geira (FERREIRA 1982, 21-22) e a milha XVI em Teixugos (idem, 22).

No essencial, o percurso que é admitido para a via XIX (Braga-Lugo) coincide, até Prado, com a estrada nacional Braga-Ponte de Lima (ALMEIDA 1979, 99).

Na área do vale do Cávado estão assinalados alguns miliários que correspondem a esta via.

A atribuição do marco do Monte de Cones, que assinala a milha I, a esta via é duvidosa: Albano Belino (1909, 5) afirma que ele foi identificado naquele local; C. Alberto Brochado de Almeida (1979a, 143) tem, contudo, dúvidas quanto à sua procedência. Segundo este autor o marco anepígrafo por ele encontrado na Quinta de Tourido (1979, 98) deveria corresponder à milha I.

De Frossos (Quinta do Outeiro, ou Eiteiro), Braga, procede um outro marco sem indicação de milha (ALMEIDA 1979a, 72).

O miliário da Quinta de Germil, em Panóias, parece assinalar a milha II. Por sua vez o que se encontra no lugar da Igreja, em Panóias, deve ter vindo das imediações de Prado e deveria referir a à milha IIII (ALMEIDA 1979a, 100-101,143), presente num dos marcos da Ponte do Prado (Vila Verde), dedicado a Augusto (CIL, 4868; CAPELA 1895).

Na região de Vila Verde são ainda conhecidos mais dois fragmentos de miliários. Um procede de Marrancos (ARAÚJO 1982, 158-159). O outro, foi encontrado em Oleiros (ALMEIDA 1979a, 10; SANTOS 1979, 15-20). Nenhum deles possui indicação de milha.

As inúmeras estações e vestígios referenciados na região em estudo demonstram uma intensa ocupação, quer na Proto-História, quer durante os primeiros séculos da nossa era.

No entanto, se o número de povoados fortificados pode aproximar-se, com alguma probalidade, do número real que deve ter existido, julgamos que as estações e vestígios romanos representam apenas uma pálida imagem da ocupação nessa época.

A proximidade da região em relação a Bracara Augusta e as vias que saíam da cidade constituiram, certamente, factores que favoreceram uma intensa fixação nesta zona. Por outro lado, as características geomorfológicas do vale, relativamente largo e bem servido de águas, ofereciam múltiplas potencialidades de exploração agro-pecuária e justificam os numerosos vestígios que se distribuem ao longo dos eixos do Cávado e Homem.

3. O INVENTÁRIO DOS VESTÍGIOS E ESTAÇÕES

3.1 OBJECTIVOS E METODOLOGIA

3.1.1 Justificação de um catálogo

A organização de um catálogo das estações e monumentos arqueológicos da região do curso médio do rio Cávado visou obter uma base cartográfica que permitisse enquadrar, num âmbito geográfico e cronológico mais vasto, os resultados obtidos nas escavações. Quer dizer, procurámos através do inventário e cartografia de todos os vestígios de ocupação conhecidos na região em estudo, esboçar as linhas gerais do povoamento, entre a Idade do Bronze Final e a Época Romana, de modo que os povoados estudados não nos aparecessem como realidades únicas de um território, mas sim como expressão de um todo cultural mais

amplo.

Para o efeito foram inventariados todos os povoados conhecidos ou descobertos na região do vale do Cávado e ainda as estações e sítios onde ocorrem achados romanos.

A identificação dos povoados fortificados não nos colocou grandes problemas, devido às próprias características topográficas dos locais onde normalmente se encontram este tipo de estações. Localizados em geral em pequenos montes, outeiros ou esporões montanhosos, tradicionalmente utilizados como terrenos de pastoreio, ou de aproveitamento florestal, encontram-se relativamente bem preservados, se comparados com outros tipos de sítios arqueológicos situados em vales, ou vertentes. No entanto, a densa cobertura florestal que cobre alguns deles não raro dificulta a observação de estruturas, que apenas se deixam adivinhar pela presença de ressaltos no terreno, ou pelo material de demolição disperso pela superfície dos cabeços ou das encostas. Por vezes, foi igualmente difícil observar quaisquer outros elementos, como cerâmica, que permitissem esboçar, ainda que sumariamente, a cronologia de ocupação dos povoados.

Mais destruídos e, por conseguinte, mais difíceis de identificar e caracterizar estão os pequenos povoados fortificados de baixa altitude, que ocupam sobretudo pequenos outeiros, ou pequenas elevações, em zonas de vertente, ou de vale. Muitos deles foram destruídos, ou pela agricultura, ou pela urbanização, deles restando, tão só, o topónimo: castro; crasto; castro Mau.

No entanto, foi nossa intenção inventariar todos os povoados da região, mesmo quando os conhecimentos sobre eles nos ofereceram dúvidas quanto à sua cronologia. De facto, a grande maioria destas estações não foi objecto de qualquer estudo particular e muitas delas mereceram apenas referências bastante sumárias na bibliografia.

Alguns povoados foram identificados apenas com base nas suas características topográficas e na observação de vestígios de estruturas que indicam uma clara ocupação humana. Noutros, foi possível recolher fragmentos de cerâmica, que só muito raramente nos permitiram estabelecer cronologias. Quer dizer, limitámo-nos, com frequência, a assinalar a presença de cerâmica indígena de fabrico micáceo e de cerâmica romana, funcionando esta última como importante indicador da romanização dos sítios.

Mais raros são os sítios onde foram feitas escavações, ou mesmo

curtas sondagens, permitindo portanto uma caracterização cronológica e cultural da sua ocupação e tornando possível a sua clara articulação com os povoados por nós estudados.

Apesar destas limitações, procurámos ser exaustivos na catalogação dos povoados, pois considerámos que, mau grado as dificuldades em estabelecer sincronias entre eles, a sua existência funciona, pelo menos, como indicador arqueológico e cultural, constituíndo uma base importante para compreender as características e a densidade do povoamento proto-histórico da região.

Os problemas postos pela romanização destes habitats levaram-nos ainda a tentar definir o tipo de ocupação romana deste território. Procurámos, assim, inventariar todos os sítios e monumentos que testemunham a presença romana na área em estudo.

Este esforço deparou com vários obstáculos. Em primeiro lugar, porque a ocupação romana parece ter privilegiado os vales e as vertentes, locais sujeitos a intensa prática agrícola. A evolução histórica e económica da região levou a uma destruição sistemática desses sítios, quer devido aos trabalhos de lavoura, quer devido ao desenvolvimento urbano das vilas rurais, quer ainda ao crescimento dos pequenos núcleos populacionais dispersos pelas vertentes.

Não raro são os profundos revolvimentos de terras, provocados pelo plantio da vinha, nas encostas de pendor suave, que, trazendo à superfície pedras, telhas ou cerâmica, indicam a existência de uma *villa* romana, ou de um outro tipo de habitat. Quer dizer, é quase sempre pela, e após a destruição dos vestígios que tomamos conhecimento da sua presença.

Também nos vales são ainda os revolvimentos de terras, ou as terraplanagens para construção de habitações, que indicam e destroem os vestígios da época romana, sejam *villae* , casais rurais, ou necrópoles.

Não raro, e mais uma vez devido a factores destrutivos, assinalamos a presença romana junto às igrejas paroquiais, quando estas são submetidas a remodelações, acrescentos, ou ainda quando nas suas imediações são construídos prédios de habitação, ou abertas ruas.

Se, por um lado, a presença rural romana é difícil de detectar, uma vez que se encontra dispersa por campos e vales, sujeitos a uma forte divisão da propriedade e a intensos trabalhos agrícolas, ela é quase sempre testemunhada pela sua sistemática destruição.

Esta situação leva-nos a ter da ocupação romana do território do

Noroeste português uma imagem parcelar, quer em quantidade, quer em qualidade de informação: porque os sítios referenciados estão longe de corresponder àqueles que devem ter existido de facto e porque estamos condenados a recolher apenas elementos truncados, uma vez que a destruição desses sítios só raramente permite compreender claramente o tipo de jazidas que aí existiria.

Muitas vezes, sabemos apenas da ocorrência de tégulas, que tanto podem assinalar a presença de um habitat, como de uma necrópole. Por outro lado, as informações, quer bibliográficas, quer orais, referem com frequência a presença de tégulas e tijoleiras, mas omitem ou desleixam as referências a outros materiais, que seriam mais fáceis de datar.

Assim, não só possuímos elementos difíceis de caracterizar em termos de tipo de ocupação, como somos quase sempre incapazes de os datar.

Só muito raramente foi possível articular testemunhos de natureza diferente, que permitiram classificar com alguma segurança os sítios em causa. É o caso da presença de elementos de arquitectura, ou de epígrafes, que, conjugados com outros vestígios cerâmicos, facultaram indícios da presença de *villae*, ou de necrópoles.

As raras propostas de datação para os sítios foram feitas com base em cerâmicas, ou sugeridas pela cronologia de algumas epígrafes, ou do material numismático, quando este existe.

O presente inventário não esgota, por conseguinte, a informação que esta região pode fornecer: pelos condicionalismos já expostos e ainda porque a sua organização não teve por base uma prospecção sistemática do terreno. Tal tarefa, numa área tão vasta, como a do curso médio do rio Cávado, só poderia ser realizada por uma equipa numerosa, ao longo de vários anos. **Este inventário surge antes de mais como um complemento ao nosso trabalho de escavação, devendo sempre, como tal ser entendido.**

O inventário que aqui se apresenta é aquele que foi possível realizar numa região onde só recentemente foram iniciados os trabalhos de levantamento arqueológico e que, apesar da sua riqueza, se manteve sempre um pouco à margem dos percursos e trabalhos dos arqueólogos, até uma época relativamente recente.

Por outro lado, este inventário não obedece a uma ordenação cronológica rigorosa, o que significa que não podemos estabelecer a

rigorosa contemporaneidade das estações e vestígios. Nem todos os castros devem ter sido ocupados simultaneamente, nem deverão ter tido todos as fases de ocupação que registámos nos povoados escavados. Do mesmo modo, também os testemunhos de ocupação romana não podem ser considerados contemporâneos: essa contemporaneidade só poderia ser estabelecida através da escavação dos sítios.

No entanto, este não é um problema específico da região em estudo, colocando-se antes a todos aqueles que trabalham com dados resultantes da prospecção e não com resultados obtidos em escavações (FERDIÈRE 1982,48; LEVEAU 1982,84-85). Esse problema não deve constituir, contudo, um entrave à utilização deste tipo de dados, uma vez que a arqueologia tem demonstrado a grande utilidade da cartografia baseada em prospecções no estudo da ocupação do espaço, em muitas regiões da Europa (POTTER 1982,19-37; GORGES 1979), muito embora seja necessário usar com prudência os dados obtidos (HODDER e ORTON 1976).

Assim, e mau grado as limitações deste inventário, considerámos justificada a sua apresentação: em primeiro lugar, porque ele corresponde a um primeiro esforço de cartografia dos dados conhecidos referentes à região em estudo; depois, porque ele constitui uma importante base de informação, necessária ao estabelecimento de hipóteses de interpretação sobre o povoamento do vale do Cávado. Por outro lado, e só essa razão bastaria para não hesitarmos na sua apresentação, porque estamos convencidos de que a natureza dos dados aqui fornecidos não se vai modificar substancialmente nos próximos anos. Para isso, seria necessário desenvolver um sério esforço de prospecção que não usasse apenas os meios convencionais de identificação de sítios arqueológicos, mas recorresse também a métodos de prospecção mais sofisticados, que tivessem em conta as características do terreno em causa.

Só esse trabalho, que não é possível realizar a curto prazo, poderá permitir identificar e preservar sítios que ainda não foram destruídos e que são difíceis de detectar através de uma prospecção de superfície.

De qualquer modo, a cartografia que realizámos dos sítios inventariados assinala já uma certa concentração de vestígios, sobretudo da época romana e indica mesmo alguns eixos de povoamento que poderão constituir pistas importantes para um futuro e mais desenvolvido trabalho de prospecção.

3.1.2. As fontes

Para a elaboração do presente catálogo baseámo-nos na pesquisa bibliográfica, na prospecção de terreno, nas colecções museológicas e, mais raramente, em informações orais.

A pesquisa bibliográfica serviu de base ao trabalho de prospecção, mas constituiu também, muitas vezes, a única fonte de informação sobre achados ocorridos em sítios já destruídos. Ela serviu assim de base de identificação e descrição de alguns sítios, que, sempre que possível, foram confirmados no terreno.

A inexistência de estudos específicos sobre a região em estudo, que, com excepção dos arredores de Braga, se manteve até há pouco bastante mal conhecida, obrigou-nos a compulsar uma extensa bibliografia geral que, por vezes, nos forneceu apenas sumárias informações. Foram pesquisadas obras clássicas da bibliografia histórica portuguesa, quer nacional, quer regional. Salientamos, entre outras, as Memórias para a História Eclesiástica do Arcebispado de Braga (ARGOTE 1732), a Corografia Portuguesa (COSTA 1868), o Minho Pitoresco (VIEIRA 1886-7), o Portugal Antigo e Moderno (LEAL 1873-90), as Memórias de Braga (FREITAS 1890), ou o Termo de Braga (FEIO 1923).

Atenção nos mereceram também as monografias regionais e concelhias de Amares e Terras do Bouro (SILVA 1958-59), de Barcelos (FONSECA 1948; SAMPAIO e SAUCASAUX 1929), de Vila Verde (ABREU 1963), bem como algumas monografias de vilas, como a de Prado (ABREU 1955), ou de Palmeira (SANTOS 1977).

Para além de obras arqueológicas de carácter geral como as Religiões da Lusitânia (VASCONCELOS 1905-1913), pesquisámos as principais revistas que desde o século passado têm servido a divulgação dos sítios e monumentos arqueológicos. Estão neste caso as revistas Portugália (1ª série), o Arqueólogo Português, a Revista de Guimarães, os Trabalhos de Antropologia e Etnologia, nas quais encontrámos, quase sempre, curtas referências à região em estudo.

Foram igualmente compulsadas as revistas arqueológicas de edição mais recente e as revistas regionais, como a Bracara Augusta, O Distrito de Braga e o Arquivo do Alto Minho.

No âmbito da epigrafia demos especial atenção às obras de E.

Hübner, sobretudo àquelas que integram material do Noroeste Português, como o CIL II e o CIL IIS (1869; 1892), o Noticiário Arqueológico de Portugal (1871), ou a Ephemeris Epigraphica, VIII (1898). Também foram vistos os trabalhos de Albano Belino (1895; 1896; 1906), a quem se deve a descoberta e divulgação de boa parte dos monumentos epigráficos conhecidos nesta região. Ainda no âmbito da epigrafia, devemos destacar os trabalhos de Alain Tranoy e P. Le Roux, que constituem, antes de mais, uma preciosa revisão crítica do material epigráfico do Norte de Portugal (LE ROUX e TRANOY 1973,177-231; LE ROUX 1975,154-159; TRANOY 1981a; LE ROUX e TRANOY 1982,31-37; SANTOS et alii 1983).

O problema da viação romana levou-nos a pesquisar também vários trabalhos e artigos. Assim, além da obra clássica de Martins Capela (1895), foram percorridos praticamente todos os trabalhos relacionados com as vias militares romanas que saíam de Braga (BARRADAS 1956,159-241; ALMEIDA 1968; ALMEIDA 1979a,61-163; SANTOS 1979,3-52; ALMEIDA 1980,151-170; ARAÚJO 1982,121-246).

Especial atenção demos ainda aos trabalhos daqueles que, desde finais do século passado, realizaram escavações ou estudos na região. Uns mais interessados no problema dos castros, como Albano Belino. Carlos Teixeira, João de Freitas ou o Cónego Arlindo da Cunha. Outros, mais orientados para o problema da viação romana, ou para outros aspectos da romanização, como o Cónego Luciano dos Santos, M. Domingos da Silva, Russell Cortez, Rigaud de Sousa e Carlos Alberto Brochado de Almeida.

A pesquisa da obra de alguns autores levou-nos ainda à consulta pontual, de alguns jornais locais, como a Acção Católica, o Diário do Minho, o Correio do Minho, ou o Comércio do Lima.

As informações fornecidas pela bibliografia constituiram muitas vezes contribuições modestas para este inventário. Permitiram identificar castros, descrever monumentos epigráficos e só muito raramente referenciar estações romanas.

Os testemunhos da presença romana foram sobretudo evidenciados graças aos trabalhos de prospecção, que permitiram também identificar alguns castros inéditos.

Foi, todavia, no âmbito da ocupação romana que os resultados da prospecção de terreno mais se fizeram sentir.

Os recentes trabalhos de levantamento arqueológico levados a cabo nos concelhos de Amares, Vila Verde, Braga e Póvoa de Lanhoso, por

BPB/UM

equipas da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, permitiram ampliar consideravelmente os sítios por nós referenciados, quer no terreno, quer na bibliografia. Foi-nos grata, por isso, a oportunidade de utilizar os elementos desses levantamentos, que se encontram ainda inéditos. Embora muitas dessas informações tenham sido por nós confirmadas no terreno, a sua utilização poupou-nos muitos dias de trabalho de campo. Salientamos particularmente os dados obtidos no levantamento do concelho da Póvoa de Lanhoso, sem dúvida uma das regiões pior conhecidas do curso médio do Cávado e onde foram identificados numerosos habitats romanos.

Na elaboração do catálogo tivemos ainda em linha de conta os materiais existentes nos museus da região, que constituem, muitas vezes, os únicos indícios da existência de estações, pouco conhecidas, ou já destruídas. Para o efeito visitámos os museus e consultámos os catálogos, quando existiam.

Entre os museus que nos forneceram maior número de informações conta-se o Museu Pio XII de Braga, onde encontrámos elementos referentes à ocupação da região em estudo. Elementos arquitectónicos, tégulas, sepulturas, material epigráfico, ou simples peças de cerâmica, constituiram fontes importantes para caracterizar a ocupação do vale do Cávado, quando escasseavam as informações e os estudos bibliográficos.

Também no Museu D.Diogo de Sousa, de Braga e no Museu da Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães, encontrámos alguns materiais. De menor interesse para o nosso trabalho se revelaram as colecções dos museus do Porto, onde apenas localizámos algumas peças desta região.

Raramente foram usadas informações orais, quer devido à sua imprecisão, quer devido às dificuldades em caracterizar e cartografar, com segurança, os sítios ou achados.

3.1.3. Critérios de apresentação

Entre as várias possibilidades de organização do catálogo optámos pela sua ordenação geográfica. As razões desta escolha prendem-se com a natureza das estações e dos vestígios, com a sua ampla cronologia e também com a sua, por vezes, difícil classificação.

A ordenação do inventário dos sítios por ordem cronológica obrigar-nos-ía a frequentes repetições, sobretudo no caso dos povoados

fortificados. Mas exigiria também um melhor conhecimento global dos sítios, o que nem sempre foi possível, pelas razões atrás expostas. Onde integrar os povoados cuja cronologia de ocupação desconhecemos em absoluto? A mesma questão poderia ser colocada em relação aos achados romanos.

Poderíamos ainda ter optado por apresentar um inventário por tipos de estações ou monumentos. No entanto, nem sempre foi possível caracterizar correctamente as estações inventariadas. Esse tipo de ordenação serviria para os castros, mas colocaria algumas dificuldades à apresentação dos dados referentes à romanização.

A apresentação do catálogo por sítios, seguindo uma **ordem geográfica**, pareceu-nos menos comprometedora, quer no que respeita à cronologia dos vestígios, quer no que respeita à sua caracterização.

Uma vez que a área em estudo integra territórios de diferentes concelhos, seguimos uma ordem alfabética na sua apresentação: Amares, Barcelos, Braga, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vila Verde.

Assim as unidades de referência são os **concelhos** e, dentro destes, as **freguesias**, apresentadas de acordo com o Código Geográfico Nacional.

Dentro de cada freguesia surgem os **sítios ordenados por ordem cronológica.** Assim, aparecem primeiro os povoados e depois os sítios e achados romanos.

Cada sítio possui um **número de inventário corrente**, que segue a ordem dos concelhos e das freguesias e que serve de base à cartografia.

O número de inventário antecede a **designação do sítio**, que corresponde ao nome da estação, ou ao local onde foram encontrados os achados. Nessa designação procurámos incluir todos os topónimos ou nomes pelos quais a estação ou os vestígios são conhecidos.

Quando um sítio pertence a várias freguesias repete-se o número e a sua designação nas freguesias em questão.

Segue-se a **classificação sumária do sítio, ou monumento:** povoado fortificado; povoado fortificado romanizado; villa romana; termas; habitat romano; necrópole; marco miliário; ara votiva; inscrição funerária; tesouro monetário.

No caso dos castros, procurámos apenas distinguir, quando possível, se o castro foi ou não romanizado, tendo sido difícil caracterizar outras épocas de ocupação.

Os povoados de baixa altitude, quase sempre localizados em

pequenos cabeços, foram sempre classificados como povoados do género do do Lago, em Amares, por este constituir, na nossa opinião, um modelo particular de organização deste tipo de habitat.

Classificámos como villae os sítios que, para além de cerâmica romana dispersa pelos campos, forneceram vestígios arquitectónicos que indicam a existência de uma estrutura com peristilo.

De facto, a sistemática ausência de mosaicos nesta região, regra geral considerados como indicadores da existência de uma villa (ALARCÃO 1980,175), levou-nos a ter em conta outro tipo de elementos que pensamos poderem justificar a utilização deste termo. Estão nesse caso os elementos de arquitectura, como fustes, capitéis ou bases de coluna, ou ainda monumentos epigráficos importantes, como é o caso das aras honoríficas.

Na região estudada encontrámos alguns sítios onde a conjugação desses elementos parece indicar a presença de villae. É o caso de Dume, Semelhe e Palmeira, em Braga, de Martim e Vila Cova, em Barcelos, de Mojege, em Amares. Muitos outros existiriam ainda que poderiam ser classificados dentro desta categoria de estações. Contudo, não o fizémos por prudência, preferindo usar o termo habitat romano.

Incluímos ainda sob esta última designação um número muito mais vasto de sítios onde aparecem tégulas, tijoleiras, cerâmica romana variada e por vezes ainda mós, regra geral dispersas por campos com uma certa extensão. Estes locais poderão corresponder a pequenas explorações, simples casais rústicos, vici, ou ainda a outro género de habitat, cujas características são difíceis de precisar.

Na impossibilidade de delimitar com segurança a área de dispersão dos achados, devido à excessiva divisão da propriedade rústica da região, tornou-se difícil ensaiar outro tipo de classificação destes sítios, como tem sido feito noutras regiões (POTTER 1975,218; 1982,23-24) e que poderia levar a interpretações interessantes. Este tipo de abordagem terá que ser realizado no futuro, implicando, todavia, uma cartografia mais rigorosa, que terá que ter em conta as diferentes épocas em que as parcelas de terreno da região são lavradas.

Foram ainda identificados alguns sítios que poderão corresponder a estabelecimentos termais romanos. Estão neste caso as estações de Caldelas, em Amares e Senhora de Águas Santas, em Barcelos.

Caracterizámos como necrópoles apenas os locais onde apareceram, ou sepulturas, ou vasos inteiros.

A descrição de alguns achados é por vezes tão imprecisa que não deixa perceber se corresponderiam a um habitat ou a uma necrópole. É o caso de sítios onde apenas se assinalou a presença de tégulas, pelo que deixámos interrogada a sua classificação.

Os monumentos epigráficos, que aparecem isoladamente, foram classificados de acordo com a sua função e sempre que possível articulados com outros vestígios existentes nas proximidades. Todas as medidas são dadas em cm. A interpretação e significado destes vestígios será feita noutro ponto deste trabalho.

Após a classificação do sítio arqueológico, é feita a sua **localização** usando as coordenadas geográficas, latitude e longitude, sendo ainda dada a altitude e o número da carta 1:25.000 dos S.C.E., onde é possível localizar a estação. As coordenadas foram sempre medidas em relação a pontos centrais dos sítios ou estações. Quando a extensão do sítio era demasiado grande não foram referidos os segundos. A longitude foi sempre medida em relação ao meridiano de Greenwich.

Para as estações com localização imprecisa e para os monumentos que se encontram fora de sítio foram apenas fornecidos os números das cartas, que correspondem aos sítios referenciados.

Após a identificação e localização do sítio é feita uma **descrição geográfica** sumária da estação, ou do local onde ocorrem os achados, sendo referida a forma de acesso.

Segue-se a **descrição arqueológica** da estação ou dos achados. O maior ou menor desenvolvimento dado a esta descrição depende, necessariamente, da natureza dos dados e dos conhecimentos que sobre eles possuímos.

As **referências bibliográficas** aparecem, ou no fim, ordenadas por ordem cronológica, ou intercaladas na própria descrição arqueológica, nos casos em que usámos informações de diferentes autores. Neste aspecto, preocupámo-nos mais em fornecer a bibliografia fundamental sobre cada sítio, do que em sermos exaustivos na sua apresentação, uma vez que muitas referências se repetem e nada acrescentam de novo.

3.1.4. A cartografia

As estações, sítios e achados inventariados no catálogo foram localizados nas cartas militares 1:25.000 dos S.C.E., e em seguida

transpostos para mapas elaborados com base nas cartas 1:50.000 dos S.G.C.. Esses mapas foram desenhados nessa escala, mas serão apresentados na escala 1:100.000. Neles foram implantadas as curvas de nível, com equidistâncias de 50 em 50 metros e a rede hidrográfica do curso médio do rio Cávado.

A região representada nesses mapas, já anteriormente definida, foi delimitada não por critérios geomorfológicos rígidos, mas sim de acordo com os objectivos do nosso trabalho, muito embora se tenham respeitado basicamente os critérios de definição de uma bacia hidrográfica.

Para além dos mapas onde foram localizadas as estações e achados foi ainda elaborado um outro mapa na mesma escala e com os mesmos limites, representando as manchas geológicas conhecidas no vale do Cávado, com base na Carta Geológica 1:50.000 dos Serviços Geológicos de Portugal, folhas nºs 5A, 5B e 5C. Procurámos assim analisar o tipo de formações em que assentam os sítios estudados e qual o tipo de jazidas e recursos mineiros existentes na região em estudo.

3.2. O CATÁLOGO

AMARES

AMARES (030101)

1. Monte da Santinha; Monte da Nossa Senhora da Paz

POVOADO FORTIFICADO ROMANIZADO

Latitude: 41° 38' 16''N; Longitude: 8° 20' 41''W (Gr.)
Altitude: 195m (F.56 - 1:25.000)

A. O Monte da Santinha localiza-se na periferia da área urbana da vila de Amares. Corresponde a um pequeno outeiro, de altitude média, que se destaca bem no vale do rio Cávado. Actualmente encontra-se bastante desfigurado por uma enorme pedreira que alterou completamente as vertentes Oeste e Sul. O acesso à estação faz-se a partir de Amares, por caminho carreteiro.

B. O povoado devia possuir boas defesas naturais. Actualmente são visíveis raros vestígios das suas fortificações. Na superfície do solo encontra-se abundante material de derrube, sendo ainda possível observar alguns alinhamentos de pedras. Os fragmentos de cerâmica recolhidos indicam que o sítio terá sido romanizado.

AZEVEDO 1896,253-254; CUNHA 1948; 1975,525-526.

BARREIROS (030102)

2. Quinta da Pena

MARCO MILIÁRIO

(F.56 - 1:25.000)

A. O marco está depositado na Quinta da Pena. Segundo J.J.Rigaud de Sousa, trata-se de um dos 4 miliários que se encontravam junto à igreja da freguesia.

B. O marco parece ter possuído uma inscrição que actualmente se encontra ilegível. Pertenceria à via XVIII.

SOUSA 1971-72,180.

3. Quinta de Agrolongo

MARCO MILIÁRIO

(F.56 - 1:25.000)

A. O marco encontra-se actualmente depositado na Quinta de Agrolongo, no lugar de Carvalhal, desconhecendo-se, todavia, o local onde foi descoberto.

B. Aparentemente não possui qualquer inscrição. Deveria pertencer à via XVIII.

SOUSA 1971-72,180.

CAIRES (030105)

4. Castro de Caires; Cividade da Biscaia; Castro de Grôvios; Lugar de Grovos

POVOADO FORTIFICADO ROMANIZADO

Latitude: 41° 38' 53"N; Longitude: 8° 214 11"W (Gr.)
Altitude: 320m (F. 56 e 42 - 1:25.000)

A. O cabeço onde assenta o castro corresponde a um esporão, de vertentes

abruptas, situado praticamente na base da encosta Sul do monte de S. Pedro de Fins. A Norte, um profundo talvegue separa o monte de um outro, mais pequeno, onde se encontram também vestígios de ocupação. O acesso à estação faz-se a partir do lugar de Caires, por caminho carreteiro, que circunda o monte.

B. Apesar da densa cobertura vegetal que cobre o monte, são perceptíveis 3 linhas de muralhas, que definem outros tantos tabuleiros do povoado. São também visíveis alguns muros circulares e outros rectos, pertencentes a estruturas habitacionais. À superfície do solo recolhem-se alguns fragmentos de cerâmica indígena, de fabrico micáceo, bem como outros de cerâmica comum romana.
O sítio do castro é referido na bibliografia arqueológica desde os princípios do século, devido à descoberta de alguns materiais importantes: Pinho Leal refere o aparecimento, no lugar de Gróvios, localizado na vertente oeste do povoado, de "canos de metal", tijolos, ânforas e de um possível forno (DIAS 1903, 78).
Dados também como procedentes do sítio, são: um baixo-relevo, em granito, representando uma figura equestre masculina, seguramente romana (CARDOSO 1972,156) e uma pedra lavrada com um motivo geométrico (PEREIRA 1941,30;CARDOSO 1971,174). Ambas as peças pertencem ao Museu da Sociedade Martins Sarmento, estando inventariadas com os números 96 e 105 do respectivo catálogo. Na quinta do lugar do Paço, em Caires, encontram-se recolhidos vários elementos de mós, pedras com trísceles e um pequeno fragmento de umbral de porta, provenientes do castro.

5. Quinta de S. Vicente

ARA VOTIVA/HABITAT ROMANO?

(F.56 - 1:25.000)

A. A ara encontra-se actualmente depositada na Quinta de Rios de Cima, mas procede da Quinta de S. Vicente, onde existiu uma capela, com o mesmo nome, demolida em 1815.

B. Ara votiva, em granito, seguramente utilizada como pedestal de uma estátua. Não possui frontão, nem volutas. As partes superior e inferior

estão molduradas com uma sucessão de 3 frisos. Em baixo, sob as molduras, existem vestígios de um soco. Na parte superior observa-se um orifício de forma quadrangular, rodeado por uma moldura rebaixada. Dimensões: 88x39x38; campo epigráfico: 47x33; letras: 6,5/9,5

Q(uintus) SAB/INIVS·FLO/RVS·GEN/IO·V(otum)·S(olvit)·L(ibens)·M(erito) ~ Quinto Sabínio Floro cumpriu, merecidamente e de boa vontade, o voto ao Génio.

O monumento pode ser datado do séc. I.

Na quinta de S. Vicente recolhem-se abundantes fragmentos de louça romana dispersos pela superfície do solo. A sua área de dispersão faz pensar que existiria, no local, um habitat romano.

ENCARNAÇÃO 1985.

CALDELAS (030106)

6. Castro de Caldelas; Monte das Caldas; Outeiro de S. Sebastião

POVOADO FORTIFICADO

Latitude: 41° 40' 10"N; Longitude: 8° 22' 17"W (Gr.)
Altitude: 220/222m (F.42 - 1:25.000)

A. O povoado assenta num pequeno outeiro, bem destacado no vale do rio Homem. O monte encontra-se densamente arborizado. O acesso faz-se a partir de Caldelas, por caminho carreteiro.

B. A cobertura vegetal do cabeço não deixa perceber quaisquer estruturas à superfície. Todavia é possível identificar algum material de derrube, nos locais onde passariam as muralhas. Desconhece-se se o povoado terá sido romanizado.

SILVA 1958-59,229; JORGE E SOUSA 1980,120.

7. *Caldelas*

TERMAS ROMANAS?/ARAS VOTIVAS

Latitude: 41° 40' 6"N; Longitude: 8° 22' 5"W (Gr.)
Altitude: 150m (F.42 - 1:25.000)

A. No sítio da actual povoação de Caldelas foram encontrados vários vestígios romanos dispersos, que parecem indicar a existência de um estabelecimento termal romano. O local corresponde a uma zona de terraço, bem irrigada por sub-afluentes do rio Homem.

B. João Martins de Freitas, pároco de Caldelas, identificou nos princípios do século vestígios de uma necrópole romana no sítio do Grande Hotel de Caldelas. Sabemos que parte do espólio proveniente da escavação aí realizada foi oferecido ao Museu Pio XII, em Braga, onde parece estar confundido com os materiais da citânia de S. Julião, também por ele escavada. As únicas peças existentes naquele museu que poderão ser facilmente atribuídas a uma necrópole são 3 vasos, de cerâmica comum romana, inteiros, com pastas claras, muito semelhantes a outros exumados nas necrópoles de Bracara Augusta.
Dado como proveniente da citânia de S. Julião, mas seguramente encontrado numa sepultura de Caldelas (FREITAS 1971, fig. 5), é um punhal de ferro, com empunhadura em bronze, publicado por Mário Cardoso (1947,65-70), também pertencente ao Museu Pio XII.
No mesmo museu existem ainda alguns elementos de arquitectura romana, que se encontram igualmente inventariados como sendo do monte de S. Julião. Uma vez que João de Freitas apenas refere o aparecimento, naquela estação, de 2 colunas, parece-nos legítimo admitir que os restantes materiais possam ser provenientes do sítio de Caldelas. No inventário daquele museu (Falam Documentos) são referidos os seguintes elementos: 2 colunas em granito (nºs 329, 336); 3 bases de colunas, também em granito (nºs 333, 334 e 339).
Durante os trabalhos para a construção das actuais termas foram encontradas, em 1803, 2 aras votivas, epigrafadas, dedicadas às Ninfas, que são propriedade do Hotel da Bela Vista.

Lápide A . Fragmentada (CIL, II, 5572a=ILER, 621)
Dimensões: 58x24x16; letras: 4,5 a 5

CAEN(i)/CIEN(us) / NYM/PHIS / EX VO/TO

Cenicieno dedicou às Ninfas, em cumprimento de um voto.

Lápide B. Fragmentada (CIL,II,5572b=EE,VIII,399=ILER,617)
Dimensões: 39x24x14,5; letras:3,5 e 5

[...]/ D(e)AB(us) / NYM/PHIS / EX VO/TO

... Às deusas Ninfas, em cumprimento de um voto.

A ausência de tanques, hipocaustos e de elementos de construção característicos de termas não permite provar que o sítio seja efectivamente um estabelecimento termal, sugerido apenas pela presença do culto às Ninfas.

BELINO 909,6; VASCONCELOS 1913,258; CARDOSO 1953,60; SILVA 1958-59, 229-230, BRANDÃO 1962,34-39; TRANOY 1981a,325.

CARRAZEDO (030107)

8. Torre do castro; Castelo do Castro

POVOADO FORTIFICADO

Latitude: 41° 37' 36"N; Longitude: 8° 23' 2"W (Gr.)
Altitude: 96m (F.56 - 1:25.000)

A. O povoado localiza-se numa pequena sobreelevação de um terraço fluvial do Cávado. O local possui abundantes cursos de água ligados ao Ribeiro da Ribeira. Os terrenos onde se encontra o castro são propriedade particular.

B. O povoado está bastante destruído, pois sobre ele assentou uma torre quatrocentista. No entanto, podem ainda observar-se restos de uma muralha e de um fosso. Na superfície recolhem-se alguns fragmentos de louça indígena de fabrico micáceo.
Aparentemente, o povoado possuiria apenas uma plataforma e deveria ser do mesmo género do povoado do Lago, também em Amares.

SILVA 1958-59,251-252; CUNHA 1975,32.

9. Carrazedo; Campo da Porta

ARA VOTIVA

(F.56 - 1:25.000)

A. O monumento apareceu no sítio de Campo da Porta, em frente à igreja paroquial de Carrazedo, em 1973. Encontrava-se enterrado.

B. Ara votiva, em granito, com frontão e volutas. Na parte superior, possui um *loculus* circular e um outro orifício. No centro do frontão existe uma estilização floral. O monumento encontra-se bem conservado.
Dimensões: 70x2326; campo epigráfico: 32x24,5; letras: 4 e 5

LARIBVS / BVRICIS / VOTVM / SOLVIT / BLOIINA

Aos lares Búricos, Bloena cumpriu o seu voto.

A ara é propriedade do Sr. José Manuel Pereira Lopes, proprietário do terreno onde foi encontrada.

SOUSA 1971-72,181-182; CUNHA 1975,22-23; TRANOY 1981a,303.

10. Igreja de Carrazedo

MARCOS MILIÁRIOS

(F.56 - 1:25.000)

A. Desconhece-se a proveniência exacta dos marcos, bem como o local onde se encontram actualmente.

B. Rigaud de Sousa refere um manuscrito do Marquês de Montebelo, senhor da casa do Castro (Torre do Castro), em Amares, publicado em 1642, o "Memorial do Marquês de Montebelo", o qual fala da existência de marcos miliários no adro da igreja de Carrazedo. O documento diz ainda que alguns terão sido cedidos pelo primeiro marquês ao arcebispo D. Diogo de Sousa e que lá terão ficado ainda outros 4. Os restantes terão sido levados para Braga.

SOUSA 1971-72,180.

FISCAL (030111)

11. Campo da Igreja

HABITAT ROMANO

Latitude: 41° 39' 18"N; Longitude 8° 23' 29"W (Gr.)
Altitude: 90m (F.42 - 1:25.000)

A. A estação localiza-se numa zona de meia encosta, conhecida sob o nome de Campo da Igreja, perto do Rib.º de Vilouços, que pertence à bacia do rio Homem. O sítio encontra-se submetido a intensos trabalhos de lavoura, estando bastante destruído. O acesso é feito pelo C.M. 1233 a partir de Fiscal.

B. No local, observam-se abundantes restos de tégulas, mós manuais e algumas pedras, mas não se reconhecem quaisquer alinhamentos de muros.

Inédito

12. Cruzeiro do Pilar

MARCO MILIÁRIO

(F.56 - 1:25.000)

A. O marco encontra-se no lugar de Pilar, entre S. Miguel de Fiscal e S. Martinho de Carrazedo, servindo como base de um cruzeiro.

B. Marco miliário epigrafado, encimado por uma cruz.
Altura: 166; diâmetro: 29; letras: 8

[IM]P(eratori)·CAE[S(ari)·M(arco)] / AVR(elio)·CA[RO] / P(io) F(elici) I(nvicto) [AVG(usto)] / P(ontifici) M(aximo)...

Ao Imperador César Marco Aurélio Caro, Pio, Feliz, Invicto, Augusto, Pontífice Máximo...

O marco pertenceria à via XVIII, mas encontra-se com certeza deslocado. Pode ser datado de 282-283.

BRANDÃO 1962,25-29; SOUSA 1971-72,180.

LAGO (030113)

13. Lago

POVOADO FORTIFICADO

Latitude: 41° 37' 36"N; Longitude: 8° 24' 38"W (Gr.)
Altitude:65m (F.56 - 1:25.000)

A. O povoado do Lago assenta num pequeno cabeço de baixa altitude, sobranceiro ao rio Cávado. Possui boas defesas naturais e destaca-se bem na superfície suavemente ondulada da plataforma fluvial. O acesso faz-se

a partir do lugar de Lago, por caminho carreteiro, que contorna os lados Oeste e Sul do monte.

B. O povoado possui uma única plataforma poligonal irregular, circundada, pelo menos, no lado Oeste, por uma muralha de pedra, à qual se associa um fosso, escavado na base da vertente.
Os trabalhos de escavação aí realizados, entre 1980 e 1982, permitiram determinar uma ocupação situada entre o séc. III a.C. e meados do séc. I da nossa era. Não foram encontrados indícios seguros de romanização.

SILVA 1958-59,139; SOUSA 1971-72,180-181; MARTINS 1986b.

14. Lago; Ribeiro

ARA FUNERÁRIA

(F.56 - 1:25.000)

A. A peça foi encontrada a servir de suporte a um forno de pão, no lugar de Ribeiro, em Lago.

B. Ara funerária, em granito. A parte superior e a base do monumento foram alteradas pela reutilização. A peça é encimada por uma moldura tripla e conserva restos do *loculus* circular.
O texto está delimitado por 3 linhas, que dividem o campo epigráfico em 4 faixas horizontais, de dimensões variáveis, que diminuem de cima para baixo.
Dimensões: 43x30x28; campo epigráfico: 27x22,5x20; letras: 4 e 4,5

M̂ARIV[S] / ADRONÎ (filius) / AN(norum) VI (sextium)

Aqui jaz Mário, filho de Adrono, de seis anos.

Armando Coelho da Silva fez uma outra leitura das 2 primeiras linhas: 1ª linha: M̂ATERN(e); 2ª linha: LADRONÎ.
O monumento está guardado na Câmara Municipal de Amares.

LE ROUX E TRANOY 1982,33-34; MARTINS e SILVA 1984,39.

PAREDES SECAS (030115)

15. Ribeira de Pala; Dornelas; Paredes Secas

MARCO MILIÁRIO

(F.56 - 1:25.000)

A. O marco foi encontrado, em 1957, na margem direita da Ribeira de Pala, em Dornelas, não muito longe do local onde tradicionalmente se admite a passagem da via XVIII.

B. O marco está fracturado e apresenta a epígrafe muito gasta. A sua leitura é difícil, devido também à qualidade do granito, que apresenta muitos cristais de quartzo, que dificultaram a gravação. O marco encontra-se actualmente no adro da igreja paroquial de Paredes Secas. Altura: 159; diâmetro: 66; letras 7 e 8

[IMP(erator) CAES(ar) G(aius)] IVLIV[S] V[ERVS] / MAXIMINVS P(ius)· F(elix)· AVG(ustus)· TRIB(unicia) PO/[TE]S[TATE]· [CO](n)S(ul)· [PRO]CO(n)S(ul) [ET] G(aius) IVLIVS VERVS MAXIMVS / NOBILISSIMVS CAESAR / GERM(annicus) MAX(imus) DAC(icus) MAX(imus) / SARM(aticus) MAX(imus) / PRINCEPS IVVENTVTIS FILIVS D(omini) N(ostri) IMP(eratoris) G(aii) IVLI(i) / VERI MAXIMINI P(ii) F(elici) AVG(usti) / CVRANTE Q(uinto) DECI[O VALER(iano)] / LEG(ato) AVG(usti) PR(o) [PR(etore)] / [BR]AC(ara) AVG(usta) M(ilia) P(assuum) XII (duodecim)

O Imperador César Gaio Júlio Vero Maximino, Pio, Feliz, Augusto, dotado de poder tribunício, cônsul, procônsul, e Gaio Júlio Vero Máximo, mui nobre César, Germânico Máximo, Dácico Máximo, Sarmático Máximo, Príncipe da Juventude, filho do nosso senhor Imperador Gaio Júlio Vero Maximino, Pio, Feliz, Augusto. Sendo encarregado Quinto Décio Valeriano, legado de Augusto, propretor. De Bracara Augusta são doze milhas.

O marco pertencia à via XVIII e pode ser datado de 236-238.

CUNHA 1961, 319-334

16. Mojege; Majoge

VILLA ROMANA

Latitude: 41° 39' 24"N; Longitude: 8° 20' 7"W (Gr.)
Altitude: 300m (F.42 - 1:25.000)

A. O sítio de Mojege, ou Majoge, localiza-se no lugar de Vila Cova, numa zona de declive suave e bem irrigada. Topograficamente, o local corresponde à base da vertente Este do Monte de S. Pedro Fins, perto de Paredes Secas, próximo de um sítio onde se supõe que passava a via XVIII. O sítio está sujeito a trabalhos de lavoura.
O acesso faz-se pela E.M. 535.

B. Em Mojege regista-se a presença de tégulas, mós manuais, pedras aparelhadas, cerâmica romana e de escórias de ferro. Arlindo da Cunha refere mesmo o aparecimento de restos de alicerces de uma estrutura e de elementos de arquitectura, nomeadamente de uma base de coluna e de um capitel dórico. Aí recolheu-se também uma moeda de bronze, do séc. III, do imperador Constâncio Cloro.
Domingos da Silva refere a descoberta, no mesmo local, de uma sepultura em pedra.
Os achados aqui encontrados permitem admitir a existência de uma villa romana e de uma necrópole.

SILVA 1958-59, 320; CUNHA 1961,319-334

PORTELA (030116)

17. Chã do Castro; Portela da Joubreia

POVOADO DA PRÉ - HISTÓRIA RECENTE; POVOADO FORTIFICADO

Latitude: 41° 38' 50"N;Longitude: 8° 22' 9"W (Gr.)
Altitude: 308-311m (F.56 - 1:25.000)

A. O povoado localiza-se num pequeno cabeço conhecido por Chã do Castro, hoje densamente arborizado. Situa-se na vertente SO do Monte de S. Pedro Fins.
O acesso pode fazer-se a partir do lugar de Portela, por caminho carreteiro.

B. Os trabalhos de escavação realizados no povoado, entre 1978 e 1979, permitiram assinalar vários momentos na ocupação do sítio: o mais antigo pode ser atribuído ao período Calcolítico ou ao Bronze Inicial e está caracterizado por cerâmicas "tipo Penha", associadas a material lítico, como pontas de seta, raspadeiras, raspadores, lascas e núcleos; o outro momento encontra-se testemunhado pela construção de uma estrutura, aparentemente defensiva, que surge associada a cerâmicas indígenas de fabrico micáceo, inseríveis na Idade do Ferro.
O aparecimento de raros fragmentos de cerâmica romana sugere apenas uma romanização incipiente do povoado.
Existem materiais desta estação no Museu Pio XII, em Braga e no Museu da Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães.

JORGE 1979,281-292; JORGE E SOUSA 1980,121-131

18. Castelo de Espinho; Castro de S. Pedro Fins

POVOADO FORTIFICADO ROMANIZADO?

Latitude: 41° 39' 18"N; Longitude: 8° 21' 39"W (Gr.)
Altitude: 480m (F.56 - 1:25.000)

A. O povoado localiza-se na vertente SE do Monte de S. Pedro Fins. Ocupa um esporão, relativamente largo, definido pela curva de nível dos 450m, com uma pequena sobreelevação, que corresponde a uma massa de afloramentos rochosos. O sítio é conhecido por Castelo de Espinho.
O acesso pode fazer-se a partir da povoação de Portela, ou do estradão florestal que conduz ao alto de S. Pedro Fins.

B. No local existem vetígios de uma muralha de pedra miúda, visível sobretudo nos lados Este e Nordeste do monte. Por toda a superfície do esporão encontram-se fragmentos de tijoleira e de escórias de ferro. Albano Belino refere o aparecimento, no mesmo sítio, de pedras aparelhadas, pequenas mós, cerâmica e tégulas romanas.

LEAL 1873,93; BELINO 1909,6; CUNHA 1957; SILVA 1958-59,135-148

PROZELO (030117)

19. S. Miguel-o-Anjo

ARAS VOTIVAS/MARCO MILIÁRIO

(F.56 - 1:25.000)

A. Procedentes do lugar de S. Miguel-o-Anjo, junto à capela do Anjo da Guarda, são conhecidas duas aras. No largo da capela existe ainda um marco miliário, que serve de cruzeiro e que se encontra deslocado.

B. Ara 1: Ara em granito anepígrafa. Encontra-se actualmente recolhida na capela. Quer a parte superior, quer a inferior são molduradas: a superior, por uma série de 5 frisos, a inferior possui apenas 2. Em cima observam-se vestígios do *foculus*.
Dimensões: 60x26x20(31); campo epigráfico: 25x26.

Ara 2: Ara em granito, com inscrição. Encontra-se no Museu dos Biscainhos, em Braga.
A peça está bastante degradada. O seu lado direito foi alterado provavelmente por uma reutilização. Na parte superior são visíveis restos do *foculus*. Em baixo, existem vestígios de um soco, sob duas molduras que orlam a parte inferior da peça.
Dimensões: 81,5x27x26; campo epigráfico: 41x23,5; letras: 5,5.

... / CAND/EBERO/NIO CA/EDVRA/DIO

A Candeberónio Cedurádio

O monumento parece dedicado a uma divindade indígena de oriegm céltica, sendo provavelmente do séc. I. (LE ROUX e TRANOY 1973,198-199; TRANOY 1981a,271).

Marco miliário: Serve de cruzeiro e não possui qualquer epígrafe. É mais estreito em cima que na base. Altura: 150; diâmetro aprox.: 50.

BOURO (SANTA MARIA) (030119)

20. Outeiro

POVOADO FORTIFICADO

Latitude: 41° 39' 45"N; Longitude: 8° 17' 11"W (Gr.)
Altitude: 175m (F.43 - 1:25.000)

A. O monte do Outeiro corresponde a um pequeno cabeço, situado perto do rio Cávado, numa zona razoavelmente plana de um terraço fluvial.
O acesso ao local pode fazer-se por caminho carreteiro, a partir da estrada nacional Amares - Gerrês, em direcção ao lugar de Outeiro.

B. O povoado possui uma única plataforma, no topo do cabeço, que se encontra circundada por um talude. Este parece corresponder a uma estrutura defensiva. À superfície do solo recolhem-se fragmentos de tijoleira e são visíveis pedras, correspondentes a derrubes de estruturas. No entanto, não se registam quaisquer alinhamentos coerentes.
Trata-se aparentemente de um pequeno castro de baixa altitude, provavelmente romanizado, semelhante ao povoado do Lago, em Amares.

Inédito.

21. Santa Maria de Bouro

ARA VOTIVA

(F.43 - 1:25.000)

A. Desconhece-se a proveniência exacta do achado. Sabe-se apenas que veio de uma capela de Santa Maria de Bouro.

B. Ara votiva, em granito, com volutas, restos de frontão e *loculus* circular. A parte superior possui 4 faixas de 5,5 a 3,5.
Dimensões: 74X49X32(27); campo epigráfico: 29,5X37; letras: 5 a 5,5cm.

PRO SALVTE / ...VM / ... / ...

Pela saúde de ...

A peça encontra-se no Museu Pio XII (nº.310)

SANTOS et alii 1983, 188-189.

BOURO (SANTA MARTA) (030120)

22. Chäo Grande

ARA VOTIVA

(F.42 - 1:25.000)

A. A peça foi encontrada no lugar de Chão Grande, numa zona bastante alta da Serra de Bouro, situada a cerca de 520m de altitude. O local corresponde praticamente à linha divisória das águas vertentes para o rio Cávado e o Homem.

B. Ara votiva, em granito, sem volutas, nem frontão. O lado direito da peça está bastante alterado pela posterior reutilização.
Dimensões: 57,5X41X31; campo epigráfico: 26,5X37,5; letras: 3.

MATE[RN]/VS POSVI[T] / ARVDA[M] / IOVI OPTI/MO MA/XIMO

Materno colocou esta árula a Júpiter Óptimo, Máximo.

Na 3ª linha aparece ARVDAM, em vez de ARVLAM, o que corresponde, provavelmente, a um indigenismo ou a um erro do gravador. A peça pode ser datada do séc. III.
Pertence ao Museu Pio XII, de Braga (nº596)

SILVA 1982, 243-245; SANTOS et alii 1983, 187-188.

SEQUEIROS (030121)

23. Monte de Sequeiros

POVOADO FORTIFICADO

Latitude: 41° 41' 5''N; Longitude: 8° 21' 43" W (Gr.)
Altitude: 228m (F.42 - 1:25.000)

A. O monte de Sequeiros corresponde a um pequeno esporão da vertente NO da Serra da Abadia, já praticamente sobranceiro ao rio Homem. O acesso faz-se por caminho de pé posto, a partir do lugar de Paço.

B. A densa cobertura vegetal que cobre o monte dificulta a observação de quaisquer estruturas, ou a detecção de cerâmica. No entanto, a toponímia, a tradição lendária e a notícia do aparecimento, há alguns anos, de vasos, aliados à localização e condições topográficas do sítio, são indicativos da existência de um castro.

SILVA 1958-59, 353-355.

SERAMIL (030122)

24. Outeiro da Vila; Castro de Seramil

POVOADO FORTIFICADO

Latitude: 41° 40' 23" N; Longitude: 8° 18' 42'' W (Gr.)
Altitude: 458m (F.43 - 1:25.000)

A. O Outeiro da Vila é um pequeno cabeço, localizado a Este do Monte de Santa Cruz, integrado na vertente Sul da Serra da Abadia.
O acesso faz-se a partir da sede de freguesia.

B. O monte encontra-se coberto por densa vegetação arbórea, que torna impossível reconhecer a existência de estruturas, ou de cerâmica. O Cónego Arlindo da Cunha refere que observou no local alguns muros e que recolheu fragmentos de olaria diversa.

CUNHA 1961, 321.

VILELA (030124)

25. Vilela

MARCOS MILIÁRIOS

(F.43 - 1:25.000)

A. Um dos marcos encontra-se tombado na valeta do C.M. 1236, perto do lugar de Vilela. O outro está encostado ao muro do adro da igreja desta freguesia. Desconhece-se qual o local exacto onde foram descobertos.

B. O marco tombado tem cerca de 1,50m de altura e não apresenta vestígios de qualquer epígrafe.
O marco que se encontra junto à igreja é um monumento catalogado da série Capela. Está fragmentado e conserva apenas a parte final da inscrição. A reconstituição da leitura foi feita com base noutros miliários, dos mesmos imperadores, existentes na mesma via.
Altura: 140; diâmetro: 55; letras: 7 e 8.

[IMP(eratore) TITO CAESARE DIVI VESP(asiani) F(ilio) VESPASIANO AVG(usto) PONT(ifice) MAX(imo) TRIB(unicia) POT(estate) IX (nona)

IMP(eratore) XV (decimum quintum) P(atre) P(atriae) CO(n)S(ule) VIII (octavum) [ET] CAESARE DIVI VESP(asiani) F(ilio) [DOMITIANO] CO(n)S(ule) VII (septimum) / G(aio) CALPETANO RANTIO / QVIRINALE VA(lerio) / FESTO LEG(ato) AVG(usti) .[PROPR(aetore)] / A BRACARA M(ilia) P(assuum) XIII (tredecim).

Sendo Imperador Tito César Vespasiano, filho do divino Vespasiano, Augusto, Pontífice Máximo, no seu nono poder tribunício, saudado imperador quinze vezes, pai da pátria, oito vezes cônsul, e César (Domiciano), filho do divino Vespasiano, sete vezes cônsul, sendo legado de Augusto e Propretor Caio Calpetano Râncio Quirinal Valério Festo. De Brácara são treze milhas.

Marco de Tito e Domiciano, cujo nome foi apagado. Poderá ser datado de 79-81(CIL II,4798/99=EE,VIII,224).

VIEIRA 1886, 437; CAPELA 1895, 60,105; SILVA 1981, 395.

BARCELOS

ABADE DE NEIVA (030201)

26. Monte do Facho; Castro do Alto da Torre

POVOADO FORTIFICADO ROMANIZADO

Latitude: 41° 32' 47'' N; Longitude: 8° 38' 36'' W (Gr.)
Altitude: 170m (F.55 - 1:25.000)

A. O monte do Facho corresponde a uma pequena elevação localizada numa zona relativamente plana e bem irrigada do vale.
O acesso ao povoado pode fazer-se a partir da sede de freguesia.

B. O povoado possui boas defesas naturais. São visíveis 4 linhas de muralhas, que definem plataformas, nas quais se reconhecem alinhamentos

de estruturas.
Em 1978 foi realizada uma pequena sondagem entre a 3ª e a 4ª muralhas, no lado Este da estação. Os materiais então recolhidos permitiram constatar uma intensa romanização do povoado, correspondente ao séc.I.
Foram encontrados fragmentos de cerâmica indígena de fabrico micáceo e ainda cerâmicas romanas comuns e importadas. Destas últimas, merecem destaque as ânforas e alguns fragmentos de sigillatas itálicas e hispânicas, datáveis da 1ª metade do séc.I.

FONSECA 1948, 55; ALMEIDA e SOEIRO 1980, 29-32; COSTA et alii 1980, 12-14

27. Queijeiros

POVOADO FORTIFICADO

Latitude: 41° 33' 36"N; Longitude: 8° 39' 17"W (Gr.)
Altitude: 150m (F.55 - 1:25.000)

A. O povoado localiza-se numa pequena elevação situada numa zona agrícola, relativamente plana e bem irrigada por diversos cursos de água.
O acesso faz-se pela E.N. 103, aproximadamente ao km 15, no lado esquerdo da estrada.

B. Nos lados Norte e Oeste do cabeço são ainda visíveis restos de uma fortificação, feita com pedras não aparelhadas. Na superfície, recolhem-se alguns fragmentos de tégulas e pedras dispersas, provenientes da destruição de estruturas. No entanto, não se observam quaisquer alinhamentos de muros.
O povoado parece ter possuído apenas uma paltaforma, podendo, portanto, ser considerado como semelhante ao castro do Lago, em Amares.

COSTA *et alii*, 1980,11

28. Queijeiros

SEPULTURA ROMANA/NECRÓPOLE

(F.55 - 1:25.000)

A. A sepultura apareceu perto do castro de Queijeiros, ao abrirem-se os alicerces de uma habitação.

B. Era formada por uma caixa de pedra, sendo o fundo revestido com tégulas. No interior apareceram 2 vasos. A sepultura foi destruída e as pedras incorporadas nos alicerces da casa. Um dos vasos foi partido; o outro, foi vendido.
C. Alberto Brochado de Almeida datou a sepultura do séc. IV, atendendo às suas características.
Segundo apurámos no local, uma das pedras da sepultura tinha "letras" e o sítio do achado era antigamente conhecido por "cemitério dos mouros", o que sugere a existência de outros elementos relacionados com uma necrópole.

ALMEIDA 1979b,19

AIRÓ (030205)

29. Outeiro do Castro; Castro de Airó; Castelo de Bastuço

POVOADO FORTIFICADO ROMANIZADO/ARA

Latitude: 41° 31' 20"N; Longitude: 8° 32' 30"W (gr)
Altitude: 222m (F.69 - 1:25.000)

A. O castro localiza-se no extremo Oeste da Serra de Airó, ocupando um esporão virado a NO, que domina a confluência dos rios Covo e Cávado.
O acesso pode fazer-se pela encosta Sul do monte, que liga o esporão à serra.

B. Na vertente Norte do monte registam-se vestígios de 3 linhas de muralhas. À superfície encontram-se abundantes fragmentos de tégulas, ímbrices e cerâmica micácea, feita a torno.
Entre a 1ª e 2ª linhas de muralhas foram descobertas uma ara em granito e uma pedra decorada.

A ara está mutilada, apresentando a parte superior muito desgastada. Apenas se conservam bem as molduras das faces laterais. Possuía uma inscrição, actualmente ilegível, pois sobre o texto inicial foram feitas gravações modernas.
A pedra decorada tem a forma de meio cilindro, com uma face plana. A decoração é composta por 3 SSS encadeados.

FONSECA 1948,13; 65-66; CÉSAR 1964, 15-22; SOEIRO 1983, 67-80.

ALHEIRA (030207)

30. Monte de Lousado; Cidade Grande

POVOADO FORTIFICADO ROMANIZADO

Latitude: 41° 37' 24"N; Longitude: 8° 34' 54"W (Gr.)
Altitude: 300m (F.55 - 1:25.000)

A. O Monte de Lousado situa-se nos limites das freguesias de Alheira e de Panque, ambas, do concelho de Barcelos.
Corresponde ao extremo NE de uma pequena crista montanhosa, que se dispõe no sentido NE/SO, paralela ao rio Neiva. A parte alta desta crista separa as bacias dos rios Cávado e Neiva.
O acesso pode fazer-se a partir de Alheira.

B. O povoado é conhecido e referido na bibliografia, pelo menos, a partir do séc. XVIII. É citado por Contador de Argote e por Cardoso, no Dicionário Geográfico. Apesar dessas referências e da monumentalidade dos seus vestígios nunca foi objecto de trabalhos arqueológicos.
A maioria dos vestígios concentra-se na parte mais alta do monte: aí são visíveis restos de muralhas e alicerces de construções habitacionais.
À superfície do povoado recolhem-se fragmentos de cerâmica indígena de fabrico micáceo e de cerâmica romana.

FIGUEIREDO 1895, 242; FONSECA 1948, 93

AREIAS DE VILAR (030211)

31. Igreja de S. João Baptista

ARA VOTIVA

(F.69 - 1:25.000)

A. A peça foi encontrada na igreja de S. João Baptista, mas deconhece-se o local exacto da sua procedência.

B. Ara votiva, em granito. Está danificada na parte posterior e no lado direito. As volutas foram niveladas e o *foculus* escavado de novo.
Dimensões: 62,5x30,5x30,5 (27); campo epigráfico: 42x27; letras: 3 e 5cm

AILAECA / [.] IC [.] NI [.] / DACOR [..] / DVREA

A inscrição é de origem romana, mas de difícil leitura. Provavelmente foi feita uma regravação deficiente do texto.
A peça pertence ao Museu Pio XII de Braga (nº 600).

SANTOS *et alii* 1983, 195

CARAPEÇOS (030218)

32. Monte do Castro; Castro de Carapeços

POVOADO FORTIFICADO

Latitude: 41° 35' 25"N; Longitude: 8° 37' 45"W (Gr.)
Altitude: 200m (F.55 - 1:25.000)

A. O monte do Castro, ou Crasto situa-se no lugar da Picarreira, ou Picarela. Corresponde a um pequeno cabeço, de baixa altitude, definido pela curva de nível dos 200m, na base da vertente NE dos montes de S. Gonçalo e de Penoques.
O acesso pode fazer-se a partir de Carapeços.

B. Trata-se dum pequeno povoado de baixa altitude, do tipo do Lago, apenas com uma linha de muralhas, que circunda a única plataforma existente.
Alguns anos atrás foi posta a descoberto uma casa circular actualmente coberta por vegetação. À superfície recolhem-se alguns fragmentos de cerâmica indígena de fabrico micáceo.

VILLAS-BOAS s/d., 43

CHAVÃO (030222)

33. Monte da Saia; Ciade da Citânia; Monte de Fralães

POVOADO FORTIFICADO ROMANIZADO

Latitude: 41° 27' 15"N; Longitude: 8° 35' 11"W (Gr.)
Altitude: 303m (F.83 - 1:25.000)

A. O Monte da Saia situa-se no limite da bacia do Cávado, com a bacia do rio Este. Na sua vertente NE nasce o rio Covo, que corre para o Cávado; a Este, Sul e Oeste correm vários subafluentes do rio Este. O monte corresponde a uma elevação de altitude média, que ocupa uma posição de destaque no relevo da região. O acesso pode fazer-se a partir de Chorente, ou Chavão, por caminho carreteiro.

B. O povoado nunca foi objecto de escavações sistemáticas sendo conhecido, sobretudo, a partir de achados ocorridos, ou no seu interior, ou nas suas imediações.
Possui pelo menos 3 linhas de muralhas e na sua superfície recolhem-se abundantes fragmentos de cerâmica micácea, de fabrico indígena e de cerâmica romana.
Aí foi descoberto um monumento com forno, do mesmo género do existente em Briteiros e em Santa Maria de Galegos, este último, também, no concelho de Barcelos. J. Leite de Vasconcelos publica 2 estelas aparecidas no sítio do Forno dos Mouros, numa das encostas do monte.

Possuem um nicho, com figuras togadas. As peças deveriam estar relacionadas com o monumento com forno.
Encontram-se no Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa.

TORRES 1876; 1877; VASCONCELOS 1903, 376,379; 1913, 510-512; FONSECA 1948, 121; GARCIA e BELLIDO 1968, 33-34; KALB 1980b, nº 17.

CHORENTE (030223)

V. 33. Monte da Saia

FARIA (030231)

34. Igreja de Faria

NECRÓPOLE ROMANA?

Latitude: 41° 28' 47"N; Longitude: 8° 40' 11"W (Gr.)
Altitude: 50m (F.83 - 1:25.000)

A. Os achados ocorreram nas imediações da igreja de Faria. O sítio corresponde a uma zona baixa, suavemente ondulada e bem irrigada.

B. A Norte da actual igreja apareceram sepulturas romanas e tijolos. As estruturas apresentavam-se bem conservadas, mas foram totalmente destruídas. No lugar da Igreja, a Sul foram encontrados tijolos com rebordo e na proximidade do sítio da antiga igreja apareceram vasos, pratos, bilhas e ainda outros objectos, que não são descritos.
A enumeração destes achados, feita por Teotónio da Fonseca sugere-nos a existência, no sítio da actual vila de Faria, de uma necrópole romana.

FONSECA 1948, 160

FEITOS (030232)

35. Monte de S. Gonçalo

POVOADO FORTIFICADO

Latitude: 41° 35' 8"N; Longitude: 8° 40' 19"W (Gr.)
Altitude: 492m (F.55 - 1:25.000)

A. O Monte de S. Gonçalo corresponde ao ponto mais alto de uma crista montanhosa que se desenvolve no sentido Norte/Sul, entre o vale do Neiva e o Cávado.
O acesso pode fazer-se a partir de qualquer das sedes de freguesia que ladeiam o monte, por caminho carreteiro.

B. A densa cobertura vegetal que envolve o monte dificulta a observação de estruturas. São, no entanto, observáveis vestígios de taludes, que devem corresponder a linhas defensivas. À superfície, encontram-se pedras dispersas resultantes de derrubes.

36. Monte de S. Mamede; Penedo do Ladrão; Guarita

POVOADO FORTIFICADO

Latitude: 41° 33' 45'N; Longitude: 8° 40' 51"W (Gr.)
Altitude: 409m (F.55 - 1:25.000)

A. O povoado assenta no alto do monte conhecido por Penedo do Ladrão, que corresponde ao extremo SO de uma crista montanhosa, mais ou menos paralela ao rio Cávado.
O monte encontra-se rodeado por diversos cursos de água que correm para o Cávado.
O acesso faz-se a partir de Feitos, ou de Vilar do Monte.

B. Na parte mais alta do monte são visíveis abundantes afloramentos graníticos, aproveitados na construção das muralhas do povoado. Este encontra-se bastante destruído, pela plantação de eucaliptos sendo visível abundante material de construção disperso pela superfície.

FORNELOS (030234)

37. Agra da Vila; Boavista

HABITAT / NECRÓPOLE ROMANA?

Latitude: 41° 30' 4"N; Longitude: 8° 40' 28"W (Gr.)
Altitude 50m (F.69 - 1:25.000)

A. Os achados ocorreram nos sítios designados por Agra da Vila e por Boavista. O local corresponde a uma zona bastante aplanada do terraço fluvial do Cávado, com altitudes médias situadas entre os 50 e 55m.

B. Nos sítios referidos apareceram tijolos, telhas e restos de construções antigas. Tendo em atenção a natureza do local, podemos admitir que aí tenha existido um habitat romano, ou uma necrópole.

FONSECA 1948, 167

FRAGOSO (030235)

V. 35. Monte de S. Gonçalo

GILMONDE (030237)

38. Castro de Faria; Monte de Faria

POVOADO DA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE/POVOADO FORTIFICADO ROMANIZADO

Latitude: 41° 29' 47"N; Longitude: 8° 38' 45"W (Gr.)
Altitude: 298m (F.69 - 1:25.000)

A. O castro de Faria localiza-se na encosta NO do Monte da Franqueira, importante maciço montanhoso, que se desenvolve no sentido Sul/Norte, perpendicular ao Cávado.
O acesso faz-se por estrada, que atravessa o monte.

B. A parte mais alta do povoado foi em boa parte destruída pela construção de um castelo medieval. Actualmente é possível observar restos de 3 linhas de muralhas e vestígios de 2 fossos, que asseguravam a defesa do povoado. A maioria dos vestígios visíveis concentram-se na vertente Este do monte. Na vertente Oeste, reconhecem-se também alguns muros de habitações e ruas.

O povoado foi objecto de várias escavações realizadas já neste século. As primeiras explorações datam de 1929 e ainda dos anos entre 1936 e 1940. Nessa altura foi posta a descoberto uma área razoável da vertente Este. Essas intervenções foram sumariamente noticiadas no Boletim do Grupo Alcaides de Faria, onde foi apresentado algum do espólio então recolhido.

Em 1981 foram reiniciadas as escavações, integradas num projecto de estudo e valorização das ruínas do povoado.

Os trabalhos aí realizados, entre 1981-1985, de cujos resultados se aguarda a publicação, permitiram constatar vários momentos de ocupação do sítio: a mais antiga está caracterizada pelo aparecimento de cerâmicas "tipo Penha", atribuíveis ao Calcolítico, ou ao Bronze Inicial; regista-se depois uma ocupação do Bronze Final, com a qual se relacionam as cerâmicas carenadas e grosseiras aparecidas, ao que parece, na parte mais alta do monte.

O povoado parece ter tido, a partir de então, uma ocupação ininterrupta, até à época romana.

VALERO APARISI s/d, 11-14; MALUQUER DE MOTES 1948, 33-38; SANTA OLLALA 1948, 21-28; COSTA *et alii* 1980, 23-28; ALMEIDA 1982, 79-88; 1985, 51

MARTIM (030247)

39. Igreja de Martim

VILLA ROMANA

Latitude: 41° 31' 52"N; Longitude: 8° 31' 54"W (Gr.)
Altitude: 100m (F.69 - 1:25.000)

A. Os achados apareceram no lado direito da estrada Braga-Barcelos, no lugar de Martim, junto à igreja paroquial. O local é plano e encontra-se actualmente urbanizado.

B. Em 1970 apareceram vários vestígios arquitectónicos pertencentes a um edifício romano: uma base de coluna e o seu suporte e um fragmento de um capitel jónico.
Na área envolvente da igreja estão referenciados restos de alicerces, pedaços de *opus signinum*, fragmentos de tijolos e telhas. Nos próprios cortes da estrada, apareceram pedras trabalhadas e pedaços de fustes de colunas, que foram incorporados em muros e portais.
C. Alberto F. de Almeida realizou 3 sondagens num terreno situado no lado Sul da estrada, onde tinham aparecido a base de coluna e o capitel. Aí identificou uma sucessão de 3 camadas, a mais antiga das quais correspondia a um nível de incêndio e demolição. Esta camada forneceu tégulas, tijolos e material de derrube, associados a ânforas, provavelmente tardias e a cerâmicas que foram atribuídas já à Idade Média.
Em 2 das sondagens, foram identificadas 2 paredes pertencentes a um grande edifício. Nos seus alicerces existiam pedras almofadadas, reaproveitadas de uma outra estrutura mais antiga, que deve ter existido no local.
O edifício foi atribuído à Idade Média. No entanto, o reaproveitamento de materiais arquitectónicos romanos permite admitir a existência de um *palatium* romano.

ALMEIDA 1972,319-326.

MOURE (030252)

40. Moure

TESOURO MONETÁRIO

(F.69 - 1:25.000)

A. Não é conhecido o local exacto de proveniência do achado, referido

apenas como aparecido em Moure.

B. O tesouro foi encontrado em 1886, durante uma lavra. As moedas estavam contidas num vaso e supõe-se serem do imperador Nero. O tesouro dispersou-se e nunca foi estudado.

FONSECA 1948,278

OLIVEIRA (030254)

41. Citânia de Roriz; Monte do Facho; Cidade de Çanhoeane

POVOADO FORTIFICADO ROMANIZADO

Latitude: 41° 34' 39''N; Longitude: 8° 33' 32''W (Gr.)
Altitude: 324m (F.55 - 1:25.000)

A. O povoado situa-se na Serra da Oliveira, que das imediações de S.Martinho de Galegos, se estende para Norte, até S.Martinho de Escariz. O povoado proto-histórico assenta na eminência mais elevada, designada Alto do Facho.
O acesso pode fazer-se a partir de Oliveira.

B. O castro possui, pelo menos, 3 linhas de muralhas, sendo possível que exista ainda uma outra, na vertente Oeste, de pendor mais suave.
A parte mais alta do monte sofreu várias perturbações que puseram a descoberto vestígios de ruas, de casas circulares e rectangulares e cerâmica característica dos primeiros tempos da romanização.
A cerâmica recolhida na superfície do povoado, bem como aquela que apareceu na limpeza de um corte do caminho que conduz ao alto do monte e que cortou as 3 muralhas, permite admitir que o sítio sofreu uma ocupação ininterrupta desde o Bronze Final, até ao Baixo Império.
Ao Bronze Final pertencerão os fragmentos de cerâmica carenada, identificados numa pequena sondagem realizada, em 1978, junto à 2ª linha de muralhas. Os materiais provêm de uma camada de aterro, anterior à fortificação e aparecem misturados com cerâmicas indígenas de fabrico micáceo, já tardias, dentro da Idade do Ferro (ALMEIDA e SOEIRO

1980,34). No Bronze Final pode ainda ser integrada uma pequena machadinha em bronze, encontrada em meados deste século (VILLAS BOAS 1947; KALB 1980b,27).
A romanização do povoado está testemunhada por fragmentos de sigillata hispânica, de ânforas e ainda de cerâmica comum romana, resultantes da referida sondagem (ALMEIDA e SOEIRO 1980,33-34). A descoberta de 2 pequenos bronzes de Constantino, sugere que o povoado deveria estar ocupado ainda no séc.IV.
Em 1974 foi encontrada uma cabeça de guerreiro, em granito (ALMEIDA 1983,81-90).

QUINTIÃES (030262)

V. 35. Monte de S.Gonçalo

RORIZ (030264)

V. 41. Citânia de Roriz

RIO COVO - SANTA EULÁLIA (030266)

42. Senhora de Águas Santas

TERMAS ROMANAS?

(F.69 - 1:25.000)

A. Os achados ocorreram no sítio de Senhora de Águas Santas, em Santa Eulália de Rio Covo. O local corresponde a uma zona baixa do terraço do rio Covo, com cotas da ordem dos 100m de altitude.

B. Neste sítio foi encontrada uma coluna romana, de mármore de Vimioso e sigillata clara D, de formas 97 e 104A de Hayes, datável dos princípios, ou meados do séc. VI. Carlos Alberto F. de Almeida, que estudou os

materiais, considera que existiu em Senhora de Águas Santas uma estação termal romana, que se terá mantido em funcionamento durante a Idade Média.

ALMEIDA 1972c, 126

GALEGOS - SANTA MARIA (030268)

43. Santa Maria de Galegos

MONUMENTO COM FORNO

Latitude: 41° 33' 55''N; Longitude: 8° 34' 11'' W (Gr.)
Altitude: 130/140m (F.55 - 1:25.000)

A. O monumento localiza-se na bouça da Penha Longa, situada a Norte da igreja de Santa Maria de Galegos. O local corresponde à base da vertente SO do Monte do Facho, onde se encontra a Citânia de Roriz.

B. O monumento foi descoberto em 1978 e encontrava-se bastante bem conservado. É composto por 3 partes: forno, câmara e antecâmara. Existem ainda vestígios de um átrio.
Nas imediações do edifício recolhem-se fragmentos de tégulas, ímbrices e mesmo de sigillatas.
O monumento foi escavado por Armando Coelho da Silva, aguardando-se a publicação dos resultados.
Pode ser datado dos primeiros tempos da romanização.

SILVA 1986, 56-58, Est.XXXV-XXXVI

VILA FRESCAINHA - S.MARTINHO (030273)

44. Vila Frescainha

HABITAT/NECRÓPOLE ROMANA?

(F.69 - 1:25.000)

A. Os achados ocorreram nas imediações do lugar de S.Martinho, em Vila Frescainha. O local corresponde a uma zona de vale aberto, bem irrigado, com cotas entre os 50 e os 100m de altitude. Perto corre o ribeiro de Vila, que vai desaguar ao Cávado.

B. Em S.Martinho foram encontradas tégulas romanas. Uma delas encontra-se no Museu Pio XII, em Braga (Nº655).
As características do achado, sobre o qual possuímos vagas referências, não permitem determinar se o sítio corresponderia a um habitat, ou a uma necrópole.

ALVITO - S.PEDRO (030274)

45. Alvito

VILLA ROMANA?

Latitude: 41° 35' 50''N; Longitude: 8° 35' 10''W (Gr.)
Altitude: 99m (F.55 - 1:25.000)

A. Os achados ocorreram nos terrenos adjacentes à igreja. O local corresponde a uma zona de declive suave, bem irrigada.

B. Nos terrenos que envolvem a igreja apareceram vestígios de estruturas, tijolos e cerâmica.
No Museu Arqueológico de Barcelos existe uma coluna e um capitel romanos, provenientes desta freguesia. As informações sobre estes achados são demasiado vagas para permitirem a caracterização correcta do sítio. No entanto, a presença de elementos arquitectónicos sugere a existência de um habitat romano de certa importância.

FONSECA 1948, 103-104

SEQUEADE (030278)

46. Sequeade

POVOADO FORTIFICADO

Latitude: 41° 30' 10''N; Longitude: 8° 32' 10''W (Gr.)
Altitude: 200m (F.69 - 1:25.000)

A. O povoado ocupa um pequeno cabeço, situado na vertente Sul da Serra de Airó, virada ao vale do rio Covo.
O acesso pode fazer-se a partir da povoação de Sequeade.

B. A densa cobertura vegetal que envolve o monte torna praticamente impossível reconhecer estruturas, ou recolher material na superfície do povoado. No entanto, as características topográficas do sítio e o topónimo "castro" permitem admitir a existência de um povoado proto-histórico.

SOEIRO 1982, 63.

SILVEIROS (030280)

V. 33. *Monte da Saia*

47. Ermida da Nossa Senhora do Livramento

HABITAT ROMANO

Latitude: 41° 28' 14''N; Longitude: 8° 34' 30''W (Gr.)
Altitude: 80-90m (F.69 - 1:25.000)

A. Os achados apareceram junto à ermida da Senhora do Livramento. Trata-se de um sítio aplanado, com cotas médias entre os 70 e os 100m, situado entre subafluentes da Ribeira da Lagoa, que vai desaguar no Cávado.

B. No local, apareceram alicerces de estruturas, pedras afeiçoadas, muitos tijolos e telhas quebradas.

A referência aos achados é sumária e pouco precisa, sendo impossível saber se se trataria de um habitat, ou mesmo de uma necrópole.

AZEVEDO 1902, 240

48. Silveiros

NECRÓPOLE ROMANA

(F.69 - 1:25.000)

A. Ignora-se qual o local exacto de proveniência dos materiais, referidos como encontrados em Silveiros, em 1952.
B. No Museu Pio XII, em Braga, encontram-se recolhidas várias tégulas inteiras e fragmentos de outras. Aí existe também uma sepultura romana, constituída por uma caixa triangular, feita com tégulas (nº42), reconstituída, tal como foi descoberta no terreno. Os restantes achados têm os seguintes números de inventário: 43,44,48,48a e 60.

UCHA (030282)

49. Monte do Castro

POVOADO FORTIFICADO

Latitude: 41° 34' 23'' N; Longitude: 8° 31' 11''W (Gr.)
Altitude: 50m (F.55 - 1:25.000)

A. O monte do Castro ou Crasto, assentava num pequeno outeiro, de baixa altitude, localizado ao lado direito da estrada Prado-Barcelos. O sítio possui pendor suave, correspondente a um antigo nível de terraço fluvial do Cávado.

B. O povoado foi destruído pela construção de uma fábrica. Dele subsiste apenas o topónimo. No entanto, nas imediações da fábrica recolhem-se alguns fragmentos de tijoleira romana.
Tendo em conta as características do sítio é possível considerar que o

povoado deveria ser do mesmo género do povoado do Lago, Amares.

FONSECA 1948, 39

50. S.Romão da Ucha

HABITAT/NECRÓPOLE ROMANA?

(F.55 - 1:25.000)

A. Desconhece-se a procedência exacta dos achados, sabendo-se apenas que ocorreram na freguesia de S.Romão da Ucha.

B. A única informação que possuímos refere apenas o aparecimento, em "escavações", de restos de louça, tijolos e telhas romanas.

FONSECA 1948, 397

VÁRZEA (030283)

51. S.Bento da Várzea

VILLA ROMANA(?)

Latitude: 41° 30' 45''N; Longitude: 8° 34' 43''W (Gr.)
Altitude: 40m (F.69 - 1:25.000)

A. O sítio de S.Bento da Várzea localiza-se numa zona bastante baixa do terraço do rio Covo, perto do local onde a Ribeira das Carvalheiras se junta àquele rio.

B. Dados como procedentes da igreja de S. Bento da Várzea, encontram-se recolhidos no Museu Pio XII, em Braga, alguns materiais classificados como romanos. São eles: 1 colunelo (nº382); 2 caleiros em barro (nºs.579 e 580) e uma base de coluna (nº429). Para além destes elementos existem ainda naquele museu várias peças, classificadas como pré-românicas e outras como românicas, que fariam parte de uma primitiva igreja,

eventualmente remodelada no sec. XVIII.
No entanto, a presença eventual de elementos romanos, que necessitam todavia de ser melhor estudados, faz supor ter existido, no sítio, um habitat romano, provavelmente uma *villa*, a qual poderia ter dado origem a um templo cristão.

VILAR DO MONTE (030289)

V. 36. *Penedo do Ladrão*

VILA COVA (030287)

52. Vila Cova; Lugar do Paço

VILLA ROMANA

Latitude: 41° 33' 5''N; Longitude: 8° 42' 56''W (Gr.)
Altitude: 70/80m (F.68 - 1:25.000)

A. A *villa* romana localiza-se no lugar de Vila Cova. Os achados concentram-se na parte NO da sede de freguesia, no sítio conhecido por Lugar do Paço, nos dois lados da estrada que liga a povoação a Curvos.
O local corresponde a uma zona baixa, de suave declive, com cotas entre os 50 e os 100m de altitude, que se abre ao vale do Ribeiro dos Rodilhões, afluente do Cávado.

B. Desde longa data que são referenciados em Vila Cova vários achados pertencentes a uma *villa* romana. Teotónio da Fonseca refere alguns elementos arquitectónicos procedentes da freguesia, que foram recolhidos no Museu Municipal de Barcelos (FONSECA 1948,II, 413-414).
Nos quintais das casas situadas no Lugar de Paço encontram-se numerosos fragmentos de fustes de colunas, alguns deles reaproveitados na construção de muros recentes, quer de suporte, quer de divisão de propriedade. Nestes é igualmente frequente observar fragmentos de telha e de tijoleira romanas e mesmo algumas mós.
Nos terrenos, quando lavrados, recolhem-se abundantes fragmentos de

cerâmica romana, sobretudo de tijoleira e de tégula.
Em 1984, foram encontrados, no Lugar de Paço, duas sepulturas rectangulares, feitas com caixa de tégulas, noticiadas no jornal local ("A Guarita", nº.27, Dez.1984).
Perto do sítio onde apareceram as sepulturas foram referenciados, já em 1985, vestígios de um edifício romano, num desaterro para a construção de uma casa. Surgiram então: pedras aparelhadas e almofadadas; um fragmento de um fuste de coluna; restos de um muro construído com bons silhares, bem como tijoleira de pavimento.
Numa curta sondagem, realizada por C.Alberto Brochado de Almeida, foram encontrados fragmentos de cerâmica micácea, de cerâmica bracarense, de sigillatas gálicas e hispânicas, bem como de cerâmica comum romana.
O conjunto dos materiais referenciados no sítio de Vila Cova permite afirmar que aí existiu uma *villa* romana, cuja ocupação pode bem ter-se iniciado entre princípios ou meados do séc. I, a avaliar pela presença de louça indígena de fabrico micáceo, no local. Ligada à *villa* existiria ainda uma necrópole.
Alguns dos materiais procedentes de Vila Cova, encontram-se no Museu de Olaria de Barcelos.

BRAGA

ADAÚFE (030301)

53. Cabeço da Ribeira

POVOADO FORTIFICADO

Latitude: 41° 36' 6''N; Longitude: 8° 24' 16''W (Gr.)
Altitude: 73m (F.56 - 1:25.000)

A. O cabeço da Ribeira corresponde a uma pequena elevação, sobranceira ao Cávado, situada perto da Ribeira da Presa.
O acesso é feito por caminho carreteiro a partir do lugar de Ribeira.

B. O povoado possui uma única plataforma, situada no cume do monte. Nos seus limites adivinham-se os vestígios de um talude, que deve

corresponder a uma fortificação, actualmente escondida sob a espessa manta morta que cobre todo o cabeço. Na superfície, encontram-se alguns raros fragmentos de tégula. O sítio possui características semelhantes ao povoado do Lago, em Amares.

Inédito

54. Adaúfe

HABITAT ROMANO

(F.56 - 1:25.000)

A. Os achados procedem dos campos situados junto à sede de freguesia. O sítio corresponde a uma zona de suave declive, bem irrigada.

B. Na superfície dos campos, quando lavrados, recolhem-se abundantes fragmentos de cerâmica romana, especialmente de tijoleira e tégulas. Desta freguesia são conhecidos dois monumentos epigráficos.

Lápide A: Ara funerária, em granito. Foi descoberta encravada numa parede da capela de Santo André e foi dada a conhecer por José FORTES (1908, 479). Está mutilada e incompleta.
Dimensões: 58X38,5X28; campo epigráfico: 46X45; letras: 6, 8,5, 9,5

[...]AVLO / [...]R / [...]SSO / [...]H.E.

Encontra-se no Museu Soares dos Reis (nº18 do Catálogo-Guia da Secção Lapidar).

Lápide B: Ara votiva, em granito. Desconhece-se a sua procedência exacta bem como o seu paradeiro actual. Foi publicada pela primeira vez por J.Leite de VASCONCELOS (1905, 334-335).
Dimensões: 67X27X21; letras: 4,5 a 6

LARISEFI/O COM/ES PRO SA/LVTE SVA ET SVORVM

Comes, pela sua saúde e dos seus, dedicou (este monumento) a Larisefius (Lariseffo, Lari Sefio ou Lari Seffo).

A leitura desta ara é duvidosa não existindo unanimidade sobre o nome da divindade representada. Uns lêem Larisefio (TOVAR et *alii* 1956,183; ILER,861). Outros, pensam que o nome deverá decompor-se em duas palavras independentes, considerando, todavia, que se trata de uma divindade com as mesmas características dos Lares, seguida de um epíteto local (BLÁZQUEZ MARTINEZ 1962,133; ENCARNAÇÃO 1972,103-104; TRANOY 1981a,303).

BRAGA - CIVIDADE (030307)

55. Alto da Cividade

POVOADO DA IDADE DO BRONZE; POVOADO FORTIFICADO?

Latitude: 41° 32' 42"N; Longitude: 8° 25' 39"W (Gr.)
Altitude: 183m (F.70 - 1:25.000)

A. O Alto da Cividade corresponde ao ponto mais alto da cidade de Braga, descendo em suave declive sobre o vale do rio Este, ao qual se encontra virado. O sítio era ainda, em 1976, uma zona periférica da cidade, ocupada por quintas e quintais. Actualmente encontra-se urbanizada, com excepção dos terrenos integrados na Zona Arqueológica de Braga.

B. Nas escavações realizadas na área urbana de Braga: Cividade ou colina de Maximinos; Zona das Carvalheiras; terreno do Cardoso da Saudade e Seminário de Santiago, têm sido exumados fragmentos de cerâmica micácea, de fabrico indígena, feita a torno, semelhante à que se encontra nos castros da região.
Até ao momento não foram identificadas quaisquer estruturas atribuíveis a um possível povoado fortificado.
A avaliar pelas características das cerâmicas indígenas que têm sido encontradas nas áreas já referidas, é possível admitir a sua datação entre finais do séc. I a.C. e a 1ª metade do séc. I da nossa era.
Durante as escavações realizadas, em 1977 e 1978, na zona Norte do tabuleiro da colina de Maximinos, foram detectadas várias fossas abertas no saibro. A escavação de algumas dessas estruturas permitiu exumar cerâmicas proto-históricas que se inserem, de um modo geral, no mundo do Bronze Final da região do NW português.

DUME (030310)

56. Dume

VILLA ROMANA

Latitude: 41° 34'N; Longitude: 8° 26'W (Gr.)
Altitude: 90m (F.56 - 1:25.000)

A. A avaliar pela concentração de achados nas imediações da igreja de S. Martinho de Dume, é de supor que ela tenha assentado sobre uma *villa* romana.
O local encontra-se hoje muito alterado pela urbanização. Corresponde a uma zona de suave declive, com cotas médias entre os 50 e os 100m. O sítio é abrigado e bem servido de água, oferecendo boas condições para exploração agrícola.

B. Nas imediações da igreja e do cemitério paroquial foram encontrados numerosos achados arquitectónicos romanos: capitéis, bases e fustes de colunas.
Muitos destes elementos encontram-se actualmente recolhidos nas quintas das imediações da igreja. Provenientes de Dume conhecem-se ainda: um capitel coríntio, de mármore, datado do séc. III e um ex-voto, representando um togado. Estas peças constaram da Exposição Evocativa de Bracara Augusta, sendo referidas no respectivo Roteiro com os nºs 52 e 53. Ambos objectos são propriedade particular.
Pinho Leal refere ainda vários achados aparecidos, em 1862, numa quinta perto de Dume: sepulturas, colunas, moedas e ainda lápides com inscrições. Diz ainda que na reedificação da igreja de S. Martinho de Dume, foram encontrados restos de um sumptuoso edifício, 4 inscrições e um túmulo de mármore (DIAS 1903,133).
No Museu Pio XII, em Braga, existem também dois capitéis em granito, provenientes das imediações da igreja de Dume, inventariados com os nºs 169 e 313 e ainda uma base de coluna, também em granito (nº 305).
Nos férteis terrenos agrícolas da freguesia, intensamente trabalhados, descobrem-se abundantes restos de cerâmica romana, sobretudo tégulas e ímbrices. Estes achados fazem admitir a existência, em Dume, de uma *villa* romana, cuja propriedade deveria ter uma certa extensão e que

compreenderia, provavelmente, os terrenos que envolvem a actual igreja. Em Dume foram encontrados vários monumentos epigráficos:

Lápide A. Ara funerária em granito. Foi descoberta no átrio da igreja de S. Martinho de Dume. Desconhecem-se as suas dimensões.

APIL[VS] / ARQV[I F(ilius)?] / MUN[.?.] / PEN D[.?.]Ↄ (centuriae) A[G]RIP[IAE...] / H(ic) S(itus) EST

Aqui jaz Apilo, filho de Arquio, [...], da centúria Agripa.

Ignora-se o seu paradeiro actual. Foi lida por HÜBNER (CIL,II,2433) e é referida por Pereira Menaut e Santos Yanguas (1980, quadro 1;PEREIRA MENAUT 1982,256).

Lápide B. Ara funerária em granito. Foi encontrada num recinto em S. Martinho de Dume. Desconhecem-se as suas dimensões exactas bem como o seu paradeiro. Segundo Argote (1732) a pedra tinha 5 palmos de alto por 2 de largo.

LVCRET[IVS] / L(ucii) F(ilius) QVIR(ina tribu) / [S]ATVRNI/NVS ET.Q[?] /EX[?]

Lucrécio Saturnino, filho de Lúcio, da tribo Quirina, e Q.?Ex.?...

A parte final da inscrição (ET.Q EX) é duvidosa (CIL,II,2444) e baseia-se numa leitura de Argote. Segundo A. TRANOY (1981a,202) a epígrafe poderá ser datada do século I.

Lápide C. Ara funerária, em granito. Foi encontrada no sítio onde esteve o antigo convento de Dume, que se supõe ter existido no local da actual igreja de S. Martinho de Dume.
Desconhecem-se as suas dimensões, bem como o seu paradeiro (CIL,II,2427=ILER,5521)

D(iis) M(anibus) S(acrum) / PRO[...?] NIGRI/NAE AN(norum) L (quinquaginta) / FLAMINICA[E] / PROVINCIAE / H[I]SP(aniae) CITERI/OR[I]S B(ene?) M(erenti?) / H(eredes?) P(osverunt?)

Consagrado aos deuses Manes. A Pro(?)Nigrina, de 50 anos, flamínia da Província da Hispânia Citerior, digna de merecimento - os herdeiros colocaram.

A. TRANOY (1981a,330) faz uma breve referência à inscrição e data-a do séc. II.

Lápide D. Fragmento de ara funerária. Foi encontrada em 1732 na freguesia de S. Martinho de Dume. Ignoram-se as suas dimensões.

[...] [AN]N(orum) XV (quindecim) / H(ic) S(itus) ES(t)

Aqui jaz... de 15 anos.

O monumento encontra-se perdido. Foi lido por ARGOTE (1732,II,643) e por HÜBNER (CIL,II,2456)

Lápide E. Ara votiva, em granito. Os pedreiros que a descobriram incluiram-na na parede da igreja, sendo actualmente impossível ver a inscrição (CIL,II,2414=ILER,102).

IOVI / [D vel R]EPVLSORI / [DV]RMIA / [P]VSINNA / [E]X VOTO [P]OSVIT

Dúrmia Pusina, dedicou, por voto a Júpiter Depulsor, ou Repulsor.

Segundo J. d'Encarnação deverá tratar-se de Júpiter Repulsor, que aparece referido noutras inscrições por ele publicadas (1977,62). A. TRANOY (1981a,316), lê Júpiter Depulsor.

Lápide F. Ara honorífica, em granito. Foi encontrada na freguesia de Dume, desconhecendo-se a sua proveniência exacta
(CIL,II,2426=ILER,1671a)
Dimensões: 43x64x49; letras 7

[CA]MALO MELG/[AECI FILIO B]RACARA/[V]GVSTANO / [S]ACERDOTI [RO]MAE,
[AVG(usti)]CAESA/[RVM]/ CONV[EN]TVS / [BRACARAV]G[VSTANVS]

A Camalo, filho de Melgeco, Bracaraugustano, sacerdote de Roma, de

Augusto (e) dos Césares - o Convento (bracar)augustano.

O monumento pertence ao Museu da Soceidade Martins Sarmento (nº 42). É referido por vários autores:J.L. de VASCONCELOS (1913, 317); A. BELINO (1903,101); R. CORTEZ (1951,145); M. CARDOSO(1972,63; A. TRANOY (1981a, 329-330) considera que a epígrafe refere um dos primeiros sacerdotes do *Conventus*, que deve ter exercido na época dos Flávios.

Lápide G. Ara funerária, em granito. Está depositada na Junta de Freguesia de Dume, mas desconhecem-se as circunstâncias em que foi encontrada.
A peça foi retalhada e reutilizada, como o demonstra uma inscrição tardia gravada na sua base. A parte superior e o lado esquerdo do monumento foram cortados. As letras estão bem gravadas.
Dimensões: 93x39x23; letras: 8,9 e 11

... /[AB vel AP]RONIAE / [Q] VINTAE / [ABR vel APR]ONI REBVRI

... A Abrónia (ou Aprónia) Quinta, filha de Abrónio (ou Aprónio) Reburo

A inscrição foi lida por A. TRANOY e P. LE ROUX (1982,32-33).

57. Lugar de Carquemije

NECRÓPOLE ROMANA(?)

Latitude: 41° 34' 49"N; Longitude: 8° 25' 44"W (Gr.)
Altitude: 100m (F.56 - 1:25.000)

A. A necrópole situa-se num local relativamente plano, actualmente urbanizado. Dista cerca de 1,5km do sítio da igreja da Freguesia.

B. A necrópole foi identificada na sequência de um pequeno salvamento realizado em 1982 por uma equipa da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
Num rasgão do terreno, feito para a abertura de um caminho foram identificados restos de 3 sepulturas. Estas eram formadas por caixas de pedra, implantadas no areão granítico. Não possuíam qualquer espólio.

FERREIROS (030314)

58. Castro de Ferreiros

POVOADO FORTIFICADO

Latitude: 41° 32' 9"N; Longitude: 8° 26' 30"W (Gr.)
Altitude: 155m (F.56 - 1:25.000)

A. O monte em que assentava o castro correspondia a um pequeno cabeço de baixa altitude, definido pela curva de nível dos 150m, sobranceiro ao vale do rio Este.

B. O castro foi totalmente arrasado. É referido por C. Teixeira, que o cartografou num mapa dos castros da região de Braga.
Deveria corresponder a um pequeno povoado semelhante ao povoado do Lago, em Amares.

TEIXEIRA 1955-56,7

FROSSOS (030317)

59. Quinta do Outeiro; quinta do Eiteiro

MARCO MILIÁRIO

(F.56 - 1:25.000)

A. O marco foi encontrado na Quinta do Outeiro, onde foi reutilizado como pedra de lagar.

B. Marco em granito. Está mutilado na parte inferior (ILER, 1818=HAEP,259)
Altura: 60; diâmetro: 60; letras: 10

IMPER[ATO]R NERVA / CAESA[R] [A]VG(ustus) / P(ontifex) M(aximus) TRIB(unicia) POT(estate)

Ao imperador Nerva, César, Augusto, pontífice Máximo, dotado de poder tribunício ....

O marco encontra-se actualmente no claustro da Sé de Braga.
Pertencia à via XIX. Pode ser datado de 97, como o de S. Bartolomeu de Antas (Rubiães, Paredes de Coura), que assinala a milha 36 da mesma via.

ALMEIDA 1979a,72; ARAÚJO 1982,135

GONDIZALVES (030318)

60. Monte das Caldas; Monte de S. Mamede

POVOADO FORTIFICADO ROMANIZADO

Latitude: 41° 32' 13"N; Longitude: 8° 26' 4"W (Gr.)
Altitude: 304m (F.70 - 1:25.000)

A. O castro das Caldas localiza-se perto da cidade de Braga no monte do mesmo nome, outrora também conhecido por Monte de S. Mamede. O cabeço corresponde a uma elevação de altitude média, formando um pequeno esporão. O castro ocupa o extremo Sudeste desse esporão.
O acesso pode fazer-se, por caminho carreteiro, a partir de Gondizalves, ou Sequeira.

B. O povoado está bastante destruído, sobretudo nos lados Oeste e Sudoeste, onde existe uma grande pedreira.
É ainda possível reconhecer vestígios de três linhas de muralhas, definidas por taludes, que delimitam três plataformas.
Na parte mais alta do monte são visíveis restos de estruturas circulares e rectangulares, bastante arruinadas. Na superfície do povoado recolhem-se fragmentos de cerâmica indígena, de fabrico micáceo e de tégulas, que permitem admitir a sua romanização.

BELINO 1909,18-19; CUNHA 1947; TEIXEIRA 1955-56,6; CUNHA 1975,499-500

GUALTAR (030319)

61. Igreja de S. Miguel de Gualtar

HABITAT NECRÓPOLE ROMANA?

Latitude: 41° 34'N; Longitude: 8° 23' 20"W (Gr.)
Altitude: 240m (F.56 - 1:25.000)

A. Os achados ocorreram nos terrenos envolventes da igreja de S. Miguel, em Gualtar. Trata-se de uma zona relativamente plana.

B. Albano Belino refere a descoberta, junto à igreja, de grande quantidade de fragmentos de tijolos e tégulas romanas. O carácter vago das informações não permite definir com clareza o tipo de estação.

BELINO 1909,5

NAVARRA (030327)

62. Lugar da Bouça Alta

HABITAT ROMANO

Latitude: 41° 36' 30"N; Longitude: 8° 22' 25"W (Gr.)
Altitude: 89m (F.56 - 1:25.000)

A. O sítio localiza-se numa zona bastante plana, perto do rio. Trata-se de uma zona de terraço, actualmente submetida a intensos trabalhos de lavoura.

B. Numa extensa área aparecem abundantes fragmentos de tégula, tijolos e outras cerâmicas romanas de fabrico comum.

Inédito.

PALMEIRA (030331)

63. Castro da Sola

POVOADO FORTIFICADO

Latitude: 41° 35' 17"N; Longitude: 8° 24' 28"W (Gr.)
Altitude: 99m (F.56 - 1:25.000)

A. O povoado ocupava um pequeno cabeço que se localiza em pleno vale, numa zona de terraço do rio Cávado, entre a Ribeira de Presa e o Ribeiro do Outeiro.

B. Encontra-se totalmente destruído pela construção de habitações e por caminhos modernos.
Deveria corresponder a um pequeno povoado de baixa altitude, do mesmo género que o povoado do Lago. Actualmente apenas se conserva o topónimo.

64. Palmeira; Outeiro de S. Sebastião

VILLA ROMANA

Altitude: 122m (F.56 - 1:25.000)

A. A *villa* deveria localizar-se entre o outeiro de S. Sebastião e os terrenos do actual campo de aviação de Palmeira. Trata-se de uma zona bastante aplanada e bem irrigada.

B. Um pouco por toda a área acima referida recolhem-se vestígios de cerâmica romana. Os revolvimentos de terras ocorridos quando foi construído o campo de aviação de Palmeira, trouxeram à superfície abundantes fragmentos de cerâmica romana e mesmo peças inteiras. A maioria desses materiais encontra-se na posse de particulares.
No outeiro de S. Sebastião foi descoberto, em 1962, um vaso que continha cerca de 4.000 moedas, aparentemente todas de bronze. O tesouro desapareceu e apenas algumas moedas foram classificadas. Pertenciam aos imperadores: Constantino, Constante, Valentiniano, Teodósio, Honório e Arcádio (SANTOS 1963,45-51).

No Museu Pio XII, em Braga, existem vários achados procedentes de Palmeira. Destacamos uma base de coluna (nº 96A) e 2 capitéis (nºs 139 e 155).
O conjunto dos elementos arqueológicos referentes ao sítio de Palmeira, permite considerar a existência de uma villa romana de certa dimensão.

65. *Santo Estêvão*

HABITAT ROMANO/ARA

(F.56 - 1:25.000)

A. No lugar da Póvoa, em Santo Estêvão, foram encontrados vestígios romanos. O local corresponde a uma zona plana de terraço do rio Cávado.

B. Dada como procedente da capela de Santo Estêvão, existe no Museu Pio XII uma ara em granito, anepígrafa. O monumento possui volutas e frontão, no qual foi aberto um *loculus*.
Dimensões: 108x43x40 (28); campo epigráfico: 58,5x30,5

No mesmo museu existem ainda outros objectos dados como procedentes do mesmo local. Um deles é um fragmento de uma escultura, em granito (nº 63), encontrado juntamente com um bordo de dolium com o nome RVFINIS gravado antes da cozedura (nº64).
Magalhães dos Santos refere ainda a descoberta de cerâmica romana no alto de Santo Estêvão Velho.

SANTOS 1977,15; SANTOS *et alii* 1983,202

66. *Montariol*

ARA VOTIVA

(F.56 - 1:25.000)

A. O monumento é dado como procedente de Montariol, Palmeira. Desconhece-se o local exacto do achado.

B. Ara votiva de granito, partida em duas partes. A fenda afectou a 2ª linha e a parte superior do monumento foi picada. Restam traços das volutas e do *loculus*.
Dimensões: 93x44x35,5(30); campo epigráfico: 42,5x36; letras: 3 a 6.

COPORICI / MATERNI / EX VOTO / MARTI TAR/BVCELI FV(L)/LONES

Os pisoeiros Copóricos Maternos, por um voto feito a Marte Tarbucelis (mandaram fazer este monumento).

O monumento pertence ao Museu Pio XII, de Braga (nº 126).

TRANOY 1981a,304; SANTOS *et alii* 1983,192

PANÓIAS (030332)

67. Quinta de Germil

MARCO MILIÁRIO

(F.56 - 1:25.000)

A. O marco foi encontrado enterrado na Quinta de Germil.

B. Marco miliário, em granito, de grão fino, em bom estado de conservação. Está partido na base. A inscrição está quase completa.
Altura: 118; diâmetro: 55; letras: 9.

TI(berius) CAESAR DIVI AVG(usti) F(ilius) / DIVI IVLI(i) NEPOS AVG(gustus) / PONT(ifex) MAXIMVS / IMP(erator) VIII (octavum) CONSVL V (quintum) / TRIB(unicia) POTEST(ate) XXXIV (trigesima quarta) / BRACARAVG(usta) [II] (duo milia passuum?)

Tibério César Augusto, filho do divino Augusto, neto do divino Júlio, pontífice máximo, saudado imperador oito vezes, cônsul pela quinta vez, no trigésimo quarto poder tribunício. Desde Bracara Augusta são dois mil passos.

Pertence ao Museu da Sociedade Martins Sarmento (nº82). O marco encontrava-se provavelmente deslocado do seu local original. Assinala a milha 2 da via XIX. Pode ser datado do ano 32-33.
Na parte oposta da inscrição está gravada a palavra Tibães, em posição inversa. O marco parece ter servido para delimitar terrenos pertencentes ao mosteiro de Tibães.

BELINO 1896,45-48,53; CARDOSO 1972,78; ALMEIDA 1979,143-149; ARAÚJO 1982,144-146

68. Lugar da Igreja; miliário de Panóias

MARCO MILIÁRIO

(F.56 - 1:25.000)

A. O marco foi identificado por Albano Belino, em 1896, no sítio onde actualmente se encontra, a servir de cruzeiro. Desconhece-se a sua procedência inicial.

B. Marco miliário, em granito, com epígrafe, pertencente à via XIX. Encontra-se invertido, sendo por isso difícil ler a inscrição.
Altura: 245; letras: 8.
Existem duas inscrições, ambas incompletas: a inscrição primitiva seria de Tibério; a reinscrição será do tempo de Valentiniano e Valente.

Inscrição primitiva: Deveria ser semelhante à que se encontra no miliário da Quinta de Germil, que assinala a milha 2 da mesma via. Pode ser datada de 32-33.

[TI(berius) CAESAR DIVI AV]G(usti) / [F(ilius), DIVI IVLI(i) NEPO]S AVG(ustus) / [PONT(ifex) MAXIMV]S IMP(erator) VIII (octavum) CONSVL V (quintum) TRIB(unicia) PO/TEST(ate) XXXIV (trigesima quarta) BRACARAVG(usta) (tria/quattuor?milia passuum)

(Tibério César Augusto, filho do divino Augusto, neto do divino Júlio, Pontífice Máximo), saudado imperador oito vezes, cônsul pela quinta vez, no trigésimo quarto poder tribunício. Desde Bracara Augusta são três/

/quatro? milhas.

Reinscrição: Feita no tempo de Valentiniano e Valente. Datável de 364-367.

D(ominis) N(ostris duobus) VALENTINIANO / ET VALENTI FOR/TISSIMIS PRINCIPI/BVS SEMP(er) AVGVSTIS BACARAVG(usta) III/IIII (tria/quattuor? milia passuum).

Aos nossos dois senhores Valentiniano e Valente fortíssimos príncipes, augustos para sempre. Desde Braga são três/quatro? milhas.

Quer Albano Belino, quer C.Alberto Brochado de Almeida consideram o marco deslocado do sítio onde passaria a via: o primeiro, julga-o originário de Cervães, Vila Verde; o segundo, das imediações de Prado, também em Vila Verde.
Rosa Araújo refere a existência provável de um outro marco, ao fundo do largo do cruzeiro de Panóias, ao lado do portal de uma casa, onde serve de banco. Está enterrado no solo. Tem 60cm de diâmetro e 40cm de altura na parte descoberta. Na zona visível não existe qualquer inscrição.

BELINO 1896, 45-48; ALMEIDA 1979a, 100,101,143; ARAÚJO 1982, 147-148.

REAL (030337)

69. Monte Castro; Castro Máximo

POVOADO FORTIFICADO

Latitude: 41° 33' 35''N; Longitude: 8° 25' 35'' W (Gr.)
Altitude: 198m (F.56 - 1:25.000)

A. O Monte Castro localiza-se na periferia da área urbana de Braga, constituindo um dos pontos mais elevados da cidade. Encontra-se virado ao vale do rio Cávado e domina toda a vasta e fértil planície que se espraia pelas duas margens do rio.
A configuração do monte é actualmente bastante irregular devido à

enorme pedreira aí existente, que destruíu completamente a sua vertente Sul e ainda boa parte das encostas Norte e Oeste. Apenas a vertente Este mantem ainda o seu perfil original, de pendor suave.

B. O Castro Máximo aparece citado pela primeira vez em documentos medievais (COSTA 1965,35), sendo referido também por Contador de Argote (1744,299). Entre os séculos XIX e XX encontramos inúmeras alusões a achados ocorridos no povoado (FREITAS 1890,320; BELINO 1909,5). Carlos Teixeira descreve-o com certa minúcia (1936=1955-56) afirmando a existência de fossos, no lado virado à cidade, admitindo ainda que ele teria 2 linhas de muralhas, embora nessa altura fosse já difícil seguir-lhes o traçado. Alude também ao aparecimento de vestígios de habitações circulares, em pedra e considera, finalmente, com base nos achados cerâmicos e metálicos encontrados, que o povoado não foi romanizado.
Em 1977 e 1978 a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho realizou duas sondagens na estação, a última das quais viria a ser noticiada (CASTRO et *alii* 1980, 37-51).
Mau grado as inúmeras referências ao povoado, e apesar dos múltiplos achados e até das sondagens realizadas, é difícil precisar a cronologia da ocupação deste sítio e vislumbrar a sua organização defensiva, ou mesmo considerar com rigor a época do seu abandono.
O material cerâmico conhecido da estação permite admitir contudo, uma intensa ocupação entre meados do séc.I a.C. e meados do séc.I da nossa era, altura em que provavelmente deverá ter sido abandonado. No entanto, os raros vestígios de louça romana, nomeadamente fragmentos de ânfora e a presença de moedas, levam-nos a admitir a possível coexistência do povoado com a primitiva ocupação romana do sítio da Cividade.

70. S. Frutuoso

TESOURO MONETÁRIO

(F.56 - 1:25.000)

A. O tesouro foi encontrado junto ao convento dos religiosos dos capuchos de S.Frutuoso, no sítio da actual igreja.

Desconhecem-se as circunstâncias do achado.

B. Os numismas eram de cobre, do imperador Constantino Magno (306-337). Albano Belino refere a existência de restos de um pequeno templo, dedicado a Esculápio, numa capela lateral da igreja de S.Frutuoso. No entanto, não existem actualmente quaisquer elementos que permitam aceitar esta informação como verdadeira.

BELINO 1909,5; HIPÓLITO 1960-61, 21.

71. Quinta Grande de Tourido

MARCO MILIÁRIO

(F.70 - 1:25.000)

A. O marco foi descoberto por Carlos Alberto Brochado de Almeida, junto à Quinta de Tourido.

B. Marco miliário, em granito. Encontra-se seccionado. A secção visível não apresenta qualquer epígrafe. Como lhe falta uma parte desconhece-se se possuiria epígrafe.
Altura: 230; diâmetro: 50.
Pertencia à via XIX e segundo C.A. Brochado de Almeida corresponderia à milha I.

ALMEIDA 1979a, 98; ARAÚJO 1982, 143.

SANTA LUCRÉCIA DE ALGERIZ (030339)

72. Castelhão; Castro de Santa Lucrécia de Algeriz

POVOADO FORTIFICADO

Latitude: 41° 35' 28''N; Longitude: 8° 22' 32''W (Gr.)
Altitude: 200m (F.56 - 1:25.000)

A. O monte em que assenta o castro corresponde ao extremo Norte de um

esporão montanhoso, orientado Norte/Sul, conhecido pelos nomes de Monte do Galho e de Monte de Vasconcelos. O povoado encontra-se virado ao vale do Cávado dominando a larga bacia daquele rio.

B. Com excepção do lado Sul, o monte possui vertentes abruptas, que conferem ao povoado boas defesas naturais. Actualmente são visíveis três linhas de muralhas, mais ou menos concêntricas, que definem tabuleiros artificiais. No entanto, a densa vegetação que cobre o monte, não deixa perceber quaisquer vestígios de estruturas habitacionais. Na superfície do povoado recolhem-se alguns fragmentos de cerâmica indígena de fabrico micáceo.

ESTE - S.MAMEDE (030344)

73. Eiras Velhas

POVOADO FORTIFICADO ROMANIZADO

Latitude: 41° 35' 6''N; Longitude: 8° 20' 32''W (Gr.)
Altitude: 493m (F.56 - 1:25.000)

A. A estação ocupa a parte mais elevada do monte de Eiras Velhas, que se desenvolve num extenso esporão, paralelo ao rio Cávado, na vertente Norte da Serra do Carvalho. Possui uma posição topográfica assinalável, dominando o vale daquele rio.
O acesso faz-se a partir da E.N.103, no lugar de Rita, até ao campo de futebol local, por estrada florestal.

B. O povoado possui 4 linhas de muralhas, mais ou menos concêntricas, definidas por taludes. Dispõe-se em tabuleiros artificiais. A zona mais alta corresponde a uma extensa acrópole, onde se assinalam derrubes de estruturas cobertas por vegetação rasteira.
Num rasgão do terreno, provocado pela abertura de uma estrada florestal, recolhem-se fragmentos de cerâmica indígena de fabrico micáceo e de cerâmica romana, nomeadamente de ânforas e de tégulas. Os achados permitem considerar que o povoado foi romanizado, devendo ter tido uma certa importância, dada a sua proximidade em relação à via romana

Braga-Astorga, que passava a meia vertente da Serra do Carvalho.

MOITA 1966, 544; TEIXEIRA *et alii* 1973, 47

MERELIM - S.PAIO (030345)

74. Castro Mau

POVOADO FORTIFICADO

Latitude: 41° 35' 19''N; Longitude: 8° 26' 49''W (Gr.)
Altitude: 50m (F.56 - 1:25.000)

A. O povoado situa-se em pleno vale e assenta numa pequena colina de baixa altitude, que pouco se destaca da superfície suavemente ondulada do terraço do rio Cávado.

B. Encontra-se praticamente destruído pela urbanização recente.
Deveria corresponder a um pequeno castro de baixa altitude, semelhante ao povoado do Lago, em Amares.

MERELIM - S.PEDRO (030347)

75. Igreja de S.Pedro de Merelim

ARA FUNERÁRIA

(F.56 - 1:25.000)

A. O monumento foi encontrado na parede da igreja de S.Pedro de Merelim. Desconhece-se a sua proveniência exacta.

B. Ara funerária, em granito. Desconhece-se o seu paradeiro e as suas dimensões (CIL,II,2450=ILER,5112)

L(ucio) VALERIO / QVIR(ina tribu) / RVFINO VAL(erius) RVFVS FI(lius) / HE(re)S EX T(e)S(ta)M(e)N(to)

A Lúcio Valério Rufino, da tribo Quirina, Valério Rufo, filho, herdeiro, erigiu por testamento.

O monumento poderá ser datado de finais do séc. I, princípios do séc.II (TRANOY 1981a, 202).

POUSADA (030335)

76. Laje

HABITAT ROMANO

Latitude: 41° 36' 30''N; Longitude: 8° 20' 30''W (Gr.)
Altitude: 120-130m (F.56 - 1:25.000)

A. O sítio onde ocorrem os achados corresponde a uma zona de declive suave, bem irrigada, virada ao vale do Cávado, com curvas de nível entre os 100 e os 130 metros.

B. Os achados ocorrem numa extensa área, hoje totalmente destruída pelo cultivo da vinha. Nos terrenos revolvidos encontramos abundantes fragmentos de cerâmica romana engobada, tégulas e ainda fragmentos de cerâmica micácea, semelhantes aos que se encontram nos castros da região.
Junto à casa solarenga, à qual pertencem os terrenos, encontram-se por vezes tégulas inteiras, o que faz supor que aí se localizaria o núcleo habitacional.
A extensão da área em que aparecem os achados faz supor a existência de um habitat romano de certa importância, talvez de uma *villa*.

Inédito.

BRAGA - S.VICTOR (030351)

77. Santa Tecla

HABITAT ROMANO/TESOURO MONETÁRIO

(F.70 - 1:25.000)

A. Os achados ocorreram no sítio de Santa Tecla, lugar localizado na periferia da área urbana de Braga, hoje completamente urbanizado.

B. No local referido foi encontrado um tesouro monetário, do qual se desconhece o paradeiro. Segundo J.Leite de Vasconcelos era composto por denários da República e do Império.
Durante os trabalhos de urbanização do sítio foram identificados fragmentos de cerâmica romana, nomeadamente tégulas e tijolos, que permitem supor a existência, no local, de um habitat romano.

VASCONCELOS 1918, 357.

78. Areal de Baixo

MARCO MILIÁRIO

(F.56 - 1:25.000)

A. Desconhece-se qual o local de procedência exacta do achado.

B. Marco miliário de granito. Está fracturado, sendo apenas visível a parte inicial da inscrição.
Altura: 92; diâmetro: 45; letras: 6 a 11.

D(omino) N(ostro) CONSTANTI NOB(ilissimo) C(a)ES(ari)...

Ao nosso senhor Constante, mui nobre César...

O marco é dedicado ao imperador Constante e poderá ser datado do séc. IV (333-350). Pertenceria à via XVII.

Encontra-se no Museu Soares dos Reis (nº15 do Catálogo-Guia da Secção Lapidar).

79. Largo do Orfeão

MARCO MILIÁRIO

(F.70 - 1:25.000)

A. O marco foi encontrado em Braga, em terrenos situados perto do Largo do Orfeão e actualmente urbanizados.

B. Marco miliário, em granito de grão grosso, fracturado em duas partes. A inscrição está completa e é de boa qualidade, mostrando letras bem desenhadas.
Altura: 247 ; diâmetro: 64 ; letras: 8,5 a 9,7

TI(berius) CA[ESAR] DIVI AV[G(usti)] / F(ilius) DIVI IVLI NEPOS / AVG(ustus) PONT(ifex) MAX(imus) / IMP(erator) VIII (octavum) CONSVL V (quintum) / TR[IB (unicia)] POTEST(ate) XXXIII (trigesima tertia) / BRACARAVG(usta)

Tibério César Augusto, filho do divino Augusto, neto do divino Júlio, pontífice máximo, saudado imperador oito vezes, cônsul pela quinta vez, no trigésimo terceiro poder tribunício. Bracara Augusta.

Marco do imperador Tibério, datável do ano 32. A sua localização permite-nos admitir que pertencesse à via XVII.
É de salientar a ausência de milha na última linha, que parece nunca ter sido gravada.
O marco é propriedade particular.

Inédito.

SEMELHE (030353)

80. Semelhe; Santarão

VILLA ROMANA

Latitude: 41° 33' 13''N; Longitude: 8° 27' 30''W (Gr.)
Altitude: 75m (F.70 - 1:25.000)

A. Os achados ocorreram na Veiga de Sam Darão, hoje Santarão, perto da povoação de Semelhe. O sítio corresponde a uma zona de bons terrenos agrícolas, bem irrigada, actualmente muito alterada pela urbanização.

B. Pinho Leal refere o aparecimento de restos de edifícios romanos, "medalhas" de Tibério e Nero, na quinta de Real Novo, na veiga de Sandarão (DIAS 1903, 278).
Albano Belino identificou, nesse mesmo local, vários vestígios de construções, tijolos romanos, restos de canalizações, uma moeda de prata do imperador Tibério, duas de Antonino, uma de Agripina e ainda outras de cobre (BELINO 1909, 18). Segundo ele, Semelhe seria designada pelos romanos por *villa* Samuella, aparecendo referida nos documentos medievos por Parada de Samuel.
No Museu Pio XII, existem 2 capitéis, em granito (nºs.550 e 551), procedentes desta freguesia.
Albano Belino encontrou, em 1896, junto à capela do Senhor do Lírio, também em Semelhe (BELINO 1896, 5), uma importante ara honorífica de forma cilíndrica, que corresponde ao pedestal de uma estátua (EE,VIII,280=ILER,1028). A peça pertence à Sociedade Martins Sarmento (nº.83) (CARDOSO 1972,66).
Dimensões: 118X90X82; letras: 4 a 5.

IMP(eratori) CAESARI DIVI F(ilio) AVG(usto) / PONT(ifici) MAX(imo) TRIB(unicia) POT(estate) XXI (vigesima prima) / SACRVM BRACARAVGVSTANI / PAVLLI FABI(i) MAXSIMI LEG(ati) PROPR(etoris) NATALI DEDICATA EST

Ao imperador César Augusto, filho do divino César, pontífice máximo, no vigésimo primeiro poder tribunício, os Bracaraugustanos consagraram este monumento, (inaugurado) no dia natalício de Paulo Fábio Máximo, legado propretor.

A inscrição pode ser datada do ano 3 a.C., constituindo, por isso, um dos monumentos mais antigos existentes na região de Braga. (LE ROUX

1980, 155; TRANOY 1981a, 328).
A importância dos achados procedentes da freguesia de Semelhe, sobretudo daqueles que se referem a Santarão, fazem supor a existência no local de uma *villa* romana, com certa importância, se considerarmos também o significado do monumento epigráfico procedente desta freguesia. Tendo em conta a datação das moedas, podemos admitir que esta *villa* foi ocupada desde os inícios do séc.I da nossa era.

81. Monte de Cones

HABITAT ROMANO/MARCO MILIÁRIO

Latitude: 41° 33'N; Longitude: 8° 26'W(Gr.)
Altitude: 149m (F.70 - 1:25.000)

A. O Monte de Cones constitui uma pequena elevação, localizada no extremo Oeste da actual cidade de Braga.

B. Albano Belino afirma ter recolhido nesse monte cerâmica romana, e tégulas (BELINO 1909, 5).
É ele também que afirma proceder do local um marco miliário, com inscrição completa, que assinala a milha I e que deveria pertencer à via XIX (CIL, 4756=ILER 1858). Pode ser datado de 238. Martins Capela (1895, 170) e C.Alberto Brochado de Almeida (1979,143) têm dúvidas quanto à atribuição do marco a esta via.

Altura: 220; letras: 9.

IMP(erator) CAESAR G(aius) IVLIVS / VERVS MAXIMINVS P(ius) F(elix) / AVG(ustus) GERMANIC(us) MAX(imus) DACIC(us) / MAX(imus) SARMATIC(us) MAX(imus) PONT(ifex) / MAX(imus) TRIB(unicia) POTESTATIS [SIC] [I]V (quartum) IMP(erator) VII (septimum) P(ro)P(raetor) C[O]NS(ul) PRO/CO(n)S(ul) ET G(aius) IVLIVS VERVS / MAX(imus) N[O]BILISSIMVS CAESAR / GERMANIC(us) MAX(imus) DADIC(us) / MAX(imus) SARMATIC(us) MAX(imus) PRINCEPS / IVVENTVTIS FILIVS D(omini) N(ostri) IMP(eratoris) G(aii) IVLI(i) VERI MAXIMINI P(ii) F(elicis) AVG(usti) / VIAS ET PONTES TEMPORE / VETVSTATIS CONLAPSOS / RESTITVERVNT / CVRANTE Q(uinto) / DECIO [VALER(iano)] LEG(ato) AVG(usti) PR(o)P(raetore) / A BRAC(ara)

AVG(usta) M(ilia) P(assuum) I(unum).

O imperador César Gaio Júlio Vero Maximino, Pio, Feliz, Augusto, Germânico Máximo, Dácico Máximo, Sarmático Máximo, pontífice máximo, no seu quarto poder tribunício, sete vezes imperador, propretor, cônsul, procônsul e Gaio Júlio Vero Máximo, mui nobre César, Germânico Máximo, Dácico Máximo, Sarmático Máximo, Príncipe da Juventude, filho do nosso senhor imperador Gaio Júlio Vero Maximino, Pio, Feliz, Augusto, restauraram as estradas e as pontes destruídas pelo andar dos tempos, superintendendo na obra Quinto Décio Valeriano, legado de Augusto, propretor. Desde Bracara Augusta são mil passos.

O marco pertence ao Museu de D.Diogo de Sousa.

PÓVOA DE LANHOSO

COVELAS (030906)

72. V. Eiras Velhas (Este - S.Mamede; Braga)

FRIANDE (030911)

82. Lamaçãs

VILLA ROMANA/MEDIEVAL ?

Latitude: 41° 38' 16''N; Longitude: 8° 17' 9''W (Gr.)
Altitude: 140m (F.57 - 1:25.000)

A. Este sítio arqueológico localiza-se numa zona de vertente, virada ao vale do Cávado, com curvas de nível entre os 150 e os 170m. A encosta é bem irrigada por diversos subafluentes da Ribeira de Oriz, que corre para o Cávado. O sítio encontra-se densamente arborizado. O acesso é difícil: faz-se a partir de Verim, pela estrada para S.João de Rei; a partir do lugar de Gesto, até Lamaçãs, segue-se por caminho de pé posto.

B. A densa mata que cobre o sítio dificulta a observação de estruturas. São, no entanto, perceptíveis alguns socalcos, fossos e montículos de pedra que sugerem a existência de estruturas demolidas. Na superfície, apenas é possível recolher alguns raros fragmentos de tijoleira, que parece romana.

Inédito.

GERAZ DO MINHO (030914)

83. Infesta; Burgo; Torre

HABITAT ROMANO

Altitude: 100/200m (F.57 - 1:25.000)

A. Os achados ocorrem numa área bastante vasta, compreendida entre os lugares de Infesta, Burgo e Torre, concentrando-se mais nos dois primeiros. O sítio corresponde a uma plataforma fluvial, de superfície ondulada, com cotas entre os 100 e os 200m, definindo um pequeno vale abrigado, numa reentrância do sopé das serras do Carvalho e de Santo Tirso.
Trata-se de uma zona bem irrigada por diversas nascentes do Ribeiro de Pego e do Ribeiro de Lamas.

B. Nessa zona encontram-se à superfície, sobretudo quando se procede à lavra do terreno, abundantes fragmentos de cerâmica romana e de telhas.
A extensão da área onde ocorrem os achados sugere a existência no local de um habitat romano.

Inédito.

84. Santo Tirso

POVOADO FORTIFICADO ROMANIZADO?

Latitude: 41° 36' N; Longitude: 8° 16' 43''W (Gr.)
Altitude: 461m (F.57 - 1:25.000)

A. O monte de Santo Tirso situa-se nos limites das freguesias de Geraz, Rendufinho e S.João de Rei, correspondendo a um dos pontos mais altos da região.
O acesso faz-se a partir do lugar de Arcas (Rendufinho), até ao cimo de Santo Tirso, por caminho de pé posto.

B. O sítio possui uma situação geo-estratégica importante, dominando o vale do Cávado numa extensão apreciável. No cume do monte existe um recinto plano e extenso. Nos seus limites registam-se vestígios de muralhas desmoronadas, que chegam a atingir cerca de 2m de largura. No centro da plataforma, onde se ergue o marco geodésico, encontram-se vestígios de estruturas semi-cobertas por espessa manta morta.
Na superfície recolhem-se raros fragmentos de telha.

Inédito

MONSUL (030917)

85. Santa Luzia

VILLA ROMANA ?

Altitude: 100m (F.75 - 1:25.000)

A. Os achados ocorrem nos campos do lugar de Souto. O local corresponde a uma zona de terraço fluvial, situada entre os ribeiros de Lamas e do Castro. Os terrenos encontram-se submetidos a intensos trabalhos de lavoura.

B. Numa área relativamente extensa recolhem-se fragmentos de telha. No lugar de Souto, junto à estrada, encontra-se também uma coluna que serve de apoio a um alpendre de habitação rústica.
O achado arquitectónico e a presença de cerâmica romana, permite admitir a existência, no local, de uma possível *villa* romana.

Inédito.

MOURE (030918)

86. Quinta de Arrebalde; Leira das Pedras

HABITAT ROMANO

Latitude: 41° 36' 20''N; Longitude: 8° 19' 45''W (Gr.)
Altitude: 110m (F.56 - 1:25.000)

A. O sítio onde ocorrem os achados corresponde a uma zona de vertente suave, que desce para o vale do Cávado. Perto, corre a Ribeira de Águas Santas.

B. Numa área relativamente extensa, que corresponde aos terrenos de uma quinta, encontram-se abundantes fragmentos de tégulas, tijoleiras, bem como outros fragmentos de cerâmica comum romana.

Inédito.

PÓVOA DE LANHOSO (030919)

87. Monte do Castelo; Monte da Senhora do Pilar; Castro de Lanhoso

POVOADO DA P.HISTÓRIA RECENTE/POVOADO FORTIFICADO ROMANIZADO

Latitude: 41° 35' 9''N; Longitude: 8° 16' 47''W (Gr.)
Altitude: 385m (F.57 - 1:25.000)

A. O Monte do Castelo corresponde a um esporão, de altitude média, do maciço montanhoso conhecido por Laje Grande, que divide as bacias do Cávado e do Ave. O povoado encontra-se virado a um pequeno vale fértil e bem irrigado, no qual confluem as ribeiras da Póvoa, Pereira e Pregal, pertencentes à bacia do Ave. A parte mais alta do monte é constituída por um imponente afloramento rochoso.

B. Os vestígios melhor conservados do povoado concentram-se na vertente Este do monte, virada ao vale do Ave. Ocupam os terrenos contíguos à estrada que dá acesso ao castelo medieval, existente no alto do monte. As estruturas dispoêm-se em pequenos socalcos e foram escavadas por Carlos Teixeira. São sobretudo casas de pedra, de planta circular e algumas de planta rectangular. Nalguns pontos, observam-se ainda restos de pavimentos lageados. Na vertente Este, são ainda visíveis restos de uma fortificação , que deveria rodear a plataforma onde se encontram as estruturas. É totalmente impossível definir quantas muralhas possuiria o povoado.

De facto, este encontra-se bastante alterado pelas construções existentes na vertente, pelas terraplanagens para a construção dos parques e ainda pela densa mata que cobre o cabeço.

São numerosos os achados procedentes do povoado. As cerâmicas mais antigas, indicam uma ocupação do sítio, atribuível ao período Calcolítico, ou ao Bronze Inicial e estão representadas por fragmentos com decoração "tipo Penha", metopada.

Encontramos depois um outro grupo de cerâmicas indígenas de fabrico micáceo que devem estar relacionadas com a ocupação do sítio na Idade do Ferro.

A esta época pertencerão também alguns dos objectos metálicos recolhidos, nomeadamente os dois torques, o capacete de bronze e dois braceletes de ouro, pertencentes ao Museu de D.Diogo de Sousa.

A cerâmica e as moedas romanas indicam, por outro lado, que o povoado foi romanizado.

Apesar das explorações realizadas no povoado e dos inúmeros achados, a maioria dos quais se encontra dispersa, pouco sabemos sobre as suas diferentes fases de ocupação.

CARDOSO 1946, 253; GARCIA e BELLIDO 1946, 356-358; TEIXEIRA 1939;

RENDUFINHO (030921)

88. Sobredelo

HABITAT ROMANO

Latitude: 41° 37' 30''N; Longitude: 8° W(Gr.)
Altitude: 450m (F.57 - 1:25.000)

A. Os achados ocorrem perto do lugar de Sobradelo, na confluência das vertentes do Monte Vermelho, do Monte de Cima e do Monte de Baixo, perto do sítio de Água Levada.
Trata-se de uma zona de terrenos incultos, bem servida de água.
O acesso faz-se pela E.N.595-2, próximo de Água Levada, no começo da descida para Friande.

B. No lugar de Sobradelo aparecem abundantes fragmentos de tégulas. Aí apareceu também um tesouro de moedas romanas desaparecido.

Inédito.

S. JOÃO DE REI (030923)

89. Monte Castro; Castro de S. João de Rei

POVOADO FORTIFICADO ROMANIZADO

Latitude: 41° 37' 5''N; Longitude: 8° 17' 40'' W (Gr.)
Altitude: 202m (F.57 - 1:25.000)

A. O monte onde assenta o castro corresponde a um baixo e comprido esporão que acompanha a Norte uma curva da Ribeira de Castro, que corre para o Cávado. Trata-se de um cabeço virado ao vale do Cávado e situado na vertente das serras de Santo Tirso e de S. Mamede de Penafiel.
O acesso faz-se a partir da igreja paroquial de S. João de Rei.

B. A superfície do monte encontra-se coberta por espessa manta morta que dificulta a observação de estruturas e a recolha de cerâmica.
Deste castro são conhecidos apenas 2 objectos de bronze: uma escultura romana representando um cavalo e uma pequena machadinha. Ambos objectos pertencem ao Museu da Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães.
A machadinha tem sido integrada por vários autores no mundo do Bronze Final Atlântico, o que leva a colocar o início da ocupação do povoado

nessa época, à semelhança do que acontece com outros povoados da mesma região.
Embora não se conheça qualquer objecto atribuível à Idade do Ferro, é legítimo considerar que o sítio terá sido ocupado também durante esse período e posteriormente romanizado.

BELINO 1909, 6; PINTO 1929, 425; CARDOSO 1938, 82-83; CORTEZ 1946, 20; GUIMARÃES 1978, 415; KALB 1980a, 27.

90. S. João de Rei

ARA VOTIVA

(F.57 - 1:25.000)
A. Esta peça foi encontrada na parede de uma propriedade rústica, perto do castro de S.João de Rei.

B. Ara votiva fragmentada. Conserva apenas as 3 primeiras linhas da inscrição.

IOVI / OPTIMO / MAXSIMO / ...

A Júpiter, Óptimo, Máximo ...

Depositada na Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães.

CARDOSO 1938, 82-84

91. Monte Vermelho

HABITAT ROMANO

Latitude: 41° 38'N; Longitude: 8° W (Gr.)
Altitude: 200m (F.57 - 1:25.000)

A. Os achados ocorrem numa área da vertente NO do Monte Vermelho. O sítio foi florestado, sendo de difícil acesso.

B. Na superfície do solo encontram-se abundantes fragmentos de tégulas e ímbrices e pedras afeiçoadas. Não se reconhecem vestígios de estruturas. O sítio está bastante destruído.

BELINO 1909,6

92. Campo de Martim Joane

HABITAT ROMANO

Latitude: 41° 37'N; Longitude: 8° 17' 30''W(Gr.)
Altitude: 150m (F.57 - 1:25.000)

A. Os achados ocorrem numa zona de vertente, perto do lugar de Penedo Mogo. O sítio corresponde a uma zona de vertente suave com curvas de nível entre os 100 e os 200 metros de altitude. A zona é bem irrigada, ficando situada entre as ribeiras de Oriz e do Castro.
O acesso faz-se pelo C.M. 1357, depois da igreja de S. João de Rei.

B. Na zona acima referida recolhem-se fragmentos de cerâmica, de telha e mós.

Inédito.

VERIM (030928)

93. Santa Iria

POVOADO FORTIFICADO
Latitude: 41° 38' 20''N; Longitude: 8° 18' 47''W (Gr.)
Altitude: 110m (F.57 - 1:25.000)

A. O monte de Santa Iria é uma pequena elevação, situada perto do leito do rio Cávado. Desenvolve-se num comprido e estreito esporão, paralelo ao rio.
O monte localiza-se a cerca de 1Km a Norte da igreja de Verim.

B. Apesar da baixa altitude do cabeço as suas vertentes são abruptas. O povoado possui, por isso, boas defesas naturais. Na parte mais alta do monte, circundando um tabuleiro razoavelmente plano, existem vestígios de um talude defensivo. Aparentemente o povoado possuiria apenas uma plataforma, enquadrando-se deste modo no conjunto de povoados "tipo Lago".
Na superfície do cabeço recolhem-se fragmentos de cerâmica indígena de fabrico micáceo.
O sítio encontra-se bastante destruído.

Inédito.

94. Sarola

HABITAT ROMANO/TESOURO MONETÁRIO

Latitude: 41° 37' 30''; Longitude: 8° W (Gr.)
Altitude: 100m (F.57 - 1:25.000)

A. Os achados ocorrem junto à Casa das Arcelas. O local corresponde a uma zona plana, actualmente agriculturada e bem irrigada por subafluentes da Ribeira das Batocas.

B. Junto à Casa das Arcelas encontram-se fragmentos de cerâmica romana. Em 1939 foi descoberto no lugar de Sarola um tesouro monetário, dentro de um pote de barro. Era composto por 115 moedas de Constantino Magno.

HIPÓLITO 1960-61, 18.

TERRAS DE BOURO

BALANÇA (031001)

95. Cantos da Geira; Bico da Geira

MARCOS MILIÁRIOS

(F. 43 - 1:25.000)

A. Os marcos foram encontrados no sítio conhecido por "Cantos da Geira", ou "Bico da Geira", perto do lugar de Barral.

B. Matos Ferreira dá notícia da existência, neste local, de dois marcos miliários e de fragmentos de um outro.
Um dos marcos tinha a inscrição muito delida e media cerca de 140cm. O outro, dedicado ao Imperador Caro, encontrava-se meio enterrado. Media aproximadamente 240cm. Data de 283 e refere a milha 15 da via XVIII.

IMP(eratori) CAES(ari) M(arco) / AVR(elio) CARO [P(io)] / [F(elici)] INVICTO / A [V]G(usto) P(ontifici) M[A]X(imo) T(ribunicia) P(otestate) [II?(secunda)] P(atri) P(atriae) VX (quindecim milia passuum)

Ao Imperador César Marco Aurélio, Caro, Pio, Feliz, Invicto, Augusto, pontífice máximo, no seu segundo poder tribunício. São quinze milhas.

FERREIRA 1982, 21-22

96. Lampaças

MARCOS MILIÁRIOS

(F. 43 - 1:25.000)

A. Martins Capela (1895,60) refere dois marcos no lugar de Lampaças.

B. Um dos marcos é anepígrafo. O outro marca a milha 15 e parece ser do imperador Maximiano (CAPELA 1895,247).
Dataria de 285-305.
Altura: 128; diâmetro: 75: letras: 12

... INVIC[TO] / P(ontifici) M(aximo) T(ribunicia) P(otestate) / A BR(acara) XV (quindecim milia passuum)

... Invicto, pontífice máximo, no seu poder tribunício. Desde Braga são

15 milhas.

97. Teixugos

MARCO MILIÁRIO

(F. 43 - 1:25.000)

A. O marco foi encontrado no lugar de Teixugos, metido na parede de uma bouça.

B. É noticiado por Matos Ferreira (1982,22).
Encontrava-se fragmentado, não sendo visível qualquer inscrição. Pelo local onde se encontrava deveria assinalar a milha 16 da via XVIII.

SOUTO (031014)

98. Santa Cruz

MARCOS MILIÁRIOS

(F.43 - 1:25.000)

A. Os marcos estão actualmente de pé, junto a um caminho de terra batida, aproximadamente 1Km a NE do lugar de Santa Cruz. Foram desenterrados por uma máquina que abriu caminho e encontravam-se provavelmente *in situ*.

B. No sítio referido estão três marcos inteiros e outros três fragmentados. Em quatro deles é possível ler-se a milha 14.

Marco de Tito e Domiciano
Marco inteiro, em granito de grão muito grosso. A inscrição está bem conservada. Data de 80.
Altura: 145; diâmetro: 50; letras: 7,5 a 10

IMP(eratore) TITO CAES(are) DIVI VESPASIAN(i) / F(ilio) VESPASIANO AVG(usto) PONT(ifice) MAX(imo) / TRIB(unicia) POT(estate) VIIII (nona) IMP(eratore) XV (decimum quintum) P(atre) P(atriae) CO(n)S(ule) VIII (octavum) / [ET] CAES(are) DIVI VESPASIANI F(ilio) [DOMITIANO] / CO(n)S(ule) VII (septimum) VIA NOVA FACIA / G(aio) CALPETANO RANTIO QVIRIN [ALE] / VALERIO FESTO LEG(ato) AVG(usti) PROPR(aetore) / A BRACARA M(ilia) P(assuum) XIV (tetradecim)

Sendo Imperador Tito César Vespasiano, filho do divino Vespasiano, Augusto, pontífice máximo, no seu nono poder tribunício, saudado imperador quinze vezes, pai da pátria, oito vezes cônsul, sendo César o filho do divino Vespasiano (Domiciano), sete vezes cônsul, sendo legado de Augusto e propretor Gaio Calpetano Râncio Quirinal Valério Festo, foi feita a via nova. Desde Braga são catorze milhas.

Marco de Caracala?

Fragmento de um marco de granito de grão muito grosseiro. Inscrição muito gasta e incompleta. Dela resta apenas a parte final que nos parece corresponder a um marco de Caracala dada a semelhança com a parte final dos marcos desse imperador, existentes na mesma via. Datável de 214.
Altura: 100; diâmetro 67; letras: 9 a 10.

... /PONTIFICI MAX(imo) / TRIB(unicia) POT(estate) XVII (decima septima) IMP(eratori) III (tertium) / CO(n)S(uli) IIII (quartum) P(atri) P(atriae) PROCO(n)S(ul) / BRACARA M(ilia) P(assuum) XIIII (tetradecim)

... pontífice máximo, no seu décimo sétimo poder tribunício, saudado imperador três vezes, cônsul pela quarta vez, Pai da Pátria, procônsul. Desde Braga são catorze milhas.

Marco de Magnêncio (350-353)

Completo. Granito de grão fino. Letras bem desenhadas. Inscrição gasta e de difícil leitura a partir da 3ª linha.
Altura: 160; diâmetro: 63; letras: 7,5 a 9.

IMP(eratori) CAESARI D(omino) N(ostro) / MAGNENTIO VICTORI TRIVMPHATHORI PER[PETVO] / SEMPER AVGVSTO [INVICTO?] / MAX[IMO]P(ro) P(raetori)/ PROCONS(uli) / IMP(eratori) BIS BONO REI[P(ublicae)] NATO / [BRACARA

M(ilia) P(assuum) XIIII(tetradecim)]?

Ao imperador César, nosso Senhor Magnêncio, vencedor e triunfador perpétuo, Augusto para sempre, invencível(?) máximo, propretor, procônsul, duas vezes imperador, nado para o bem da República. Desde Braga são catorze milhas.

Marco fragmentado

Granito de grão muito grosso. Inscrição muito delida, apenas conservada na parte inferior.

Altura: 115; diâmetro 52; letras: 9 a 10.

... / POTEST [ATE] / CONS(uli) IIII (quartum) P(atri) P(atriae) / A [BR] AC[ARA] M(ilia) P(assuum) XIV (tetradecim)

... poder tribunício, cônsul pela quarta vez, pai da pátria. Desde Braga são catorze milhas.

Marco fragmentado

Granito de grão muito grosso. Inscrição profunda com letras bem marcadas.

Altura: 72; diâmetro: 58; letras: 10 a 11.

... / CO(n)S(uli) III (tertium) P(atri) P(atriae) / BRACARA / M(ilia) P(assuum) XIIII (tetradecim)

... no seu terceiro consulado, pai da pátria. Desde Braga são catorze milhas.

Marco inteiro

Granito de grão muito grosseiro. Superfície muito alterada. Inscrição muito delida.

Altura: 213; diâmetro: 62/63; letras: 10.

Marco fragmentado

Granito de grão médio. Não possui qualquer inscrição.

Altura: 95; diâmetro: 62

VILA VERDE

ATIÃES (031304)

99. S. Sebastião

POVOADO FORTIFICADO

Latitude: 41° 37' 42"N; Longitude: 8° 29' 24"W (Gr.)
Altitude: 100m (F.56 - 1:25.000)

A. O lugar de S. Sebastião corresponde a um pequeno outeiro de baixa altitude, que se destaca bem no largo vale da Ribª de Febros.

B. Trata-se de um pequeno povoado de baixa altitude, do mesmo género do castro do Lago, em Amares. Está organizado em função de uma única plataforma, situada na parte mais alta do monte. Na superfície do cabeço encontram-se alguns fragmentos de cerâmica indígena e romanizada.

Inédito.

BARBUDO (031306)

100. Monte do Castelo; Castro do Barbudo; Monte de Brito

POVOADO FORTIFICADO/ROMANIZADO

Latitude: 41° 39' 5"N; Longitude: 8° 28' 7"W (Gr.)
Altitude: 331m (F.42 - 1:25.000)

A. O castro do Barbudo ocupa o extremo SO, do monte do mesmo nome, que se desenvolve numa larga e comprida plataforma. O sítio onde assenta o

castro corresponde ao ponto mais elevado do monte, conhecido pelo topónimo "Castelo".
O acesso pode ser feito a partir da povoação de Barbudo, por caminho florestal.

B. O povoado possui uma situação topográfica notável: do seu ponto mais alto, domina-se, quer a bacia do Homem, quer boa parte da bacia do Cávado.
Os vestígios de ocupação do povoado concentram-se nas vertentes Norte e Noroeste, viradas ao vale do Ribº do Rojão. No lado Sul, virado ao vale do Cávado, a vertente do monte é escarpada; no lado Este, a vertente é esbatida ligando-se ao esporão do monte, onde se encontram ainda inúmeros vestígios de ocupação. Esta área situa-se, contudo, já fora da zona fortificada do povoado.
O castro desenvolve-se em 3 largos tabuleiros planos, delimitados por três linhas de muralhas. No lado Este do povoado, o menos defendido naturalmente, existem vestígios de uma 4ª fortificação.
Os dados obtidos no decorrer das escavações realizadas no povoado, entre 1983 e 1985, deixam perceber uma ocupação do sítio, entre o Bronze Final e a Alta Idade Média.
Na vertente do monte, virada a Carreiras, foi descoberto nos inícios do século um tesouro monetário, composto por moedas dos sécs. IV e V. As moedas examinadas pertenciam aos imperadores Constâncio Cloro, Teodoro, Constantino I, Constante, Constâncio II, Juliano, Valentiniano I e II, Graciano, Valente, Teodósio e Arcádio.

AZEVEDO 1897,152; OLIVEIRA 1908,667-668; HIPÓLITO 1960-61,16-17; CUNHA 1975,197.

101. Castelhão

POVOADO FORTIFICADO

Latitude: 41° 39' 2"N; Longitude: 8° 27' 34"W (Gr.)
Altitude: 200m (F.42 - 1:25.000)

A. O povoado ocupa um pequeno outeiro, localizado na base da vertente SE do Monte do Barbudo. Apesar da sua baixa altitude domina uma extensa

área do vale.
O acesso faz-se a partir do lugar de Barbudo.

B. O monte possui boas defesas naturais asseguradas pelo escarpado das suas vertentes. Nos lados Oeste e NO conservam-se ainda vestígios de fossos, bem como restos de fortificações que asseguravam a defesa desses sectores do povoado.
Na superfície do cabeço encontram-se fragmentos de cerâmica e algumas pedras trabalhadas, que deixam adivinhar a existência de construções nas plataformas. No entanto, não se observam quaisquer alinhamentos coerentes.

CUNHA 1975, 530

CABANELAS (031308)

102. Lugar de Gaião

POVOADO FORTIFICADO

Latitude: 41° 34' 25"N; Longitude: 8° 29' 30"W (Gr.)
Altitude: 60/70m (F.56 - 1:25.000)

A. Pequeno cabeço de baixa altitude, sobranceiro ao rio Cávado. A zona Oeste do monte encontra-se alterada pela construção de casas e por caminhos.
O acesso mais fácil é feito a partir de Parada de Gatim, atravessando o rio de barca.

B. O povoado possui uma única plataforma, correspondente à zona mais alta do monte. Nos seus limites é possível perceber vestígios de um talude defensivo.
A Oeste, na zona em que o cabeço se liga naturalmente a outros, formando um pequeno esporão, paralelo ao rio, são perceptíveis vestígios de um fosso, que deveria reforçar a defesa desse lado do povoado.
Apesar da sua baixa altitude o povoado possui boas defesas naturais,

asseguradas pelas vertentes mais ou menos abruptas do cabeço.
Na sua superfície vêem-se pedras toscamente aparelhadas e fragmentos de cerâmica micácea e de cerâmica romana.

Inédito

103. Cabanelas; Veiga de Cabanelas

NECRÓPOLE ROMANA/ARA

(F.56 - 1:25.000)

A. O local onde ocorreram os achados situa-se entre Veiga e Cachada, correspondendo a uma zona baixa de terraço do Cávado com cotas entre 40 e os 50m.

B. Nos terrenos próximos da sede de freguesia foram descobertos vestígios de uma necrópole, quando se procedia a terraplanagens. Os achados eram constituídos por caixas de tégulas e por cerâmica ainda inteira. O sítio foi completamente destruído, o mesmo tendo acontecido com os achados.
No Museu Pio XII existe uma tégula intacta, procedente deste local, inventariada com o nº 49.
Neste Museu há ainda uma ara, em granito, dada como procedente de Cabanelas.
As volutas desapareceram, restando apenas o *foculus* circular. A base parece apenas esboçada, não tendo sido terminada. O monumento não possui qualquer epígrafe.
Dimensões: 108x40x35(32,5); campo epigráfico: 52,5x32,5.

SANTOS *et alii* 1983,203.

COUCIEIRO (031311)

104. S. Julião

POVOADO FORTIFICADO ROMANIZADO

Latitude: 41° 41' 15"N: Longitude: 8° 23' 37'W (Gr.)
Altitude: 296m (F.42 - 1:25.000)

A. O povoado de S. Julião ergue-se no monte do mesmo nome, situado nos limites das freguesias de Coucieiro e da Ponte de S. Vicente. Possui uma notável situação estratégica, assegurada pela sua razoável altitude, que permite controlar o amplo vale do Homem.
O acesso faz-se a partir do lugar da Ponte de S. Vicente.

B. O povoado possui boas condições defensivas, asseguradas pelo escarpado das suas vertentes Norte, Oeste e Sul. No lado Este, o pendor é muito mais suave e esbatido pela existência de várias plataformas, onde se concentram os vestígios da ocupação do povoado.
Apresenta três linhas de muralhas, mais ou menos concêntricas, ainda bem conservadas. Existem ainda vestígios de uma 4ª fortificação nos lados NE e Este do castro.
A estação é conhecida desde o século XIX (COSTA 1868,211; LEAL 1874,44; BELINO 1909,6; FONTES 1916,198-210). Nela foram realizadas extensas escavações, ao longo da década de 30 deste século. Como resultado dessas intervenções, foram postas a descoberto duas vastas áreas da vertente Este do monte, onde são visíveis vários vestígios de habitações redondas, bem como boa parte da 2ª linha de muralhas (FREITAS 1971,133-138).
As escavações realizadas entre 1981 e 1985 permitiram testemunhar uma longa sequência de ocupação entre o Bronze Final (séc. X/IX a.C.) (MARTINS 1986a,159-160), e o séc. III da nossa era.
Entre os inúmeros achados provenientes desta estação (cerâmicas, metais, vidros), devemos salientar a descoberta, em 1981, de uma estátua de granito representando um guerreiro galaico (MARTINS e SILVA 1984,29-47).
O espólio das antigas escavações realizadas no povoado encontra-se no Museu Pio XII em Braga. O procedente das escavações mais recentes está depositado no Museu D. Diogo de Sousa, também em Braga.

DOSSÃOS (031313)

105. Dossãos; Lugar de Coto; Póvoa; Lugar do Reduto

POVOADO FORTIFICADO ROMANIZADO

Latitude: 41° 40' 27"N; Longitude: 8° 28' 2"W (Gr.)
Altitude: 250m (F.42 - 1:25.000)

A. O castro ocupa um pequeno outeiro situado na vertente Este do monte de Moinho Velho, que constitui um prolongamento para SE do Monte do Borrelho, importante acidente geográfico do concelho de Vila Verde.
O outeiro encontra-se virado a um pequeno vale, onde se localiza a sede de freguesia.
O acesso faz-se por caminho de pé posto a partir de Dossãos.

B. O povoado é relativamente pequeno e possui apenas 2 plataformas, em cujos limites é possível notar restos de fortificações.
Na superfície do cabeço recolhem-se fragmentos de cerâmica, sobretudo de tégulas.

VIEIRA 1886,404

GEME (031317)

106. Castro de Santa Engrácia

POVOADO FORTIFICADO

Latitude: 41° 40' 2"N; Longitude: 8° 26' 9"W (Gr.)
Altitude: 217m (F.42 - 1:25.000)

A. O sítio onde assenta o castro corresponde a um monte, de altitude média, que se destaca bem no vale, definido pelos terraços da Ribª do Tojal, a Este e do Ribº de Silvares, a Norte e NE.
O acesso faz-se a partir das povoações de Geme, ou de Esqueiros.

B. O monte encontra-se totalmente arborizado, facto que torna difícil a observação de estruturas.
O povoado parece estar bastante destruído, quer pela vegetação, quer por sucessivos roubos de pedra. Actualmente é mesmo impossível definir o

número de linhas de muralhas que possuía.

GONDIÃES (031321)

107. Leira da Cachada; Barroco

TESOURO MONETÁRIO

(F.42 - 1:25.000)

A. O achado ocorreu na Leira (Eira) da Cachada, no lugar de Barroco.

B. O tesouro foi encontrado à profundidade de 80cm. Encontrava-se encerrado num vaso de barro. Era constituído por cerca de 2.000 moedas e pesava mais de 3,2Kg. Era composto por numismas de bronze dos imperadores Constantino I e seus sucessores, com algumas unidades de Máximo, que parece ser o último imperador representado.

HIPÓLITO 1960-61, 17

108. Marrancos

ELEMENTOS DE ARQUITECTURA/MARCO MILIÁRIO

(F.42 - 1:25.000)

A. Desconhece-se a procedência exacta dos achados, referenciados apenas como encontrados em Marrancos.

B. No Museu Pio XII de Braga existem dois capitéis dóricos, em granito, inventariados com os nºs. 262 e 263, procedentes desta freguesia.
No mesmo Museu, existe ainda um fragmento de um marco miliário, inventariado com o nº 264, encontrado nas paredes da velha igreja paroquial de Arcozelo.
O miliário tem as seguintes dimensões: 26X53X29; letras: 8.

VIII CON(sul)

Trata-se provavelmente de um miliário de Tibério, como o encontrado na Quinta de Germil, no concelho de Braga, pertencente à mesma via, datado de 32-33.

SANTOS 1979, 20-21; ARAÚJO 1982, 158-159.

MOURE (031328)

V.100. Castro do Barbudo; Monte do Castelo

109. Moure

TESOURO MONETÁRIO

(F.56 - 1:25.000)

A. O tesouro apareceu em circunstâncias fortuitas, no decorrer de uma lavra. Desconhece-se o local exacto da sua proveniência, sabendo-se apenas que foi encontrado na freguesia de Moure.

B. O tesouro era constituído por moedas de bronze, que foram vendidas. Das que puderam ser observadas deve destacar-se uma de Júlio César, duas de Nero e uma de Adriano.

HIPÓLITO 1960-61, 16

NEVOGILDE (031329)

110. Nevogilde

ARA ANEPÍGRAFA

(F.42 - 1:25.000)

A. Desconhecem-se as circunstâncias do achado, sabendo-se apenas que a

peça provem da freguesia de Nevogilde.

B. Ara em granito, nivelada e incompleta na parte superior.
Dimensões: 70X29X31(29); campo epigráfico: 23,5X25
Não possui qualquer epígrafe.
Pertence ao Museu Pio XII de Braga (nº 529).

SANTOS *et alii* 1983, 203

OLEIROS (031330)

111. Oleiros

MARCO MILIÁRIO

(F.56 - 1:25.000)

A. O miliário foi recolhido numa bouça do benefício paroquial, no sítio da antiga igreja matriz de Oleiros. Desconhece-se o seu local de origem.

B. Marco miliário, em granito, quase completo.
Altura: 236; diâmetro: 57; letras: 8 a 10.
A restituição do texto é parcialmente conjectural, uma vez que se apresenta bastante apagado.

[D]OMINO NOSTRO [VAL/ENTI]NIANO VICTORI [AC] / TRIVMPHATOR[I] PERP/ [ETVO] SEMPER AV[G]VSTO ... VI ...

Ao nosso Senhor Valentiniano, vitorioso e triunfador perpétuo, sempre Augusto ... seis ...

A peça encontra-se no Museu Pio XII (nº 79) e pertencia à via XIX. Carlos Alberto Brochado de Almeida pensa que o marco deveria ter vindo de Prado, ou das suas imediações, encontrando-se portanto deslocado.

ALMEIDA 1979, 105; SANTOS 1979, 15-20; SANTOS *et alii* 1983, 200

PONTE (031337)

V. 102. S. Julião

PORTELA DAS CABRAS (031338)

112. Penedos da Portela

POVOADO FORTIFICADO ROMANIZADO?

Latitude: 41° 40' 22''N; Longitude: 8° 29' 22''W (Gr.)
Altitude: 453m (F.42 - 1:25.000)

A. O povoado localiza-se no extremo da cadeia montanhosa do Moinho Velho e do Borrelho, que divide os vales do Homem e do Neiva.
O acesso é bastante difícil, podendo fazer-se a partir de Portela das Cabras, por caminho de pé posto.

B. O povoado encontra-se bastante destruído, sendo difícil detectar alinhamentos de estruturas. A superfície do cabeço encontra-se, no entanto, cheia de pedras toscamente trabalhadas e de fragmentos de tijoleira.

113. Portela de Penela; Portela das Cabras

INSCRIÇÃO FUNERÁRIA

(F.42 - 1:25.000)

A. Desconhece-se o local de proveniência exacta do monumento. Sabe-se apenas que veio do adro da igreja da Portela de Penela, designação antigamente usada para Portela das Cabras.

B. A peça corresponde a um monólito semi-cilíndrico, em granito, com ressalto, ou soco. Não existe campo epigráfico e a inscrição ocupa toda a largura da peça.

Dimensões: 38,5X80X44,5; letras: 7,8 a 9,6.

Q(uintus) (hedera) AP(ronius vel pius) (hedera) FLAVVS
AN(norum) (hedera) LXXV (septuaginta quinque)

Quinto Aprónio (ou Ápio) Flavo, de 75 anos

Encontra-se no Museu Pio XII de Braga (nº.30)

SANTOS *et alii* 1983, 195-196

114. Portelinha

TESOURO MONETÁRIO

(F.42 - 1:25.000)

A. O tesouro foi encontrado no sítio de Portelinha, no decorrer de uma lavra.

B. Sabe-se apenas que era constituído por numismas de prata e que foi todo vendido.

HIPÓLITO 1960-61, 17-18

PRADO - SANTA MARIA (031342)

115. Prado; Igreja Nova

HABITAT ROMANO

(F.56 - 1:25.000)

A. Os achados ocorreram em Santa Maria de Prado.

B. São várias as referências a achados romanos em Prado. Notícias do século passado (VIEIRA 1886,410) noticiam a ocorrência de cerâmica e de "ânforas" inteiras contendo cinzas. Pinho Leal (DIAS 1903,256) alude também ao aparecimento de vestígios de uma povoação, de tijolos e de

sepulturas. Leonídio de Abreu (1963,151) refere o aparecimento de cerâmica romana e de moedas de vários imperadores.
No Museu Pio XII, em Braga, existem 3 tégulas romanas, dadas como procedentes do lugar de Igreja Nova, em Prado (nºs.267, 268 e 269 do Inv. Falam Documentos).

116. Santiago de Francelos

ARA ANEPÍGRAFA

(F.56 - 1:25.000)

A. A peça foi encontrada na capela de Francelos, em Prado.

B. Trata-se de uma ara em granito, com frontão e volutas niveladas, sem qualquer epígrafe (SANTOS *et alii* 1983,203).
Dimensões: 70X29X31; campo epigráfico: 23,5X25.

Encontra-se no Museu Pio XII, em Braga (nº.248).

117. Lugar do Barreiro

TÉGULA ROMANA

(F.56 - 1:25.000)

A. O achado é dado como procedente do Lugar do Barreiro, na freguesia de Prado. Desconhece-se o contexto em que foi encontrado.

B. No Museu Pio XII existe uma tégula romana intacta, proveniente deste local. Apresenta marca de oleiro e pegada humana (nº.247).

118. Ponte do Prado

MARCOS MILIÁRIOS

(F.56 - 1:25.000)

A. O marco de Augusto foi encontrado perto do rio Cávado, sabendo-se que terá sido enterrado nas suas margens, quando da reedificação da ponte.
O marco de Tibério foi encontrado numa bouça da freguesia de Prado.
O de Tito e Domiciano é dado simplesmente como procedente de Prado.
Recentemente descobriu-se mais um marco, na parede de um campo, acima da ponte de Prado, junto a um lavadouro público, perto da estrada nacional.
Refere o imperador Adriano e foi considerado como pertencente à freguesia S.Paio de Merelim.
Todos os marcos parecem proceder das imediações da ponte de Prado, sendo portanto provável que pertencessem todos à mesma milha.

Marco de Augusto (CIL, 4868=ILER, 1810; CAPELA 1895,83; CARDOSO 1972, 77)
Desconhecem-se as suas dimensões e o seu paradeiro.

IMP(erator) CAESAR DIVI F(ilius) AVG(ustus) / PONT(ifex) MAXIMVS IMP(erator) XX (vigesimum) CONSVL / XIII (decimum tertium) TRIB(unicia) POTEST(ate) XXXIV (trigesima quarta) PATER / PATRIAE BRAC(ara) IIII (quattuor) (milia passuum)

Imperador César Augusto, filho do divino, Pontífice Máximo, saudado imperador vinte vezes, cônsul pela décima terceira vez, no seu trigésimo quarto poder tribunício, Pai da Pátria. Desde Braga são quatro milhas.

O marco data de 11-12.
É semelhante a outro encontrado no lugar do Castro, em Rubiães, Paredes de Coura que assinala a milha 30 da mesma via.

Marco de Tibério (CIL, 4869; ALMEIDA 1979,144)
Altura: 66; diâmetro: 62; letras: 9.

[TI(berius) CAESAR DI] VI AVG(usti) F(ilius) DI[VI IVLI NEPO]S AVG(ustus) PONT(ifex) [MAX(imus) IM]P(erator) VIII (octavum) CON[S(ul) V (quintum) TRIB(unicia)] POTEST(ate) [XXXIIII (trigesima quarta) BRAC(ara) AVG(usta)...(milia passuum)]

Tibério César Augusto, filho do divino Augusto e neto do divino Júlio, pontífice máximo, saudado imperador oito vezes, cônsul pela quinta vez,

no seu trigésimo quarto poder tribunicio. Desde Bracara Augusta são (quatro) mil passos.

O marco pode ser datado de 32/33 e é semelhante ao da Quinta de Germil, Braga, pertencente à mesma via.
Encontra-se no Museu da Sociedade Martins Sarmento, em Guimarães.

Marco de Tito e Domiciano (ARGOTE,II,536)
Desconhecem-se as suas dimensões, bem como o seu paradeiro.

[IMP(erator) TITO CAESARE DIVI VESPASIAN(i) F(ilio) VESPASIANO AVG(usto) PONT(ifice) MAX(imo) TRIB(unicia) POT(estate) VIIII(nona) IMP(eratore) XV (decimum quintum) P(atre) P(atriae) CO(n)S(ule) VIII (octavum) [ET] CAES(are) DIVI VESPASIANI F(ilio) [DOMITIANO] CO(n)S(ule) VII (septimum) G(aio) CALPETANO] / RANTIO QUIRINAL[E] VAL[ERIO] / FESTO LEG(ato) AVG(usti) / M(ilia) P(assuum) X (decim)?

Sendo Imperador Tito César Vespasiano, filho do divino Vespasiano, Augusto, pontífice máximo, no seu nono poder tribunício, saudado imperador quinze vezes, pai da pátria, oito vezes cônsul, sendo César o filho do divino Vespasiano (Domiciano), sete vezes cônsul, sendo legado de Augusto Caio Calpetano Râncio Quirinal Valério Festo. São dez milhas?

A leitura é dada por Argote e refere a milha 10. No entanto, e a não ser que se encontre muito deslocado o marco deveria referir a milha 4, tal como os outros encontrados em Prado. Pode ser datado de 79-80 e a sua gravação deveria assemelhar-se à dos marcos do mesmo imperador detectados na mesma via.

Marco de Adriano (ARAÚJO 1982,149-150)
O marco está muito danificado e perdeu a sua forma cilíndrica original e grande parte da inscrição. Algumas das letras foram reavivadas. Rosa Araújo atribuíu-o a S.Paio de Merelim mas pela localização ele parece ser de Prado.

[IMP(eratori) CAESARI] TRA[IANO HADRIANO AVG(usto) PONTI]F(icis) M(aximo) / [TRIB(unicia)] POT[EST(ate)] ... / CO[N]S(uli)...

Ao Imperador César Trajano Adriano, Augusto, pontífice máximo, no seu ... poder tribunício,... vezes cônsul...

J.R. Araújo considera-o do imperador Adriano e data-o de 117-138.
Encontra-se no Museu Pio XII de Braga.

CARREIRAS - SANTIAGO (031344)

V. 100. Monte do Castelo; Castro do Barbudo; Monte de Brito

ESCARIZ - S.MAMEDE (031345)

119. Castro de Escariz; Santo Isidoro; Santos Ilus

POVOADO FORTIFICADO ROMANIZADO

Latitude: 41° 38' 49''N; Longitude: 8° 32'W (Gr.)
Altura: 235m (F.41 - 1:25.000)

A. O monte onde assenta o castro ocupa o extremo Norte de uma estreita crista montanhosa, que se desenvolve no sentido Norte/Sul, entre Parada de Gatim e S.Martinho de Escariz, paralela ao rio Neiva. Esta crista separa as bacias dos vales do Cávado e do Neiva, tendo como ponto mais alto o lugar de Barrosas, com 248m de altitude. O acesso faz-se a partir de Escariz.

B. O povoado possui 3 plataformas e 3 linhas de muralhas. Na sua superfície recolhem-se fragmentos de cerâmica micácea e tégulas, sendo visíveis restos de construções habitacionais.
Na Casa do Povo de Escariz existe uma mó proveniente do castro. No Museu Pio XII de Braga está guardada uma pedra decorada proveniente deste mesmo sítio, inventariada com o nº.22. A pedra ostenta, numa das faces, dois cordões paralelos.

AZEVEDO 1898, 143; OLIVEIRA 1908, 668

ORIZ - S.MIGUEL (031349)

120. Castro do Vairão; Monte de S.Tomé

POVOADO FORTIFICADO ROMANIZADO?

Latitude: 41° 42' 22''N; Longitude: 8° 22' 47''W(Gr.)
Altitude: 462m (F.42 - 1:25.000)

A. O Monte de S.Tomé, ou do Vairão, corresponde a um dos relevos mais proeminentes da crista montanhosa que desce da Serra Amarela, paralela do rio Homem. Tem uma forma aproximadamente cónica, com vertentes bastante ravinosas.
O acesso pode fazer-se a partir de Sande, ou de Oriz, por caminho carreteiro.

B. O povoado possui 4 plataformas limitadas por fortificações, definidas apenas por taludes. Na superfície do povoado são visíveis restos de construções e recolhem-se fragmentos de tijoleira.

DIAS 1903, 81

TURIZ (031354)

121. Santa Helena; Santa Cruz

POVOADO FORTIFICADO ROMANIZADO?

Latitude: 41° 37' 53''N; Longitude: 8° 27' 46''W(Gr.)
Altitude: 170m (F.56 - 1:25.000)

A. O Monte de Santa Cruz, ou de Santa Helena, corresponde a um pequeno cabeço localizado entre a Ribeira de Febros e a Ribeira de Barge.
O acesso faz-se a partir de Turiz.

B. O povoado encontra-se bastante destruído por sucessivas extracções e roubos de pedra. No entanto, podem ainda observar-se restos de antigos

taludes defensivos a limitar as plataformas. Na superfície do cabeço aparecem pedras revolvidas e fragmentos de tijoleira.

122. Turiz

HABITAT ROMANO/NECRÓPOLE?

Latitude: 41° 38' 7''N; Longitude: 8° 27' 15''W (Gr.)
Altitude: 170m (F56 - 1:25.000)

A. O local dos achados corresponde à área envolvente da igreja paroquial e encontra-se completamente alterado pela expansão urbana da vila.

B. No sítio da igreja aparecem bastantes tijolos e fragmentos de cerâmica romana.
A tradição escrita refere a vila de Turiz com o nome Toudilanes, Teudilannes, Tellianus.

COSTA 1868, 307; LEAL 1873, 759; VIEIRA 1886, 407.

VILA VERDE (031357)

123. Outeirinho

POVOADO FORTIFICADO

Latitude: 41° 38' 34''N; Longitude: 8° 25' 49''W (Gr.)
Altitude: 74m (F.56 - 1:25.000)

A. O povoado assenta num pequeno cabeço de baixa altitude situado em pleno vale, perto do rio Homem.
O acesso faz-se a partir de Vila Verde.

B. Pequeno povoado de baixa altitude, apenas com uma plataforma localizada na parte mais elevada do cabeço.
Na superfície encontram-se abundantes fragmentos de cerâmica romana e de tégulas.

O povoado apresenta características semelhantes ao povoado do Lago, em Amares.

Inédito.



Localização da área geográfica estudada. Mapa do IAA de Madrid.

Fig. 1

BPB/UM

Fig. 2

LEGENDA DA FIG. 3

■ Povoado fortificado

▲ Estação romana

✹ Monumento epigráfico

★ Tesouro monetário

▮ Marco miliário

✻ Monumento com forno


VILA VERDE
AMARES
BRAGA
BARCELOS


BRACARA AUGUSTA
1
2
3
4
5
6
1. Moderno - aluviões actuais
2. Plio-Plistocenico - depósitos (praias antigas e terraços fluviais)
3. Silurico - corneanas, xistos andaluzicos
4. Silurico - corneanas, politicas e quartzofeldspaticas
5. Granitos calco-alcalinos
6. Granitos alcalinos
Povoados
Sitios e achados Romanos

BPC/UFM

NOTAS

NOTAS

(1)Sendo impossível referir toda a bibliografia, procuraremos focar sobretudo os trabalhos que consideramos merecerem mais destaque e as tendências seguidas pela investigação nos domínios da Proto-história e da Romanização.

(2)Os estudos realizados por S. Oliveira Jorge na região de Chaves e de Vila Pouca de Aguiar (JORGE 1986) prtmitiram definir as características de um conjunto significativo de habitats, datáveis entre os IIIº e IIº milénios a.C., que representarão, provavelmente, o modelo de povoados existente durante o Bronze Inicial e Médio. Por outro lado, as investigações realizadas na Serra da Aboboreira, concelho de Baião, em povoados sem preocupações defensivas, com estruturas em fossa e buracos de poste, permitiram definir um outro modelo de ocupação característico do Bronze Médio e Final (JORGE 1983-84, 105-106).

(3)Será justo sublinhar que os resultados científicos mais relevantes dos últimos anos, no âmbito da arqueologia dos castros, se relacionam com o reconhecimento de que muitos deles foram ocupados durante o Bronze Final, permitindo considerar a existência de habitats fortificados desde os inícios do Iº milénio a.C..

(4)Os dados mais recentes relativos à identificação de povoados abertos do tipo da Bouça do Frade, Baião, datáveis do Bronze Médio e Final e a existência de povoados fortificados desde os inícios do Iº milénio a.C., constituem um ponto de partida fundamental para redimensionar a investigação proto-histórica na região do NO português.

(5)Entre elas podemos referir as obras de Jerónimo Contador de Argote (1728; 1732-1734), o "Diccionario Geographico de Portugal" de Luís Cardoso (1747-51) e as suas "Memórias Parochiaes" (1758), ou a "Corografia Portuguesa" de A. Carvalho da Costa (1706-12).

(6)Será justo sublinhar entre a bibliografia mais significativa de M. Sarmento a sua série "Materiaes para a archeologia do concelho de Guimarães" (1884-1909), as "Cartas ao Professor Pereira Caldas" (1922-1927), as "Cartas ao padre Martins Capela" (1929-1938), a "Correspondência entre Martins Sarmento e o Marquês de Sousa Holstein" (1939-41), os "Dispersos" (1933), os seus inéditos publicados em 1970 na Revista de Guimarães e a "Correspondência epistolar entre Emílio Hübner e Martins Srmento", editada por M. Cardoso (1947).

(7)Sobre a evolução das investigações na região da Galiza veja-se F. Lopez Cuevillas (1980,233-254) e ainda Fariña Busto *et alii* (1983,88-91).

(8)Entre 1927 e 1933 serão catalogados e publicados os castros de Val de Vilamarin (1927), Terra de Celanova (1928), Terra de Carballiño (1930), Terra de Melide (1931) e Terra de Lobeira (1933). Esta iniciativa prossegue nos anos 40 e 50 com o inventário dos castros da comarca compostelana e da Coruña (BOUZA-BREY 1940-41,539-553), da comarca de La Estrada (BOUZA-BREY 1944,15), Ribero de Avia (GARCIA ALVAREZ 1953,75-95), Terra de Saviñao (LOPEZ CUEVILLAS e FRÁGUAS y FRÁGUAS 1955,273-332), província de Pontevedra (FIGUEIRA VALVERDE 1954-56,91-148; FIGUEIRA VALVERDE e GARCIA ALEN 1955,31-45; 1959,19-97), castros abulenses (RODRIGUEZ ALMEIDA 1955,258-271), Comarca de Verin (TABOADA CHIVITE 1955, 333-352), castros leoneses (LUENGO MARTINEZ 1959,102-121). As catalogações prosseguem nos anos 60 e 70 com os castros Bíbalos (TABOADA CHIVITE 1961,95-101), os da comarca lucence (FRÁGUAS y FRÁGUAS 1962,307-328), os das Astúrias (GONZÁLEZ 1966,255-291; 1973,143-152). A tarefa de inventário dos castros galegos tem-se incentivado consideravelmente nos últimos anos, sendo de destacar algumas sínteses, referentes,

nomeadamente ao Norte de Portugal (SILVA 1986, 69-108), à província de Zamora (ESPARZA ARROYO 1983-84, 131-146), à província de León (MAÑANES 1983-84, 151-174) e o trabalho de L. Carballo Arceo (1986) sobre a comarca de Trasdeza, na Galiza, concebido numa perspectiva da evolução do povoamento proto-histórico e romano.

(9)Neste período (anos 20-60) foram realizadas várias escavações em castros galegos, nomeadamente em Troña (LOPEZ CUEVILLAS e PERICOT GARCIA 1931; LOPEZ CUEVILLAS 1950), Borneiro e Baroña (GONZALEZ 1934), Santa Tecla (LOPEZ GARCIA 1927; MERGELINA 1944,13-54), o Neixón (LOPEZ CUEVILLAS e BOUZA BREY 1927), Cameixa (LOPEZ CUEVILLAS 1948, 208-305; 1952,82-91), Pendia (GARCIA e BELLIDO 1942a,288-307), Coaña (GARCIA e BELLIDO 1940-41,188-217; 1942b,216-244), Cidade do castro de San Milán (LOPEZ CUEVILLAS e TABOADA CHIVITE 1953,151-157; 1958, 301-311), La Lanzada (GARCIA e BELLIDO 1952,383-384), Alobre (BOUZA BREY 1957,73-109), Elviña (LUENGO MARTINEZ 1956,90-101), Meirás (LUENGO MARTINEZ 1950) e Santa Mariña de Águas Santas (CHAMOSO LAMAS 1955,41-88), entre outros.

(10)No âmbito das escavações, e além da exploração da citânia de Briteiros, devemos referir, entre outras, as que foram realizadas em Terroso (PINTO 1932,81-91), Sendim (PINTO 1933,376-380), castro de Lanhoso (TEIXEIRA 1940a,517-529; 1940b,117-125), Argifonso (CORTEZ 1949,5-23), Sanfins (JALHAY 1944,414-425; 1948,5-23; 1950,29-31; COELHO *et alii* 1959,271-279; PAÇO 1961,106-119; 1965,167-171; 1968,329-354), Monte do Padrão (SANTARÉM 1952,105-111; 1955,397-430), Santa Luzia (VIANA 1954,40-72), Sabroso (CARDOSO 1958,446-453), Cividade de Âncora (VIANA 1963,167-178), Busto (DINIS 1965,189-195), ou Monte Mozinho (PAÇO 1966,550-560).

(11)Este assunto será retomado na última parte deste trabalho.

(12)Na área portuguesa as escavações de vários castros realizadas nos últimos anos, sobretudo em Monte Mozinho, Penafiel (ALMEIDA 1974b; 1977), Sanfins, Paços de Ferreira (ALMEIDA 1974a,149-172; SILVA e CENTENO 1980,57-78), S. Juzenda, Mirandela (HOCK 1979,393-396; 1980,55-70), Terroso, Póvoa de Varzim (SILVA 1981,303-315), Santo Estêvão da Facha, Ponte de Lima (ALMEIDA *et alii* 1981), Romariz, Vila da Feira (SILVA e CENTENO 1982,63-69) e Coto da Pena, Caminha (SILVA 1986), vieram contribuir para precisar, com mais exactidão, os contextos culturais da evolução destes povoados e forneceram novos elementos para fixar as suas etapas de desenvolvimento.

(13)Na Galiza devemos salientar as escavações realizadas nos últimos anos, nomeadamente nos castros de Caneiro (HIDALGO CUÑARRO e COSTAS GOBERNA 1979,151-228), o Neixón Pequeno (ACUÑA CASTROVIEJO 1976,328-330), A Lanzada (FARIÑA BUSTO e FIGUEIRA VALVERDE 1974; 1976,335-346), Castromao (GARCIA ROLLÁN 1971,175-211; FERRO COUSELO e LORENZO FERNANDEZ 1976,349-354; GARCIA ALEN 1971, 175-211), Borneiro (EIROA 1971), Vigo (HIDALGO CUÑARRO 1981; 1985a), Troña (HIDALGO CUÑARRO 1983; 1984; 1985b), Baroña (CALO LOURIDO e SOEIRO 1986), Santa Tecla (PEÑA SANTOS 1986), entre outros.

(14)Devemos salientar em especial os trabalhos de J. M. Vázquez Varela incidentes sobre vários aspectos da economia das comunidades proto-históricas do NO peninsular (agricultura, criação de gado, recolecção, pesca), quer com base em achados paleobotânicos e osteológicos, quer na interpretação dos dados da palinologia (1973, 303-316; 1975a,81-84; 1975b,141-146; 1975c,291-295; 1976,83-86; 1977,641-644; 1980,197-204; 1983,147-158; 1986).

(15)A visão tradicional da economia dos castros, fundamentada basicamente nas fontes clássicas, aparece retratada em vários trabalhos, nomeadamente de Lopez Cuevillas (1934; 1966; 1980,427-439), Maluquer de Motes (1968,61-79), Caro Baroja (1973) e Alberto Balil (1975,66-73), entre outros.

(16)A bibliografia sobre o assunto é extensa. Para além da obra clássica de

Schülten (1943) veja-se, entre outros, os trabalhos de R. Syme (1970,83-107), G. Forni (1970,207-225), M. Rodriguez Figueiredo 1973,248-259), C. Torres Rodriguez (1948,53-72; 1951-52,79-110; 1976,11-30), os de J. M. Roldan Hervás (1974; 1976,125-145; 1984), F. Diego Santos (1975,523-571), Jorge de Alarcão (1973), R. Jones (1976), R. Wiegels (1978,196-213), A. Rodriguez Colmenero (1979, 237-244), J. Santos Yanguas (1981,49-71), C. Fernandez Ochoa (1981,703-721), A. Tranoy (1981a) e Rui Centeno (1983,194-212).

(17)Em especial M. Vigil (1963,225-233), Taboada Chivite (1968,677-684), Caro Baroja (1970,9-62), Albertos Firmat (1975; 1977,17-26), N. Santos Yanguas (1977; 1982,785-817); A. Coelho da Silva (1980,79-90; 1981-82,83-94), G. Pereira Menaut (1983,199-212; PEREIRA MENAUT e SANTOS YANGUAS 1980,117-129), C. Alberto F. de Almeida (1983b,187-198) e ainda A. Tranoy (1981a).

(18)Sobre o urbanismo veja-se G. Fabre (1970,314-339), M. Pastor Muñoz (1976b,417-434; PASTOR MUÑOZ e CARRASCO RUS 1983,205-215) e J. G. Gorges (1979).

(19)A problemática da mineração do NO peninsular tem sido analisada por vários investigadores, em especial por C. Domergue (1970a,255-286; 1970b,151-193; 1978; DOMERGUE e SILLIÉRES 1977). Refira-se ainda os trabalhos de J. C. Allan (1970), R. F. J. Jones (1972,59-74), C. Alberto F. de Almeida (1973a,553-561), J. M. Luzón Nogué (1983, 213-224) e F. J. Sanchez Palencia Ramos e L. C. Perez Garcia (1983,227-246).

(20)As vias do NO peninsular têm sido objecto de vários trabalhos, quer de investigadores portugueses, quer da Galiza (CAPELA 1895; TABOADA CHIVITE 1946,1-12; BARRADAS 1956,159-240; ESTEFANIA ALVAREZ 1960,54-103; RODRIGUEZ 1970,405-439; MARTINEZ TAMUJE 1975; CAAMAÑO GESTO 1977/78,109-136; ALMEIDA 1979a,61-163; SANTOS 1979,3-52; ALMEIDA 1980,151-170; ARAÚJO 1982,121-246).

(21)Sobre o assunto veja-se em especial M.C.Hipólito (1960-61,1-65), Villaronga (1970,591-600), Acuña Castroviejo e Cavada Nieto (1971,265-277), Cavada Nieto (1972,213), R.Centeno (1976-77, 209-219; 1977,93-99; 1978,37-98) e I. Pereira *et alii* (1974).

(22)Veja-se entre outros, R. Étienne (1958), J. M. Blásquez (1957,15-86; 1962; 1970, 65-76), J. d'Encarnação (1970,207-238; 1975), Albertos Firmat (1974,147-157), Pastor Munnoz (1974,203-233; 1976a,489-524), Taboada Chivite (1976,193-201), A. Tranoy (1980,67-83; 1981a), Rodriguez Alavrez (1981,73-82), Blanca Garcia e Fernandez Albalát (1985,275-283).

(23)Sobre a onomástica veja-se, além de A. Tranoy (1981a), A. Tovar (1949; 1968), M. Palomar Lapesa (1960,347-387), J. Untermann (1965), Rodriguez Colmenero (1977), J. M. Iglesias Gil (1974), M. C.Diaz e Diaz (1983,283-293).

(24)Em especial Caro Baroja (1970,9-62), M. C. Garcia Martinez (1972,168-178), Taboada Chivite (1973,237-247), Diego Santos (1977), Bermejo Barrera (1978), J. M. Gomez Tabanera (1980,87-110), A. Tranoy (1981a; 1981b,105-121) e C. Alberto F. de Almeida (1986,161-172).

(25)Se exceptuarmos alguns trabalhos de Russel Cortez sobre a região do Douro (1946,121-161; 1947,237-307; 1948,45-95;1951a,17-88; 1951b,3-70; 1952,6-37), os de Mário Cardoso sobre o problema da romanização do habitat indígena (1952a; 1952b,32-34; 1965b,75-82; 1966b, 53-58), ou os de C. Alberto F. de Almeida, de âmbito mais diversificado (1969a,379-388; 1969b; 1973a,553-561; 1973b,191-205; 1973-74), verificamos que o tema da romanização pouco interesse suscitou aos investigadores portugueses. Destacamos contudo alguns trabalhos sobre materiais romanos, nomeadamente a cerâmica (ALARCÃO 1958,249-310; 1966,45-50) e os vidros (ALARCÃO 1963,175-209). A epigrafia mereceu também alguma atenção (CORTEZ 1951c,368-382,16-30,147-165; 1952-54, 32-45,264-280,90-103;

1953,264-280; BRANDÃO 1959,909-913; 1959b,411-416; 1960,485-490; 1959-60,76-79; 1961a,18-21; 1961b,135-140; 1963,232-235).

(26)Entre outros devemos referir os trabalhos de T. Mañanes (1976,77-84; 1983-84,215-229).

(27)Convém citar entre outros os estudos de Arias Vilas (1972; 1976a,55-62; 1976b, 63-68; 1977; 1983-84,209-214), nos quais se pode encontrar uma bibliografia mais desenvolvida e de P. Le Roux (1977,83-105).

(28)Entre os trabalhos mais recentes, posteriores aos anos 60, contam-se várias abordagens sobretudo relativas a escavações, ou a materiais (SOUSA e PONTE, 1969,389-412; OLIVEIRA 1980,107-115; SOUSA e OLIVEIRA 1982,359-369; DELGADO 1984,179-196;DELGADO e SANTOS 1984,49-70; DELGADO *et alii* 1984,95-105; DELGADO *et alii* 1985; GASPAR *et alii* 1985, 27-42; DELGADO 1985).

(29)Os trabalhos incidentes na epigrafia têm ocupado um lugar de destaque no estudo da romanização do NO, desde a década de 70 (DIEGO SANTOS 1972; LE ROUX e TRANOY 1973,177-231; 1974a, 249-258; 1974b,5-20; LE ROUX 1974,41-48; 1975,155-159; LE ROUX e TRANOY 1975,271-279; IGLESIAS GIL 1976; ALBERTOS FIRMAT 1977,17-27; TRANOY 1977, 225-233; ARIAS VILAS *et alii* 1979; TRANOY 1980,67-83; PEREIRA MENAUT e SANTOS YANGUAS 1980,117-130; TRANOY 1981a; LE ROUX 1982; PEREIRA MENAUT 1982,249-267; SILVA 1982b,381-399; PEREIRA MENAUT 1983,199-212; LE ROUX e TRANOY 1984,239-255).

(30)Especialmente A. Tranoy (1981a).

(31)O problema da cronologia será abordado mais desenvolvidamente na 3ª parte deste trabalho.

(32)Especialmente Ricardo Severo (1905-8) e J. Fortes (1905-8).

(33)Destacamos particularmente as importantes contribuições da escola inglesa e americana no domínio da interpretação do desenvolvimento das comunidades Pré e Proto-históricas europeias, em parte sintetizadas na obra "Prehistoric Europe" (CHAMPION *et alii* 1984). Sem pretendermos ser exaustivos julgamos de destacar igualmente alguns trabalhos de natureza teórica, pelas problemáticas que levantam, seja em termos de análise espacial (UCKO *et alii* eds. 1972; HODDER e ORTON 1976; CLARKE ed. 1977; HODDER ed. 1978; GREEN *et alii* eds. 1978), da organização económica e social (BOSERUP 1965; BRADLEY 1978; BURNHAM e KINGSBURY eds. 1979; FRIEDMAN e ROWLANDS eds. 1978; SHERIDAN e BAILEY eds. 1981; RENFREW e SHENNAN eds. 1982; RENFREW 1984), ou da evolução cultural e processos de transformação sócio-económica (RENFREW ed. 1973; RENFREW *et alii* eds. 1982).

(34)Nem todos os autores estão de acordo em considerar as origens da "Cultura Castreja" no Bronze Final. Destacamos em especial a posição de C. Alberto F. de Almeida que, considerando que uma cultura se deve definir pela configuração do seu habitat e pela forma e organização das suas casas, reconhece a existência de "Cultura Castreja", tal como é convencionalmente tipificada, apenas a partir do séc. IV a.C., altura em que se teria generalizado a arquitectura doméstica em pedra (ALMEIDA 1983a,70-74;1984,35).

(35)Este modelo de desenvolvimento encontra-se bem representado no recente trabalho de A. Coelho da Silva (1986), no qual o autor expõe os pressupostos da sua tese.

(36)Veja-se a este propósito as sínteses mais recentes, nem sempre concordantes quanto à cronologia destas manifestações (ALMEIDA 1983a,70-74; FARIÑA BUSTO *et alii* 1983,116-126; SILVA 1983-84, 121-129; 1986).

(37)Encontram-se referências às diferentes funcionalidades dos lugares fotificados "hill-forts", "hill-tops" em várias obras de autores ingleses (HARDING ed. 1976;BARRET e BRADLEY eds. 1980; GUILBERT ed. 1981).

(38)A existência de recintos fortificados, sem características de habitat, foi sugerida em dois trabalhos de José da Silva (1963,126-135;1966,519-525). A hipótese, fundamentada em dados de prospecção, não oferece todavia grande credibilidade, uma vez que esses locais não foram objecto de qualquer estudo mais profundo.

(39)Acerca do elevado número de castros, sugerido por alguns autores (CASTILLO 1908) e que vem sendo corrigido por inventários mais recentes, veja-se observações de A. Bouhier (1979) e de A. Coelho da Silva (1986,19). De qualquer modo, continua a ser elevada a densidade destas estações, bastando referir que no inventário daquele último investigador constam, para a região do Norte de Portugal, 922 castros (1986,69-108).

(40)É frequente encontrar nos inventários de castros uma tentativa de articulação destes povoados com as paróquias e freguesias modernas, que parece denotar, aparentemente,uma certa continuidade no perfil do povoamento do NO, sugerido por vários autores (BOUHIER 1979,1276-1280, carta nº 18; SILVA 1986,27-28).

(41)A explicação tradicional para o aparecimento de povoados fortificados na Idade do Ferro articulava-se com a instabilidade da região, resultante da chegada de novos elementos populacionais de origem indo-europeia.

(42)Nos últimos anos identificou-se um número considerável de povoados deste tipo. Entre outros podemos referir os de Pedroso, Celorico de Basto (LEMOS *et alii* 1981,32-36), colina de Maximinos, Braga, Vale de Quintela, Baião (JORGE *et alii* 1980,139), Monte Calvo, Baião (GONÇALVES 1981,77-87), Fontecova, O Casal, Pontevedra (FARIÑA BUSTO *et alii* 1975; CALO LOURIDO e SIERRA RODRIGUEZ 1983,65). As estações de Monte Mesiego, Orense (LOPEZ CUEVILLAS e CHAMOSO LAMAS 1958, 274), ou La Laboreda, Orense (LOPEZ CUEVILLAS e BOUZA BREY 1931), poderão igualmente ser consideradas do mesmo tipo.

(43)A este propósito veja-se A. Tranoy (1981a,21-23).

(44)Representados, nomeadamente, nos punhais de antenas (RUIZ GALVEZ PRIEGO 1980,85-111; 1984), nas fíbulas (FARIÑA BUSTO 1979,27-49; FARIÑA BUSTO e ARIAS VILAS 1980, 183-196; PONTE 1980, 111-119) e na ourivesaria (SILVA 1983-84,126-128;1986,231-244).

(45)O quadro geográfico do Noroeste tem sido sucessivamente precisado por vários geógrafos. Veja-se sobre o assunto as sínteses geográficas dos trabalhos de A. Tranoy (1981a,21-37) e V. Oliveira Jorge (1982,283-342), que incluem uma bibliografia considerável sobre o assunto.

(46)Da bibliografia anterior ao nosso século, que fornece elementos sobre estes povoados, muitas vezes apenas com carácter toponímico, salientamos os trabalhos de J. Contador de Argote (1728; 1734), de L. Cardoso (1747-51;1758), de A. C. Costa (1706; 1708; 1712), de Pinho Leal e A. Ferreira (1873-90) e de Vieira (1886-87).

(47)Estes povoados encontram-se compilados na colectânea de artigos "Materiaes para a archeologia do concelho de Guimarães" (1888-1909), nos "Dispersos" de M. Sarmento (1933), nos inéditos de M. Sarmento (1970,5-72) e no mapa publicado por M. Cardoso na obra "Citânia e Sabroso (1930=1980).

(48)Em especial devidas a A. Belino (1909,1-28), C. Teixeira (1936,231-254; 1940a,515-529; 1940b,117-125) e ao Cónego Arlindo da Cunha (1975,485-535). A bibliografia deste último investigador, dispersa por vários jornais da região, encontra-se compilada

por E. Oliveira (1982,161-188).

(49)Estão neste caso os levantamentos do património arqueológico e histórico do Concelho de Vila Verde e da Póvoa de Lanhoso, realizados pelo Dr. Henrique Regalo, colaborador da U.A.U.M. e o levantamento do concelho de Amares empreendido pelo Dr. José P. Ribeiro. Aos dois temos que agradecer as informações que gentilmente nos prestaram, relativas a novas estações, sobretudo da época romana.